

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Tatiana Sampaio de Souza

**Juventude e sociedade: reconhecimento e vínculos na vida dos jovens
participantes do Protejo/Pronasci em Novo Hamburgo/RS**

PORTO ALEGRE

2012

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

Tatiana Sampaio de Souza

**Juventude e sociedade: reconhecimento e vínculos na vida dos jovens
participantes do Protejo/Pronasci em Novo Hamburgo/RS**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr^o José Vicente Tavares dos Santos

PORTO ALEGRE

2012

CIP - Catalogação na Publicação

Sampaio de Souza, Tatiana

Juventude e Sociedade: reconhecimento e vínculos na vida dos jovens participantes do Protejo/Pronasci em Novo Hamburgo/RS / Tatiana Sampaio de Souza. -- 2012.

161 f.

Orientador: José Vicente Tavares dos Santos.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2012.

1. Juventude. 2. Sociedade. 3. Políticas Públicas. I. Tavares dos Santos, José Vicente, orient. II. Título.

Dissertação intitulada “Juventude e sociedade: reconhecimento e vínculos na vida dos jovens participantes do Protejo/Pronasci em Novo Hamburgo/RS”, de autoria da mestrandia Tatiana Sampaio de Souza, apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Vicente Tavares dos Santos PPG SOC/UFRGS– Orientador

Prof. Dr. Fernando Coutinho Cotanda PPG SOC/UFRGS

Prof. Dr. Alex Niche Teixeira PPG SOC/UFRGS

Prof. Dra. Lígia Mori Madeira PPG CP/UFRGS

Porto Alegre, 14 de junho de 2012.

*À minha família, especialmente à minha mãe,
aos meus amigos e aos meus professores, que
fizeram a diferença em minha vida.*

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração desta dissertação contei com o apoio e a ajuda de muitas pessoas especiais, não sendo possível fazer referência a todas neste pequeno espaço de texto.

Agradeço principalmente ao meu orientador José Vicente Tavares dos Santos, o qual me proporcionou conhecimento acadêmico e humano. Ao longo dos meus anos de vida pessoas especiais fizeram a diferença em meu caminho. Em meus anos de estudo, que começaram cedo, os professores tiveram um papel fundamental, instigando em mim a busca pelo conhecimento e me ensinando não ser errado questionar. Fui uma estudante afortunada por ter contado em minha formação com tão bons professores, desde a pré-escola. Concluo a etapa de mestrado com muita felicidade e gratidão, por ter tido o Professor José Vicente como orientador. Acredito que o aprendizado maior que um professor pode deixar a seus alunos seja alcançar um conhecimento que nos torne além de pesquisadores e profissionais competentes, seres humanos melhores, por isso lhe agradeço muito, pela disponibilidade, atenção, e dedicação, por compartilhar comigo seu conhecimento, e por ajudar a “encaixar” em minha cabeça as ideias soltas. Agradeço ao Professor a paciência, a humanidade e a simplicidade com que trata seus alunos, o seu papel foi fundamental em minha formação!

Obrigada aos professores que fizeram parte das bancas de qualificação e defesa da dissertação. Agradeço a todos os meus demais professores, da pré-escola, da escola, da graduação e do mestrado, por toda contribuição e conhecimento comigo dividido. Agradeço ao Prof. Álvaro Oxley Rocha, que na graduação em direito, me incentivou a migrar para o mestrado em sociologia, escolha com a qual fui muito feliz.

O mestrado em sociologia me possibilitou um conhecimento e uma visão de mundo única, não tenho palavras para descrever tudo o que aprendi e estou aprendendo com a sociologia. Cada vez que me deparo com um problema sociológico surge em mim uma inquietude e uma vontade de buscar mais

conhecimento, deve ser por isso que todas as pesquisas de meus colegas, ainda que em linhas distintas da minha, causaram em mim grande interesse. As discussões em sala de aula e as disciplinas foram fundamentais para isso, e sou muito grata aos colegas e aos professores que conduziram bravamente nossos debates, pois aprendi muito com todos.

Agradeço aos coordenadores e profissionais do Protejo Novo Hamburgo, por autorizarem a realização de minha pesquisa empírica. Agradeço especialmente aos jovens do Protejo, que confiaram a mim suas histórias, indo além das perguntas feitas, me possibilitando crescimento acadêmico e pessoal.

Obrigada a minha família, especialmente a minha mãe, por sempre ter me alimentado de amor, obrigada pelas cobranças de responsabilidade desde a infância, e ao mesmo tempo pela doçura e afeto com que sempre conduziu estas cobranças, sempre me explicando as razões daquilo que acreditava ser certo ou errado, por ter me dado amor incondicional, responsável por fazer de mim uma pessoa melhor. Obrigada a minha irmã, meu cunhado, e especialmente a minha sobrinha, creio que a infância é uma das fases mais belas da vida de uma pessoa, e sou muito feliz por compartilhar com ela esse pedacinho tão importante de sua vida.

Agradeço imensamente aos meus amigos, que me apoiaram nos momentos difíceis, e a todos que de qualquer forma contribuíram para me ajudar na realização desta etapa tão importante em minha vida.

Rir muito e com frequência; ganhar o respeito de pessoas inteligentes e o afeto das crianças; merecer a consideração de críticos honestos e suportar a traição de falsos amigos; apreciar a beleza, encontrar o melhor nos outros; deixar o mundo um pouco melhor, seja por uma saudável criança, um canteiro de jardim ou uma redimida condição social; saber que ao menos uma vida respirou mais fácil porque você viveu. Isso é ter tido sucesso.

Ralph Waldo Emerson

RESUMO

O Estudo do tema proposto se insere no campo da sociologia da conflitualidade, da violência e da criminalidade, atentando para os mecanismos de controle social formal e informal. Como não poderia deixar de ser, a presente pesquisa se guia também pelo princípio da interdisciplinaridade, articulando distintas áreas de conhecimento, tais como a ciência política, a educação, o direito e a psicologia. O objeto empírico desta pesquisa são os jovens atendidos pelo Programa de Proteção à Jovens em Território Vulnerável – Protejo, projeto que integra as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Já o objeto teórico é a investigação da história de vida dos jovens, e os desdobramentos dos vínculos e esferas de reconhecimento presentes em suas vidas dentro e fora do Protejo. A principal conclusão é que tanto as configurações vinculares, quanto as esferas de reconhecimento desempenham papel fundamental na vida dos jovens, influenciando diretamente em seu comportamento dentro do projeto.

Palavras chave: adolescência – violência – risco – sociedade – controle social – políticas de segurança pública.

ABSTRACT

The study of the proposed topic falls within the sociology of conflict, violence and crime, paying attention to the mechanisms of formal and informal social control. How could it be, this research also is guided by the principle of interdisciplinary, linking different areas of knowledge such as political science, education, law and psychology. The empirical object of this research are the young people served by the *Programa de Proteção a Jovens em Território Vulnerável – Protejo*, project that is part the actions of de *Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci*. The theoretical object is to research the history of youth, and the development of ties and spheres of recognition in their own lives inside and outside the *Protejo*. The main conclusion is that both configurations as the spheres of recognition play a role essential in the lives of young people, directly influencing their behavior within the project.

Keywords: adolescence - violence - risk - society - social control - public security policies

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Distribuição dos Municípios segundo Risco Relativo por Idade.....	42
Tabela 2: Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as causas externas de mortes - Brasil - 2008.....	43
Tabela 3: Taxas de homicídios da população jovem em relação a não jovem.....	46
Tabela 4: Motivos de afastamento dos jovens do projeto	81

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Distribuição das Vidas de Adolescentes Perdidas por Morte entre os 12 e os 18 anos, segundo Causa de Mortalidade - Brasil, 2006.....	41
Gráfico 2: Riscos relativos segundo dimensão	43
Gráfico 3: Taxas de Homicídio População Jovem - Brasil	44
Gráfico 4: Taxas de Homicídio	45
Gráfico 5: Taxas de Homicídio América Latina.....	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Parte da equipe multidisciplinar e dos educadores do Protejo-NH. Setembro de 2011.....	69
Figura 2: Primeiro dia de Aula, 11 de abril de 2011.....	70
Figura 3: Busca por alunos matriculados – 2ª semana de aula.....	70
Figura 4: Início das oficinas – 3ª semana de aula.....	71
Figura 5: Aulas de dança. Abril de 2011.....	71
Figura 6: Curso de Açougue em parceria com o SINE-NH. Maio de 2011.....	72
Figura 7: Campanha DST/AIDS. Agosto 2011.....	72
Figura 8: Show de Mágica. Maio de 2011.....	73
Figura 9: Semana do Meio Ambiente. Junho de 2011.....	73
Figura 10: Gincana. Junho de 2011.....	74
Figura 11: Festa Junina. Junho de 2011.....	74
Figura 12: Educadores fantasiados na festa junina. Junho de 2011.....	75
Figura 13: Festa Junina. Junho de 2011.....	75
Figura 14: Desfile 7 de Setembro. Setembro de 2011.....	76
Figura 15: Visita ao Acampamento Farroupilha. Setembro de 2011.....	76
Figura 16: Mateada Gaudéria 1. Setembro de 2011.....	76
Figura 17: Mateada Gaudéria 2. Setembro de 2011.....	77
Figura 18: Visita Jardim Botânico Porto Alegre. Outubro de 2011.....	77
Figura 19: Preparativos Festa de Natal. Dezembro de 2011.....	78
Figura 20: Festa de Natal. Dezembro de 2011.....	78
Figura 21: Brechó. Fevereiro de 2012.....	79

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	O PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2	RELEVÂNCIA DO TEMA.....	23
1.3	OBJETIVOS.....	23
1.4	QUESTÕES DE PESQUISA.....	24
1.5	HIPÓTESES.....	24
1.6	A SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA E DA CONFLITUALIDADE NO BRASIL E OS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINserÇÃO SOCIAL.....	25
1.7	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	31
2	A CRIMINALIDADE JUVENIL COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:	34
2.1	A LÓGICA DA VIOLÊNCIA, E SEUS REFLEXOS EM VÍNCULOS E RECONHECIMENTO:.....	34
2.2	AS TAXAS DE HOMICÍDIO ENTRE JOVENS NO BRASIL	40
2.3	A FALÊNCIA DO CONTROLE SOCIAL FORMAL.....	47
3	A INserÇÃO SOCIAL DOS JOVENS EM SITUAÇÃO INFRACIONAL OU DE RISCO SOCIAL DENTRO DO PROTEJO/PRONASCI EM NOVO HAMBURGO-RS	55
3.1	O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA– PRONASCI E O PROJETO DE PROTEÇÃO A JOVENS EM TERRITÓRIO VULNERÁVEL – PROTEJO.....	55
3.1.1	O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.....	55
3.1.2	O Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo.....	62
3.1.3	O Território de Paz no bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS	63
3.1.4	O Protejo em Novo Hamburgo.....	66
3.1.5	As dificuldades enfrentadas na inclusão e manutenção dos adolescentes no PROTEJO em Novo Hamburgo	79
3.2	VÍNCULOS E RECONHECIMENTO NA VIDA DOS SERES HUMANOS EM INTENSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO	83
3.2.1	A projeção das esferas de reconhecimento e dos vínculos	83
3.2.2	Esferas de reconhecimento e configurações vinculares estabelecidas dentro e fora do protejo Novo Hamburgo e seus reflexos no cotidiano dos jovens	87
3.2.2.1	Contexto familiar.....	88
3.2.2.2	Quanto à dimensão coletiva: relacionamento e comportamento	97
3.2.2.3	A narrativa das jovens mães	104

3.2.2.4 Dimensão educacional/profissional.....	107
3.2.2.5 Reflexos de vínculos e esferas de reconhecimento dentro do Projeto	112
4 O JOVEM EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL.....	130
4.1 OS JOVENS ENQUANTO SERES HUMANOS EM INTENSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, EASPECTOS DE VULNERABILIDADE À CRIMINALIDADE JUVENIL	130
4.2A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	135
4.3 REFLEXOS DO MEDO E DA INSEGURANÇA NA SOCIEDADE DO RISCO	142
5 CONCLUSÃO	149
REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como tema a investigação dos reflexos da presença de vínculos e esferas de reconhecimento na vida dos jovens participantes do Protejo, dentro e fora do referido projeto.

O projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo, faz parte das ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. O Protejo tem como público alvo jovens em situação de risco social, na faixa etária de 15 a 24 anos, e tem como objetivo promover a proteção destes através de ações pedagógicas. O Pronasci por sua vez, é um programa de articulação entre políticas sociais e políticas de segurança, priorizando a prevenção, e incluindo ações de ordenamento social e segurança pública e tendo como público alvo a mesma população atendida pelo Protejo, além de profissionais da segurança pública, presos ou egressos do sistema prisional, e reservistas (Ministério da Justiça, 2007).

Para a realização desta dissertação realizou-se a pesquisa empírica no Protejo, situado no território de paz do bairro Santo Afonso, localizado no município de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre.

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as principais dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens no Protejo, bem como apurar sua história de vida e suas percepções quanto à sua participação no projeto, apurando em seus relatos reflexos de vínculos e esferas de reconhecimento em suas vidas, dentro e fora do projeto.

O texto desta dissertação está dividido em quatro capítulos. No primeiro apresenta o tema de pesquisa, com o respectivo problema, relevância do tema, objetivos, questões de pesquisa, e hipóteses, procedimentos metodológicos e apontamentos a sociologia da violência e da conflitualidade no Brasil, e os estudos sobre criminalidade juvenil e as políticas de reinserção social.

O segundo capítulo apresenta a criminalidade juvenil como questão de segurança pública, explorando a lógica da violência e seus reflexos em vínculos e reconhecimento, apontando também as taxas de homicídios entre jovens no Brasil, e a falência do controle social formal.

O terceiro capítulo realiza a apresentação da política pública ora investigada e a análise qualitativa dos dados, a partir da descrição das entrevistas realizadas com os jovens participantes do Protejo, dos profissionais do projeto, da análise dos documentos, e observação das atividades realizadas pelos profissionais com os jovens.

O quarto e último capítulo apresenta a contextualização do tema de pesquisa, a partir da exploração do termo risco social em suas mais variadas dimensões, envolvendo as peculiaridades da condição de ser humano em intenso processo de desenvolvimento, e os aspectos de vulnerabilidade à criminalidade juvenil, além da violência intrafamiliar e reflexos do medo e da insegurança na sociedade de risco, realizando com isso a ligação destes aspectos com a realidade apurada durante a realização da parte empírica desta dissertação.

Por fim, ao término desta dissertação são trazidas as conclusões chegadas através da presente pesquisa.

1.1 O PROBLEMA DE PESQUISA

Como se sabe, a adolescência é uma fase extremamente turbulenta, tanto para o adolescente, quanto para seus pais, familiares e professores. É a fase das descobertas e da insegurança.

Os temas ligados à juventude são temas que interessam, ou devem interessar a todos, pois conforme aponta Tavares dos Santos, os jovens compõem grande parcela da sociedade, pois:

Considerando, em termos demográficos, a juventude como composta pela população de 15 a 24 anos, temos 27.083.758 de habitantes, 16% do total de 173.966.052 residentes no Brasil, em 2003. Se considerarmos os jovens até a idade de 29 anos, chegaríamos a uma parcela de 24% da

população brasileira, ou seja, 41.250.243 pessoas, em 2003 (TAVARES DOS SANTOS, 2007, p. 13).

Continuando a falar sobre juventudes, o autor chama atenção também para as múltiplas faces da juventude brasileira, constituída de diversos tipos-ideais de juventude, de acordo com a classe que pertencem, a cor ou etnia com a qual se identificam, ou em quais grupos culturais se reconhecem, podendo-se falar em:

- A “juventude dourada”, geralmente pertencendo às classes altas e classes médias altas e às etnias de cor branca e amarela;
- A “juventude em instabilidade”, composta por jovens, de modo amplo, que se situam nas classes média e média baixa, em sua maioria de cor branca e amarela, mas com uma parcela de negros e pardos;
- A “juventude trabalhadora”, constituída por metade dos jovens entre 15 e 24 anos, o que significa cerca de 17.258.196 jovens, dos quais 37% recebiam até um salário mínimo (IBGE, 2004, p. 223);
- A “juventude dos carentes”, membros das classes populares, residindo nas periferias das grandes cidades, com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros, indígenas);
- A “juventude em vulnerabilidade”: os “meninos de rua”, membros das classes baixas, vivenciando processos de exclusão social nas médias e grandes cidades, também com diversidade de composição étnica (brancos, pardos, negros e indígenas);
- A juventude dos “infratores”, um grupo da população jovem pertencente a várias camadas sociais e etnias, que cometeram delitos e passam a viver sob algum tipo de sanção penal. (TAVARES DOS SANTOS, 2007, PP.13-14).

Os jovens, conforme demonstra o autor, passam por um processo de transição para a vida adulta, fase em que sua agressividade tem a positividade de habilitá-los a se autonomizar e a construir um lugar no espaço social, vivenciando um período de transformação entre a natureza, a tradição e a inovação (TAVARES DOS SANTOS, 2007, p. 13).

Sobre as transformações ocorridas na fase da adolescência e da juventude como um todo, Klosinski (2006, p. 11) também aponta que durante esta fase ocorre uma metamorfose corporal, em que a puberdade vem acompanhada pela insegurança e pela instabilidade emocional, acarretando os problemas de ligação e desligamento da casa paterna, que sofrem a forte influência do meio social.

No caso dos adolescentes em conflito com a lei ou em situação de risco social, esta fase de transformações vem acompanhada pelos aspectos de

vulnerabilidade presentes em suas vidas, destacando-se fatores sociais, familiares, econômicos e psicológicos.

O processo de desenvolvimento inadequado, afetado pelo meio social, conduz, cada vez mais, ao afastamento dos jovens das referências que até então eles seguiam e aceitavam. No contexto brasileiro, a negligência, a criminalidade, bem como, a grave diferença socioeconômica dificultam a procura dos jovens por bem estar e afirmação. Isso se torna mais visível no caso dos jovens de baixa renda, que muitas vezes se veem fadados a um futuro pré-determinado, longe da escola e da educação.

Característica comum a muitos destes jovens é uma realidade permeada pela violência, não apenas física, mas também social. Sabe-se que é enquanto criança e adolescente que o ser humano começa a formar sua personalidade, o que vai refletir em seus atos futuros. No entanto, nem todos nascem em lares harmônicos: o que existe é um mundo onde crianças e adolescentes vivenciam cada vez mais cedo experiências com as quais nem seres adultos sabem lidar. Como exemplo de tal realidade, podem ser citados os casos de gravidez precoce, aborto, estupro, uso e tráfico de drogas, casos de violência física e psicológica, e a própria prática do ato infracional.

Tavares dos Santos, fala no desenvolvimento da violência como uma forma de sociabilidade, o que se reflete diretamente no modelo de controle social adotado.

Temos, por conseguinte, uma série de elementos fundamentais na definição da violência. Deparamo-nos com uma forma de sociabilidade, a violência, na qual se dá a afirmação de poderes legitimados por uma determinada norma social, o que lhe confere a forma de controle social: a violência configura-se como um dispositivo de controle, aberto e contínuo (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.68).

Dentro desta realidade, muitos jovens estão a experimentar, cada vez mais cedo, todas as formas possíveis de violência, tanto como autores, quanto como vítimas (FONSECA, 2007, p. 73). E por sua situação peculiar de ser humano em intenso processo de desenvolvimento, as crianças e os adolescentes, em relação aos adultos, apresentam uma sensibilidade extremamente maior quanto às

influências corruptoras do meio. Neste ponto, destaca-se a reflexão de Abreu, que comenta acerca da vulnerabilidade nesta fase.

Diante dessas fragilidades, a própria família que deveria atenuá-las, sendo imperfeita, não raro as agrava. E pode chegar a ser corruptora a ponto de conduzir o adolescente a práticas criminosas, às vezes desde a infância. Mais comumente negligência na observância do relacionamento externo de seus filhos; ou, ao contrário, lhes impõe restrições excessivas, provocadoras de reações. Há enfim, os lares miseráveis, tumultuados, conflitantes e insuportáveis, á estimularem, pelo menos, as fugas dos filhos (ABREU, 1995, p.12).

Cabe salientar que esses fatores de risco não são encontrados de forma única e exclusiva nas classes desfavorecidas. Neste sentido, Centurião refere que:

É sabido, mesmo de modo empírico, em virtude da falta de estudos mais concretos, que as famílias de classe média, por exemplo, não são isentas de tais modelos de conduta. O que varia é o fato sobejamente conhecido da visibilidade social. Além disso, os grupos sociais de classe média podem apelar para atenuações, por assim dizer, que deem maior aceitação social a comportamentos que, nos menores de rua, ou oriundos das classes baixas em geral, seriam vistos de um modo mais negativo. Desse modo, para menores de classe média pode-se falar, frente a condutas tidas como desviantes, em “crise da adolescência”. Este tipo de classificação dificilmente encontraria rejeição social, sendo considerada uma etapa normal, se bem que turbulenta, no processo de desenvolvimento psíquico. Pelo contrário, tal classificação induziria a uma atitude compreensiva. No entanto, para os menores das classes inferiores, a atribuição de padrões criminais ou antissociais de um modo geral, que não são substantivamente diferentes em relação à dos adolescentes de classe média é, geralmente, automática e imediata (CENTURIÃO, 1999, pp.71-72).

Considerando essa realidade se torna imperioso que as políticas públicas de segurança visem antes de tudo o bem-estar e o desenvolvimento sadio do jovem. Políticas repressivas não dão conta da imensa desigualdade social que atinge muitos meninos e meninas brasileiros, e por isso resolvem o “problema” apenas por um tempo exíguo e determinado.

Deixando de lado a simples repressão, a implementação de programas de apoio para jovens em situação de risco social, pode trazer significativos benefícios para evitar a prática ou a reincidência de atos infracionais e futuros delitos, investindo-se em políticas de preparo do jovem para seu ingresso e manutenção na escola, no esporte e no mercado de trabalho.

Sobre tal questão, Azevedo chama atenção para a implementação destas políticas como forma de prevenção dos delitos.

Juntamente com essas políticas sociais, as políticas públicas de segurança, elaboradas em parceria por prefeituras, agências policiais, associações de moradores e demais atores sociais, tem apostado em mecanismos de redução das oportunidades para o delito, tendo como referência a ideia de que prevenir é melhor do que punir (AZEVEDO, 2006, p.13).

No entanto, sabe-se que a realização dessas políticas não é algo fácil, ao contrário, revela-se como sendo de extrema complexidade, visto que envolve várias questões, entre outras, de cunho político, social e econômico. Conforme Garcia (2006, p. 87) “no que se refere à política social, sua eficácia fica dependente de todo o governo adotar uma linha de ação que seja coerente com o propósito de reduzir desigualdades sociais”.

Além disso, quando se fala em políticas sociais voltadas à população de jovens que se encontram em situação de risco social, pretende-se que estas sejam instituídas de forma dissociada do caráter assistencialista vislumbrado por muitos. Pelo contrário, a ideia que se deseja ver seguida é como já foi dito pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, a estruturação de todo um aparato que possibilite a inclusão dos jovens em sociedade (UNESCO, 2004, p.19).

Conforme salienta Zaluar (1994, p. 179), “o sucesso das políticas públicas depende da hegemonia que adquirem, enquanto conjunto de ideias e ações propostas, nesse amplo processo de interação em que o pensamento técnico e o senso comum transformam-se mutuamente”.

Possibilidade e oportunidade são palavras mestras que guiam esta ideia. Porém, a efetiva implantação de um projeto como este não se faz apenas com o atendimento dos jovens em situação infracional ou de vulnerabilidade. Quando se tem por objetivo prepará-los para a vida adulta e afastá-los da criminalidade, a necessidade de investimentos em saúde, educação, cultura, e a própria proteção ao direito de “brincar”, é imanente. Mas, além destas necessidades, há também aquela que diz respeito a um investimento voltado às pessoas que circundam a

vida destes jovens, tais como seus pais, professores, agentes de segurança, de saúde. Enfim, todas as pessoas e profissionais que possuem contato direto com os jovens e servem para eles como referência, e neste ponto a valorização das redes sociais é muito importante, pois conforme Souza:

[...] envolvem contatos, vínculos e conexões que relacionam os agentes entre si e não se reduzem às propriedades dos agentes individuais. As instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e “encontros” entre as entidades nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou se superpõem (SOUZA, 2007, p.76 e 77).

Nessa perspectiva insere-se a articulação entre políticas sociais e políticas de segurança pública, instituída pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. O programa promove essa articulação, priorizando substancialmente as ações de prevenção, tendo como público alvo jovens de 15 a 24 anos que se encontram em situação de vulnerabilidade, profissionais da segurança pública, presos ou egressos do sistema prisional, e reservistas, passíveis de serem atraídos e recrutados pelo crime em função de seu treinamento militar. Ao todo, o Pronasci é composto por mais de 94 ações, que envolvem a participação da União, dos Estados, dos Municípios, e da comunidade (Ministério da Justiça, 2010).

No Rio Grande do Sul, entre os municípios envolvidos atualmente no Pronasci, estão: Alvorada, Bagé, Cachoeirinha, Canoas, Caxias do Sul, Esteio, Novo Hamburgo, Gravataí, Guaíba, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul, Santa Maria, São Leopoldo, Sapucaia do Sul, Vacaria e Viamão, além da Capital Porto Alegre.

No Estado, o principal projeto do Pronasci, voltado ao atendimento dos jovens em situação de risco social é o Programa de Proteção a Jovens em Território Vulnerável, o Protejo, que tem como objetivo promover a proteção dos jovens através de ações pedagógicas.

Segundo o Ministério da Justiça (2010), o objetivo deste projeto é prestar assistência a estes jovens, visando contribuir para sua formação cidadã. O trabalho tem duração de um ano, prorrogável por igual período, e a seleção dos

jovens é realizada contando com a colaboração das mulheres envolvidas no projeto Mulheres da Paz, membros dos demais projetos do Pronasci e das redes sociais articuladas nos territórios de paz. São selecionados prioritariamente jovens com passagem pelo sistema socioeducativo, sistema prisional, com histórico de atendimento pelos conselhos tutelares, que possuam parentes em execução de penas ou medidas socioeducativas.

As equipes que atuam na execução do PROTEJO são compostas por profissionais de distintas áreas de conhecimento, formando uma equipe multidisciplinar. No projeto desenvolvido no Território de Paz do bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo, estão envolvidos educadores de informática, de prática cidadã, de grafiteagem, de atividades físicas e de comunicação, além de psicólogo, pedagogo, e demais profissionais.

Considerar os vínculos e esferas de reconhecimento na vida dos jovens dentro e fora do Protejo, é fundamental para o bom desenvolvimento de uma política pública voltada a jovens, uma vez que aqueles influenciam diretamente em seu comportamento dentro do projeto.

Para a realização desta dissertação foi realizado um estudo sobre os vínculos e esferas de reconhecimento presentes na vida dos jovens participantes do Protejo implantado no Território de Paz do bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, intitulado Paz: manifeste e publique! Com a pesquisa, investigou-se e analisou-se os reflexos desses vínculos e esferas de reconhecimento, bem como as principais dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens neste projeto, suas percepções dentro do projeto, atentando para aspectos os subjetivos, que envolvem tanto a história de vida dos jovens, como os sentimentos de pertencimento, acolhimento, relacionamento e, principalmente vínculos e reconhecimento estabelecidos por eles dentro do projeto, com os colegas e com a equipe multidisciplinar que o integra.

1.2 RELEVÂNCIA DO TEMA

Realizar um estudo no campo da sociologia da conflitualidade e da violência, a partir da análise e investigação da vida dos usuários de um projeto, como o Protejo, pode nos levar a encontrar melhores formas de diálogo e compreensão na execução dos programas de apoio, destinados a esta população, refletindo em uma melhor aceitação dos mesmos pelos jovens.

Apurar os principais obstáculos de inclusão e manutenção dos jovens no Protejo pode contribuir de forma substancial para a melhor eficiência das ações governamentais, contribuindo tanto para os programas de segurança pública, quanto para as ações sociais que visam o afastamento dos aspectos de vulnerabilidade presentes na vida de muitos jovens.

Por fim, de uma maneira geral a presente pesquisa visa à contribuição acadêmica, realizando a investigação e o estudo dos reflexos de vínculos e reconhecimento presentes na vida dos usuários de uma política pública ainda recente e pouco estudada.

1.3 OBJETIVOS

- Investigar as principais dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens no Protejo do território de paz do bairro Santo Afonso, localizado no município de Novo Hamburgo/RS;
- Investigar a história de vida dos jovens atendidos pelo Protejo, apurando suas percepções sobre sua participação no projeto;
- Investigar as relações de vínculos e reconhecimento que se estabelecem dentro e fora do Protejo, na vida dos jovens.

1.4 QUESTÕES DE PESQUISA

O presente problema de pesquisa nos remete as seguintes questões fundamentais.

1. Quais as principais dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens no Protejo, quais os respectivos níveis de evasão e suas causas?
2. Qual a história de vida dos jovens e a percepção de sua participação no Protejo;
3. Quais os vínculos e esferas de reconhecimento que se estabelecem dentro e fora do Protejo;

1.5 HIPÓTESES

1. A situação de vulnerabilidade social a que muitas crianças e adolescentes estão submetidos - seja por problemas econômicos, sociais, familiares ou psicológicos - acarretam em muitas dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens nos programas destinados a seu atendimento, inclusive no Protejo/Pronasci.
2. Além dos fatores “visíveis” mencionados, responsáveis por grande parte da evasão dos jovens nos programas de políticas públicas, existem outros de caráter subjetivo, que dizem respeito ao sentimento de pertencimento, identidade e reconhecimento destes jovens dentro dos programas, e que envolve diretamente as relações que são estabelecidas entre eles e os profissionais que compõe as equipes técnicas de atendimento;
3. A relação entre os diversos grupos participantes do Protejo/Pronasci estão relacionadas com sentimentos de acolhimento, pertencimento, autoestima, e vínculos estabelecidos.

1.6 A SOCIOLOGIA DA VIOLÊNCIA E DA CONFLITUALIDADE NO BRASIL E OS ESTUDOS SOBRE A CRIMINALIDADE JUVENIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE REINSERÇÃO SOCIAL

Este trabalho pauta-se pelo princípio da interdisciplinaridade, articulando distintas áreas de conhecimento, como é o caso do direito e da psicologia. Porém, a base fundamental deste estudo situa-se na área de conhecimento denominada sociologia da violência e da conflitualidade; assim, esse campo merece algumas considerações.

O caminho e trajetória que a sociologia da violência e da conflitualidade percorreu antes de tornar-se área específica de estudo no Brasil é longo, e hoje esta é uma ciência em permanente construção e que enfoca diversas questões da sociedade, ligadas ao crime e à violência.

Barreira e Adorno (2010, pp. 304-305) explicam que há cinquenta anos a violência e o crime ainda não se traduziam como “problemas públicos”, e os crimes como eram vistos na época estavam quase que confinados ao mundo privado, restrito ao comportamento de alguns indivíduos que desafiavam a lei e a ordem. Conforme explicam os autores:

[...] a violência e o crime não chamavam a atenção das Ciências Sociais, que, àquela época, procuravam se profissionalizar, firmando-se no campo científico, em especial nas universidades e centros de pesquisa. O crime não tinha estatuto de objeto relevante, se comparado, em termos de importância, aos temas e questões relacionados ao mercado, ao mundo do trabalho, à indústria e ao empresariado, ao lado de outros mais afinados com processos de reprodução social nas instituições sociais (como família e escola), à dominação ou à participação e à representação políticas (como o estudo dos partidos e das instituições dos poderes Executivo e Legislativo) (Barreira e Adorno, 2010, pp. 304-305).

Porém, conforme explicam ainda os mesmos autores, a partir dos anos 60, este cenário já começa a sofrer mudanças, com o surgimento dos esquadrões da morte – que contavam inclusive com a participação de policiais – e outros fenômenos que começaram a inquietar a sociedade (BARREIRA E ADORNO, 2010, p. 306 e 307). A violência passou a fazer parte da vida de todos e não apenas episódios de alguns casos isolados, “pouco a pouco, o crime e a violência foram tomando conta das metrópoles brasileiras, suscitando polarizado debate a

respeito de suas causas sociais e dos remédios para enfrentá-las” (BARREIRA E ADORNO, 2010, p. 306).

A produção da violência difusa, com as suas mais variadas formas, fez com que cada vez mais os cidadãos se vissem ameaçados por atos violentos e criminosos, o que passou a provocar o interesse de todos pelo assunto, inclusive dos representantes políticos e da própria mídia, os quais muitas vezes produziam e ainda produzem formulações advindas meramente do senso comum, que atribuíam as causas da criminalidade como derivação restritiva da pobreza.

Conforme explica Tavares dos Santos (2009, p. 16) com a globalização os fenômenos da violência foram adquirindo novos contornos, “passando a disseminar-se por toda a sociedade contemporânea: a multiplicidade das formas de violência – violência política, costumeira, violência de gênero, violência sexual, racista, ecológica, simbólica e violência na escola – configuram-se como um processo de dilaceramento da cidadania”.

Assim, o tema da violência e da criminalidade não ficou restrito à discussão do senso comum, e a questão passou a interessar também aos cientistas sociais, que iniciaram sérios estudos, sobre questões que preocupavam a todos, e neste cenário foi-se produzindo um novo campo de estudo, a sociologia da violência e da conflitualidade.

Sobre o lento caminho percorrido até que o estudo da violência se firmasse como tema digno de atenção, Zaluar explica que:

Desde os anos 80, deu-se a dicotomia entre os que estudavam e escreveram sobre o tema, que persiste sob nova terminologia até hoje. Os que denunciavam a miséria, a perda do poder de compra do salário, a exploração, a ausência de investimentos na educação e na saúde para o aumento da violência, que já começava a preocupar o governo federal, postavam-se na esquerda do espectro político ou no que foi durante muitos anos chamado de “a esquerda penal”, enquanto os que insistiam em analisar a questão institucional, inclusive as práticas policiais de violência contra os pobres e a eficiência da polícia em proteger a vida e propriedade do cidadão, em termos de política pública para todos, eram considerados de “direita”. Os que desde logo tomaram a criminalidade como objeto digno da atenção de cientistas sociais permaneceram até certo ponto estigmatizados como conservadores e empiristas até quase o fim dos anos 80. Mas partiu deles grande parte do entendimento que hoje se tem a respeito dos mecanismos perversos, círculos viciosos e obstáculos institucionais rotineiros que alimentam as carreiras criminosas de jovens pobres, bem como dos policiais envolvidos nas práticas ilegais do extermínio, da extorsão, do sequestro, da corrupção e da repetida exploração

dos direitos humanos ou civis dos cidadãos brasileiros (ZALUAR, 1999, p. 05).

Barreira e Adorno (2010, p. 308) explicam que a produção sociológica sobre o crime a violência multiplicou-se nos últimos trinta anos, e chamam a atenção para a produção bibliográfica na área, explicando ainda que apesar de ter se convertido em questão social há aproximadamente três décadas, a violência esteve sempre presente na história da sociedade brasileira.

Conforme explica Tavares dos Santos (2009, 16 e 17), a construção da abordagem sociológica sobre a conflitualidade parte de dois problemas sociais, o crime e a violência, que têm sido reconstruídos sociologicamente desde a sociologia clássica até a contemporânea, e explica que hoje a questão deve ser situada no contexto da globalização da economia e da mundialização das contradições e conflitos, quais sejam, a constituição de novas formas sociais, conflitualidades no espaço – tempo mundial, por vezes ameaçando a consolidação da democracia no mundo contemporâneo.

Neste contexto se insere a presente pesquisa, que pretende contribuir à sociologia da violência, no que tange a produzir conhecimento no campo da prevenção criminalidade e vulnerabilidade juvenil e às políticas públicas articuladas na área.

O estudo do tema proposto enseja tanto uma abordagem quanto à criminalidade, à sociedade, à violência e ao controle social, realizando um aprofundamento nas questões atinentes à criminalidade juvenil, aos aspectos de vulnerabilidade e risco social dos jovens brasileiros, quanto à realização de políticas sociais e de segurança pública, voltadas à juventude.

Quanto à criminalidade juvenil, e ao processo de socialização dos adolescentes em conflito com a lei, destaca-se a pesquisa de Fachinetto (2008). Em sua dissertação, a autora aborda os processos de socialização primária e secundária das adolescentes autoras de atos infracionais internas na FASE/RS. Através do processo de socialização primária, a autora elabora o perfil das internas, considerando para tanto quatro dimensões fundamentais, quais sejam, a

individual, a familiar, a coletiva e a educacional/profissional, e partindo do processo de socialização secundária, empreende uma análise do controle a partir do universo institucional.

O estudo demonstra que o controle social, além de atuar na “seleção” das condutas de ingresso no sistema socioeducativo, persiste durante a execução das medidas socioeducativas pelas jovens, através de práticas que procuram instituir nelas valores que buscam adequá-las a padrões “femininos”, socialmente aceitos.

Além deste trabalho, destaca-se também a pesquisa de Madeira (2008), sobre as políticas penais e os programas de apoio aos egressos do sistema penitenciário no Brasil. A tese investiga o apoio a estes egressos a partir das produções legislativas, das políticas públicas e da criação de programas de apoio, surgidos no Brasil a partir da década de 1990. Para o desenvolvimento da pesquisa a autora aborda a atuação e o papel destes programas nas trajetórias de vida dos egressos, com o levantamento dos seguintes programas: Agentes de Liberdade, no Rio de Janeiro/RJ; Programa de Acompanhamento Social e FAESP, em Porto Alegre/RS; e Pró-egresso em Maringá/PR.

Em relação à trajetória de vida dos egressos, a autora demonstra que na grande maioria:

[...] são pessoas geralmente de origem pobre, com históricos de baixa escolarização e qualificação profissional, com famílias desestruturadas, ingressam na criminalidade por necessidade, aventura, dinheiro fácil ou fatalidade, e tiveram, com a experiência prisional, uma constatação de que é preciso mudar de vida, para manter-se vivo, uma vez que para pobres envolvidos com a criminalidade só resta a morte ou a prisão. (MADEIRA, 2008, p. 333).

Em conclusão, a autora aponta que a passagem pelos programas resulta em ganhos e frustrações, pois os mesmos não são capazes de atender todas as demandas, havendo limites em sua atuação, uma vez que nem todos os egressos conseguem trabalho, e nem todos obtêm qualificação. No entanto, ainda assim, os egressos conseguem através dos programas, obter acesso à cidadania formal, e a assistências, como alimentação, roupas e transporte, e apesar da estigmatização, a passagem pelos programas de apoio permite a eles renovarem

suas esperanças, oportunizando lhes meios de diminuir o peso de sua condição de “homens infames”.

Sobre a temática das mudanças na criminalidade urbana e o envolvimento dos adolescentes nesta realidade, destaca-se uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos da Violência, da Universidade de São Paulo.

ADORNO, BORDINI e LIMA (1999), comparam os resultados obtidos através da pesquisa mencionada, sobre a criminalidade juvenil na cidade de São Paulo, no período de 1993 a 1996, com aqueles obtidos em pesquisa equivalente elaborada pela Fundação Seade de 1988 a 1991. Através deste comparativo os autores respondem à seguinte indagação: se vem crescendo, nos últimos anos, a participação dos adolescentes no movimento de criminalidade urbana, em especial de suas modalidades violentas.

Os autores demonstram que a criminalidade organizada, constituída principalmente em torno do narcotráfico, que se instalou no Rio de Janeiro, também se instaurou na cidade de São Paulo, ainda que de maneiras distintas. Segundo a pesquisa, é também provável que as disputas entre quadrilhas, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas, sejam responsáveis pelo aumento das mortes de adolescentes nos últimos anos.

Em conclusão, os autores afirmam que considerando a hipótese de que em São Paulo também há a presença de uma criminalidade juvenil organizada, disseminada pelos bairros populares e pela periferia urbana, valeria a pena ampliar as pesquisas envolvendo estudos de casos, de perfis de carreira e de história de vida de adolescentes socializados no crime. Com isso seria possível novas pistas, ideias e hipóteses, capazes de contribuir para um novo tratamento das fontes documentais oficiais, permitindo observar a realidade em espaços que comumente possuem pouca ou nenhuma visibilidade.

1.7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA INVESTIGAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

A pesquisa empírica foi realizada na cidade de Novo Hamburgo, através da investigação dos jovens participantes do Protejo, projeto que integra as ações do Pronasci. Para a realização da mesma foram empregados os seguintes procedimentos técnicos: coleta de dados estatísticos, análise documental, realização de entrevistas, observação e análise de conteúdo.

Quanto à coleta de dados, será estabelecido um panorama geral em relação ao projeto investigado, e às principais dificuldades de inclusão e manutenção dos jovens. Para tanto, foram considerados fatores como a quantidade de adolescentes atendidos, seus índices de escolaridade, e os índices de inclusão e evasão dos jovens dentro do respectivo programa.

No que diz respeito à análise documental, a mesma foi empregada tanto na investigação da formulação de políticas públicas voltadas à juventude brasileira em situação de vulnerabilidade, principalmente no que diz respeito à articulação de políticas sociais com políticas de segurança pública, implantada pelo PRONASCI, quanto na investigação dos jovens inseridos no Protejo em Novo Hamburgo. Foram analisadas leis, decretos, resoluções, etc., bem como, prontuários de atendimento, relatórios de atividades, entre outros.

Neste trabalho, interessa aproximarmo-nos o máximo possível da realidade e das percepções pessoais dos adolescentes participantes do programa estudado, e por isso, o método ideal seria a história de vida, pois conforme explica Becker, neste método, o sociólogo:

Dá sequência ao trabalho a partir de sua própria perspectiva, a qual enfatiza o valor da “história própria” da pessoa. Esta perspectiva difere daquela de alguns outros cientistas sociais por atribuir uma importância maior às interpretações que as pessoas fazem de sua própria experiência como explicação para o comportamento. Para entender porque alguém tem o comportamento que tem, é preciso compreender como lhe parecia tal comportamento, com o que pensava que tinha que confrontar, que alternativas via se abrirem para si [...] (BECKER, 1994, p. 103).

No entanto, em razão do exíguo tempo para a realização desta dissertação, este método não pôde ser empregado em sua totalidade, pois para a realização satisfatória do mesmo seria necessário um maior tempo de pesquisa, o que não foi possível no mestrado. Por isso, optou-se por utilizar a técnica de entrevistas não diretivas, que consistem em “uma forma de colher informações baseadas no discurso livre do entrevistado” (CHIZOTTI, 1998, p. 92). Conforme explica o autor, esta técnica:

[...] pressupõe que o informante é competente para exprimir-se com clareza sobre questões da sua experiência e comunicar representações e análise suas, prestar informações fidedignas, manifestar em seus atos o significado que têm no contexto em que eles se realizam, revelando tanto a singularidade quanto a historicidade dos atos, concepções e ideias (CHIZOTTI, 1998, p. 92-93).

Para as entrevistas foi empregado um roteiro semiestruturado. No entanto, a forma de abordagem variou de acordo com as peculiaridades de cada caso e de cada entrevistado, em função de que o objetivo principal das mesmas era aproximar-se o máximo possível das percepções e experiências pessoais de cada indivíduo.

Além das entrevistas com os adolescentes, também foram realizadas entrevistas com os técnicos que compõe as equipes multidisciplinares dos projetos, procurando verificar as principais dificuldades encontradas pelos mesmos na execução de seus trabalhos. E ainda a observação de atividades com os jovens, bem como análise de imagens.

No decorrer da pesquisa, foi utilizado o método da análise de conteúdo, que segundo Chizzotti, consiste no “tratamento e análise de informações, colhidas por meio de técnicas de coleta de dados, consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica a análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento” (CHIZZOTTTI, 1998, p. 98).

Apesar de a pesquisa com jovens em situação de risco social tender a ser uma tarefa complexa, uma vez que envolve diversos fatores advindos de um mundo no qual nem sempre se tem familiaridade, principalmente quando se está interessado nas percepções e sentimentos pessoais destes jovens, a pesquisa

com os mesmos se apresenta como possível e gratificante, pois conforme explica Becker, os mesmos “podem cooperar de tal forma que a “verdadeira história”, que eles sentem que podem confiar em você para contar, possa chegar ao público através de seu relatório de pesquisa” (BECKER, 1994, p. 155).

O que se busca é a máxima aproximação da realidade destes jovens, procurando revelar além dos aspectos de vulnerabilidade que comumente são trazidos a baila nas investigações com esta população, aspectos subjetivos, em termos de vínculos e reconhecimento, que nem sempre são revelados nas pesquisas.

2 A CRIMINALIDADE JUVENIL COMO QUESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

A criminalidade e a violência juvenil é um tema que atrai o interesse de todos, uma vez que seus reflexos podem atingir toda e qualquer pessoa, ainda não diretamente envolvida com questão. Por sua importância a questão passa a ser tema de segurança pública, atraindo a atenção do Estado que procura intervir através de diferentes meios de controle.

2.1 A LÓGICA DA VIOLÊNCIA, E SEUS REFLEXOS EM VÍNCULOS E RECONHECIMENTO:

A violência, sendo um tema iminente atual, atraiu nos últimos anos o interesse de inúmeros e respeitáveis estudiosos e pesquisadores preocupados com os novos rumos da questão.

No Brasil, a violência toma novos contornos, multiplicando suas formas, juntamente com o surgimento de novos fenômenos. A violência difusa nas sociedades de modernidade tardia traz novos desdobramentos para a realidade, modificando a relação entre agressores e vítimas, passando esta a ser uma relação complexa, pois o agressor já não mais somente o estranho, podendo ser alguém conhecido da vítima, ou de seu próprio ciclo; as causas do crime também passam a ser multidimensionais; o crime passa a ser societal; e o controle social formal já não é mais o monopólio do sistema de justiça criminal, passando a ser compartilhado por outras agências sociais (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 146).

Sobre os novos contornos da violência, Waiselfisz afirma:

A violência homicida, que era patrimônio indesejado dos grandes centros urbanos do país, com seu crescimento maciço, caótico e anômico, desloca-se para áreas de menor densidade e peso demográfico. [...] Vira uma realidade difusa. Se a velha violência tinha atores claros, com nome, sobrenome e até endereço, tanto das vítimas quanto dos algozes, nossa violência atual adquire um caráter totalmente difuso, nebuloso, tem a virtude da onipresença e da ubiquidade, embora não possa ser muito bem identificada (WASELFI SZ, 2011, p.07-08).

Pelo restante da América Latina, a situação e as baixas causadas pela violência não são distantes da realidade brasileira. Neste sentido:

Em América Latina no hay guerras al comenzar el Siglo XXI, pero las muertes por la violencia causan tantos humbres muertos, producen tantas mujeres viudas y dejan tantos niños huérfanos, como em los enfrentamientos armados que la televisión nos muestra que ocurren em otros lados del planeta. Y, em algunos casos, los daños son todavía mayores: las muertes que se podían contar después de un fin de semana normal em Caracas, Medellín o São Paulo, eran más que las que ocurrían em Kosovo durante la guerra; o son más que las víctimas de las infinitas retaliaciones del Medio Oriente. Y también, e notros casos, la paz que siguió a la guerra deja más muertos que los enfrentamientos entre el ejército y laguerrilla. La situaciones novedosa y retardora para la sociologia. (BRICEÑO-LEON, 2002, p. 34).

O Brasil encontra-se no topo do ranking mundial de violência armada, ultrapassando países em guerra civil e conflitos internacionais consagrados, como entre Israel e Palestina ou a guerra da Bósnia (MIZNE, 2008, p.190).

Como o conceito de criminalidade juvenil encontra dificuldade de ser estabelecido, o próprio conceito de violência é ainda um desafio a ser compreendido, pois na maioria das vezes em que tentamos buscar sua definição nos deparamos com o inevitável anseio de sua erradicação. Quanto a tal problemática Tavares aponta que:

Trabalhando sobre a rediscussão do conceito de violência, podemos verificar que a maioria ou a quase totalidade das indagações sobre esse tema diz respeito, basicamente, aos modos de sua erradicação e não ao seu significado. Não se quer definir violência, o que se quer é combatê-la. Esta é a consequência evidente de sua identificação com o crime, que está muito mais associada a um panorama utilitário imediato de bem-estar – daí a preocupação quanto aos efeitos de seu combate - do que propriamente a uma precisa definição de seus elementos. A redução das características da violência a apenas uma de suas formas de aparecimento conduz, por sua vez, a utilização de certo modo arbitrário de justificação dos meios de seu controle, muitas vezes centrados em elementos puramente simbólicos, frutos de meras expressões linguísticas (TAVAREZ, 2008, p.444).

Para Zaluar:

A dificuldade na definição do que é violência e de que violência se fala é o termo ser polifônico desde a sua própria etimologia. Violência vem do latim *violentia*, que remete a *vis* (força, vigor, emprego de força física ou os recursos do corpo em exercer a sua força vital). Esta força torna-se violência quando ultrapassa um limite ou perturba acordos tácitos e regras que ordenam relações, adquirindo carga negativa ou maléfica. É, portanto, a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que

provoca) que vai caracterizar um ato como violento, percepção esta que varia cultural e historicamente. As sensibilidades mais ou menos aguçadas para o excesso no uso da força corporal ou de um instrumento de força, o conhecimento maior ou menor de seus efeitos maléficos, seja em termos do sofrimento pessoal ou dos prejuízos à coletividade, dão o sentido e o foco para a ação violenta. Além de polifônica no significado, ela é também múltipla nas suas manifestações. Do mesmo modo, o mal a ela associado, que delimita o que há de ser combatido, tampouco tem definição unívoca e clara. Não é possível, portanto, de antemão, definir substantivamente a violência como positiva e boa, ou como destrutiva e má (ZALUAR, 1999, p. 08).

A autora chama a atenção para a necessária questão de se atentar para os limites que envolvem a questão, no sentido de pensar-se de que modo, eventuais direitos fundamentais e valores universais, imporiam limites à liberdade individual ou coletiva dos cidadãos (ZALUAR, 1999, p. 08).

Para a abordagem deste trabalho, o melhor exemplo de violência impulsionada pelo dilaceramento de vínculos e ausência de reconhecimento é o fenômeno denominado por Tavares dos Santos (2004), como violência difusa. Conforme aponta o autor, a violência pode ser entendida da seguinte maneira:

[...] diferentes formas de violência presentes em cada um dos conjuntos relacionais que estruturam o social podem ser explicadas se compreendermos a violência como um ato de excesso, qualitativamente distinto, que se verifica no exercício de cada relação de poder presente nas relações sociais de produção do social. A ideia de força, ou de coerção, supõe um dano que se produz em outro indivíduo ou grupo social, seja pertencente a uma classe ou categoria social, a um gênero ou a uma etnia, a um grupo étnico ou cultural. Força, coerção e dano, em relação ao outro, enquanto um ato de excesso, presente nas relações de poder. Pode-se verificar empiricamente na sociedade brasileira a seletividade social das vítimas: trabalhadores urbanos, moradores de bairros populares, pais, crianças, mulheres, jovens, negros, índios. Do sexo masculino: acidentes de trânsito, homicídios, armas de fogo; jovens e adolescentes: abuso sexual; violência doméstica (contra crianças, idosos, mulheres): contra crianças, castigos corporais e maus tratos, violência sexual contra as mulheres e o aumento do registro da violência doméstica (TAVARES DOS SANTOS, 2004, p. 08).

Quanto à criminalidade juvenil, esta pode desenvolver-se de diversas maneiras, acompanhada ou não de atos de violência.

A violência juvenil, neste contexto, tem emergido sob diversas lógicas. Por um lado tem representado uma forma de os jovens quebrarem com sua invisibilidade e mostrarem-se capazes de influir nos processos sociais e políticos da América Latina. Diante de uma sociedade que manipula canais de mobilidade social e segrega socialmente setores da população, e que, além de não reconhecer, estigmatiza os principais canais de participação juvenil – tais como grupos de rappers – a violência vem ser-

vindo, em alguns casos, para coloca-los nos meios de comunicação e chamar a atenção para sua difícil vida (ABRAMOVAY, CASTRO, PINHEIRO, LIMA e MARTINELLI, 2002, p. 50).

Segundo Tavares dos Santos, uma das características do jovem atual pode ser a sua incerteza quanto à vida, assim como o exercício e a experiência da violência que representam uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, conduzindo a fenômenos de “desfiliação”, acarretando na quebra das relações de alteridade e rompendo com a ligação entre o eu e o outro (TAVARES DOS SANTOS; 2010, p. 241).

Para Zaluar a questão não é a existência do conflito, mas a forma como este se manifesta, possibilitando ou não o diálogo, ou melhor, a “negociação pela palavra”, que conforme aduz a autora, “envolve diferentes personagens e relações”. A violência, não pode ser encarada simplesmente como “sinônimo de desigualdade, exploração, dominação, exclusão, segregação e outros males usualmente associados à pobreza ou a discriminação de cor e de gênero”. Nas palavras de Zaluar “o problema parece estar em associar a violência, mero instrumento usado com maior ou menor intensidade, a um estado social permanente e excessivo na sociedade ou entre os excluídos, explorados ou dominados” (ZALUAR, 1999, p. 11-12). Em outras palavras, ainda que a pobreza e seus desdobramentos produzam reflexos na produção da violência e da criminalidade, de modo algum estas podem ser tomadas como derivações restritivas daquela. Exemplo disso está no Protejo, onde muitos jovens possuem amigos, irmãos e familiares, vivendo nas mesmas situações que eles, e tendo ingressado no crime, enquanto os jovens entrevistados seguiram por outro caminho, procurando afastar-se do crime e da violência.

Neste ponto, sobre a problemática abordagem marxista tradicional, no que diz respeito à correlação entre crime e pobreza, Misse aponta:

A abordagem marxista tradicional ou influenciada pelo marxismo reteve a correlação herdada do socialismo, mas encontrou dificuldades em desenvolvê-la, seja porque a questão criminal não sucumbia a uma análise de classes, seja porque ela resultaria, em seus principais aspectos, de uma estrutura social inteira que sucumbia em suas próprias contradições internas. Nesse caso, preferiu investir nas diferentes formas assumidas por essas contradições, alertando para os crimes do capital e para os dispositivos de violência do Estado, um campo que se mostrou fecundo e

inovador. Desse ângulo, a própria correlação entre crime e pobreza servia às classes dominantes e precisava ser desmascarada. A ambivalência daquela correlação, ao ficar explicitada, contribuiu, na conjuntura da crise do marxismo, para aumentar suas próprias dificuldades iniciais em tratá-la (MISSE, 1993, p. 02-03).

A concepção de que os jovens de maneira geral ingressam na criminalidade simplesmente por não possuírem outras possibilidades, guarda certo paternalismo por parte de quem está distante do problema, uma vez que para os próprios jovens esta é uma entre tantas outras possibilidades que tem na vida, ainda que estas outras possibilidades sejam de fato, calcados em trabalhos muitas vezes por eles próprios menosprezados.

Em um estudo sobre violência e juventude realizado no Rio de Janeiro Sento-Sé (2003), chama a atenção para a problemática acima levantada. No que diz respeito à natureza da inserção do jovem no mundo do tráfico, o autor explica que:

A escolha se apresenta como uma dentre outras escolhas plausíveis. Do modo como é mencionada pela intervenção de número 5, o tráfico pode ser escolhido assim como o poderiam a prostituição, a faxina ou qualquer outro tipo de trabalho. Note-se que, ao listar as alternativas, a jovem só se refere a serviços subalternos, o que tanto pode evidenciar o leque limitado de escolhas disponíveis, como pode sugerir que não há grande diferenciação entre elas: todas as opções, ao fim, seriam marcadas pela subalternidade, incluído aí o tráfico de drogas. A escolha pelo tráfico parece ser encarada como uma decisão não problemática por parte dos jovens de comunidades pobres e de favelas do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, a despeito da consciência dos riscos e das implicações envolvidas na escolha, ela sequer é tratada como algo irreversível, uma escolha sem volta (SENTO-SÉ, 2003, pp. 293-294).

Zaluar (2001) chama a atenção para a sinergia existente entre o recrutamento de jovens pelo mercado de drogas nas favelas e bairros pobres, onde é comum o uso de armas de fogo, e a pobreza, ou seja, oportunidades educacionais e econômicas inadequadas ou inexistentes, bem como, formações subjetivas em processo de desenvolvimento intra e extra muros na escola.

A autora explica que o aumento de mortes violentas não pode ser atribuído a nenhum fator determinante, mas sim à interação de diversos aspectos que contribuem para estimular a violência, principalmente no que diz respeito aos jovens (ZALUAR, 2001, p. 146).

A pobreza é apenas um dos fatores que acarretam no ingresso dos jovens no mundo do crime ou da violência, ao lado de tantos outros de igual ou maior importância, o que apenas no caso concreto vai poder ser sopesado, ou seja, “não basta remeter a violência às determinações econômicas ou políticas, embora elas permaneçam atuando como causas eficientes” (TAVARES DOS SANTOS, 2010, p. 239). Ignorar este fato é ignorar a própria personalidade, a própria autonomia e individualidade dos jovens, que vão lidar com o que acontece em seu mundo, de maneiras diversas e distintas entre si.

Precisa-se atentar para a necessária distinção, entre os conceitos e/ou efeitos do crime e da violência; embora um possa vir acompanhado do outro, os mesmos não são sinônimos.

A violência conforme Zaluar é utilizada como um meio ou instrumento para outros fins (ZALUAR, 1999). Porém, mais do que o crime propriamente dito, a presença da violência na conduta ou no modo de agir do ser-humano, pode revelar um reflexo no modo de maturação do sujeito, um desencadeamento emocional, a partir de experiências vividas, ou mesmo suprimidas por eles, por fatores internos e/ou externos, o que vai estar diretamente relacionado aos laços, vínculos e esferas de reconhecimento estabelecidos pelo sujeito ao longo de sua vida, pois conforme aponta Tavares dos Santos:

[...] é preciso entender os significados ocultos nos atos de violência. Nos grupos de adolescentes, o vínculo de reconhecimento torna-se relevante e necessário, não apenas como processo fundamental na construção do aparelho psíquico, mas como procura de reconhecimento pelo outro, que reafirma a alteridade como dinâmica da vida social (TAVARES DOS SANTOS, 2010, p. 239).

Não obstante, as diversas circunstâncias que podem levar ao ingresso do jovem no mundo do crime e da violência, o que fica claro é a constatação de que estes são suas principais vítimas, conforme comprovam os elevados índices de homicídios de jovens em nosso país.

2.2 AS TAXAS DE HOMICÍDIO ENTRE JOVENS NO BRASIL

Conforme demonstra estudo realizado pelo IBGE (2008, p. 303), as causas violentas têm sido apontadas como as que mais vêm tomando importância no conjunto da mortalidade no Brasil, principalmente entre os jovens e os homens, acarretando em grandes custos sociais e econômicos, pois além das vidas perdidas, muitas vezes de forma prematura, a criminalidade deixa sequelas emocionais nas famílias das vítimas, ocasiona em elevados custos hospitalares e com segurança, gerando insegurança na população e interferindo de forma negativa em sua qualidade de vida.

Os levantamentos e fontes de dados que relacionam juventude e violência são diversos, e advindos das mais diversas áreas, assim como, são também os levantamentos das taxas de homicídios. Tavares dos Santos aponta:

A relação entre a juventude e a violência na sociedade brasileira contemporânea pode ser reconstruída mediante o recurso a várias fontes de dados, oficiais ou de pesquisas universitárias. O quadro geral possibilita uma visão ampla da mortalidade por causas não naturais que atingiram a juventude brasileira na década de 90, o que demonstra os traços da desigualdade econômica e social, como se configura a situação de vulnerabilidade social e, por consequência, o perfil de sua vitimização (TAVARES DOS SANTOS, 2007, p. 15).

Estudos do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (2009, p.31) apresentam indicadores calculados para o conjunto de 267 municípios brasileiros com mais de 100.000 habitantes, comparando causas de mortalidade no ano de 2006 (homicídios, suicídios, acidentes e mortes naturais) que, conforme aponta o gráfico abaixo, demonstram que os homicídios são responsáveis por quase metade das mortes de jovens na faixa-etária de 12 a 18 anos, seguidos das mortes naturais e dos acidentes.

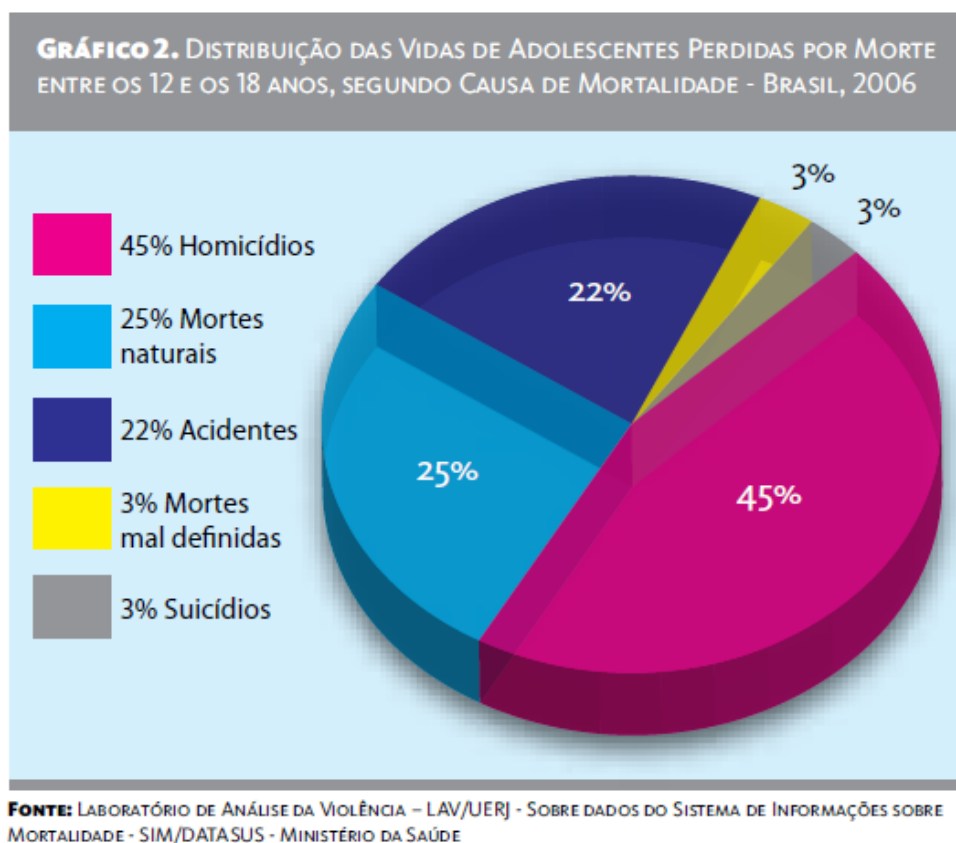


Gráfico 1: Distribuição das Vidas de Adolescentes Perdidas por Morte entre os 12 e os 18 anos, segundo Causa de Mortalidade - Brasil, 2006.

Fonte: Laboratório de Análises da Violência – LAV/UERJ – Sobre Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM/DATASUS – Ministério da Saúde.

Quanto aos elevados índices de homicídios no Brasil, chama a atenção também a grande quantidade de mortes ocorridas com a utilização de armas de fogo, sendo que estas “se encontram associadas aos indicadores de desenvolvimento humano quase com peso e sentido semelhante ao das taxas de homicídio” (WAISELFISZ, 2008, p. 103). Segundo MIZNE (2008, p. 190) “de acordo com o SUS, em 2004, mais de 100 pessoas foram assassinadas com armas de fogo por dia, totalizando quase 39.000 vítimas”.

O risco de se tornarem vítimas de homicídio varia de acordo com a faixa etária dos indivíduos, sendo incrivelmente alto na faixa que vai dos 19 aos 24 anos, demonstram os estudos do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens:

Para o conjunto da população residente nos municípios com mais de 100.000 habitantes, verificou-se que, para crianças com menos de 12 anos, o risco de morrer vítima de homicídio é 0,03 vezes o risco de um adolescente. Calculando o inverso desse valor, tem-se que o risco de um adolescente ser assassinado é 33 vezes superior ao de uma criança. Por sua vez o risco na faixa dos 19 a 24 é mais do dobro do que entre os adolescentes, atingindo o valor máximo entre todas as faixas. O risco continua alto, embora um pouco menor, na taxa entre os 25 e 29 anos, e começa a cair notável e progressivamente a partir dos 30. A partir dos 40 anos, o risco já é inferior ao observado na adolescência. (PROGRAMA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS, 2009, p. 35).

Tabela 1: Distribuição dos Municípios segundo Risco Relativo por Idade.

TABELA 8. DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO RISCO RELATIVO POR IDADE														
FAIXA ETÁRIA 12 A 18 ANOS	0 A 11 ANOS		19 A 24 ANOS		25 A 29 ANOS		30 A 39 ANOS		40 A 49 ANOS		50 A 59 ANOS		60 ANOS OU MAIS	
	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%	FREQ.	%
Até 1	248	100	9	4	20	8	56	23	123	50	152	61	167	67
Mais de 1 até 5	0	0	212	86	197	79	179	73	117	47	92	37	76	31
Mais de 5 até 10	0	0	23	9	22	9	11	4	7	3	4	2	3	1
Mais de 10	0	0	3	2	9	4	2	1	1	0	0	0	2	1
Total de casos válidos	0	0	248	100	248	100	248	100	248	100	248	100	248	100

FONTE: LABORATÓRIO DE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA – LAV/UERJ – SOBRE DADOS DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE MORTALIDADE - SIM/DATASUS - MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fonte: Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ – Sobre dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade = SIM/DATASUS – Ministério da Saúde.

Os mesmos estudos concluem que o risco de se tornar vítima de homicídio é 12 vezes maior para os homens, em relação às mulheres, e mais do que o dobro para os negros, em relação aos brancos. Do mesmo modo, a probabilidade das vítimas serem mortas por arma de fogo é 3 vezes maior do que por qualquer outro meio, e o risco por idades é 2,4 maior na faixa-etária que vai dos 19 a 24 anos, em comparação com a faixa de 12 aos 18 anos (PROGRAMA DE REDUÇÃO DA VIOLÊNCIA LETAL CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS, 2009, p.39).

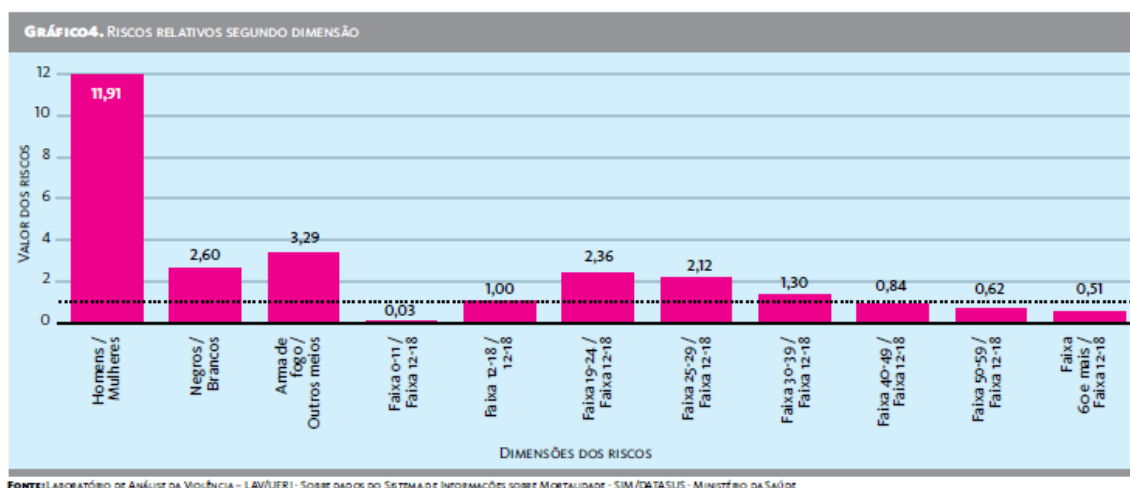


Gráfico 2: Riscos relativos segundo dimensão

Fonte: Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ – Sobre dados do Sistema de Informações sobre a Mortalidade – SIM/DATASUS – Ministério da Saúde

Ainda sobre as taxas de óbitos por homicídios o IBGE (2010, p. 284-285) também afirma que estes representam grande parte das mortes entre jovens e adultos jovens, do sexo masculino, sendo que as agressões (homicídios) deram causa a 57,4% de mortes dos indivíduos entre 15 e 19 anos de idade, no ano de 2008. Já entre os adultos jovens do mesmo sexo, na faixa etária de 20 a 29 anos, a proporção no mesmo ano, atingiu 53,8% do total.

Tabela 2: Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as causas externas de mortes - Brasil - 2008.

Tabela 10.7 - Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade, segundo as causas externas de mortes - Brasil - 2008

Causas externas de mortes	Óbitos das pessoas de 15 a 29 anos de idade, por sexo e grupos de idade (%)			
	Homens		Mulheres	
	15 a 19 anos	20 a 29 anos	15 a 19 anos	20 a 29 anos
Acidentes de transporte	21,5	25,6	41,8	40,0
Quedas	0,7	0,9	0,8	0,7
Afogamento e submersões acidentais	5,3	2,9	4,5	1,9
Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	0,1	0,2	0,6	0,9
Envenenamento, intoxicação por exposição a substâncias nocivas	0,1	0,1	0,7	0,2
Lesões autoprovocadas voluntariamente	3,5	5,4	12,0	10,3
Agressões	57,4	53,8	29,4	33,5
Eventos (fatos) cuja intenção é indeterminada	7,6	7,3	6,8	8,4
Intervenções legais e operações de guerra	0,8	0,6	0,0	0,0
Todas as outras causas externas	2,9	3,2	3,4	4,1

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade 2008.

Entre os países da América Latina, o Brasil se encontra no ranking entre os países com as maiores taxas de homicídios da população jovem, infinitamente superior às taxas para a população não jovem, conforme detalham os gráficos abaixo:

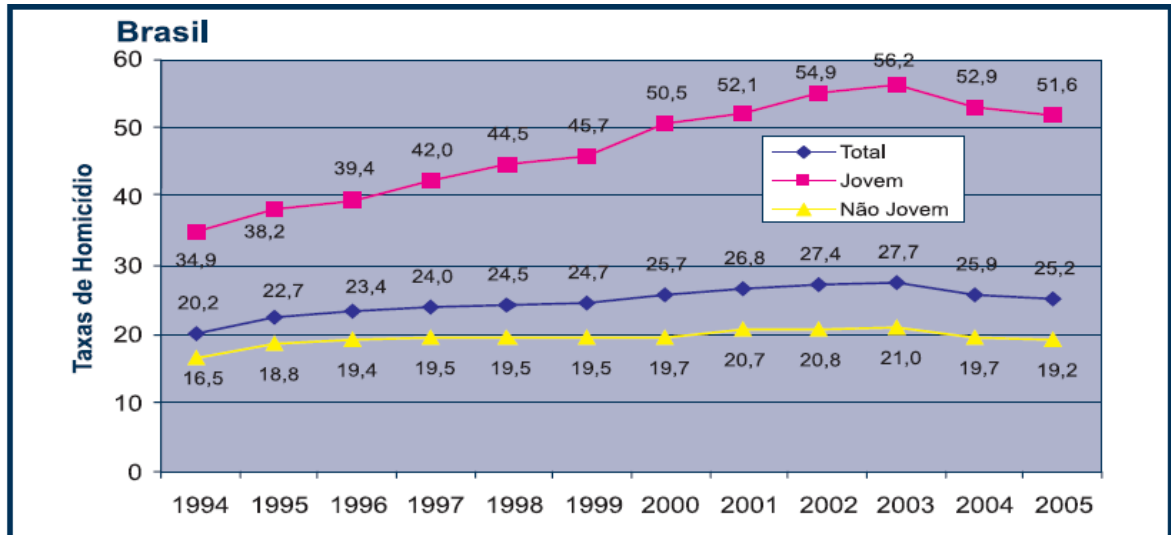


Gráfico 3: Taxas de Homicídio População Jovem - Brasil

Fonte: WAISELFISZ, 2008, p. 25.

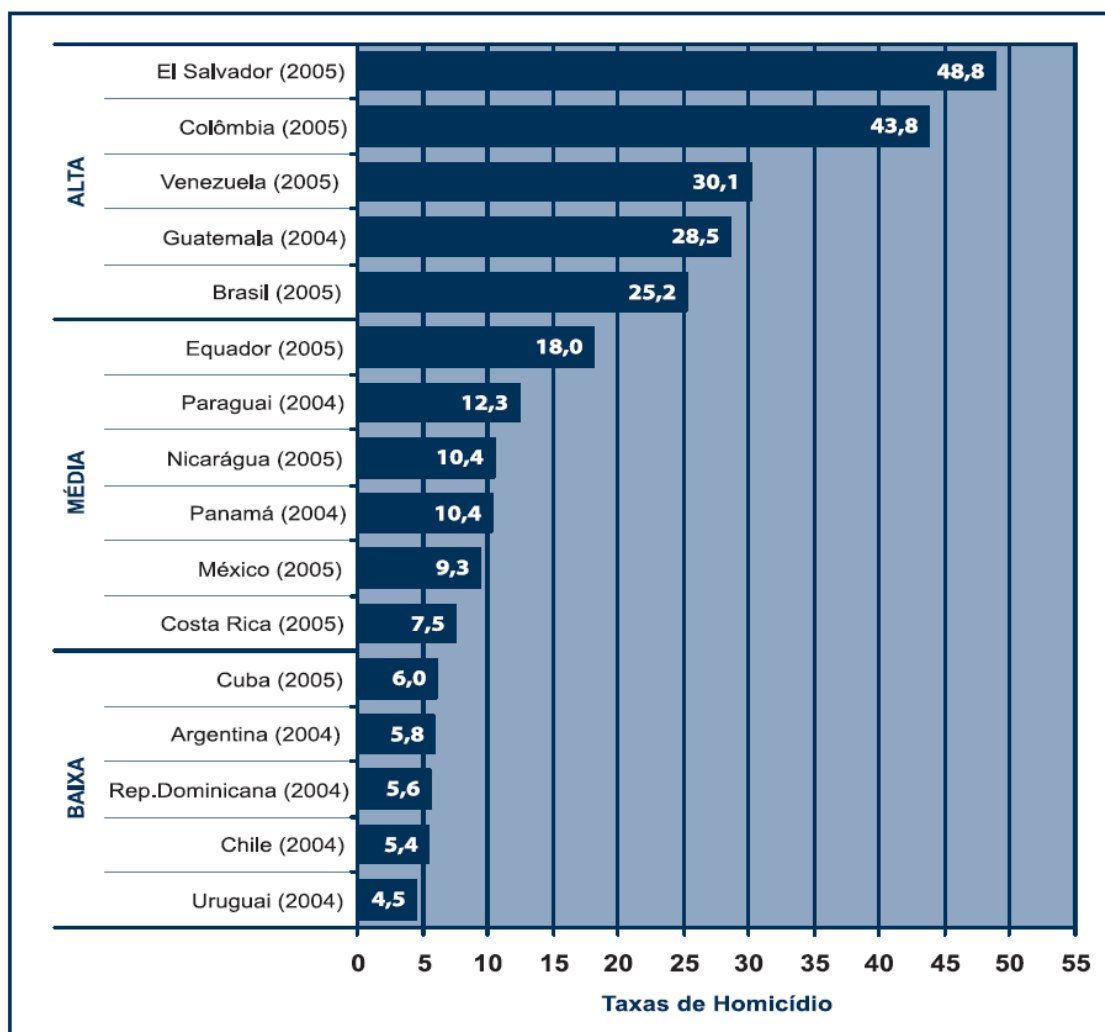


Gráfico 4: Taxas de Homicídio

Fonte: Microdados *WHOSIS* e complementares

A maioria das vítimas de homicídios na América Latina apresentam características similares ao caso brasileiro, havendo a predominância de vítimas do sexo masculino, jovens, solteiros, de estratos econômicos mais baixos, e que estão fora do sistema escolar (ABRAMOVAY, 2002, p. 61-62).

TOTAL 15 A 24 ANOS							
País	Ano	Posição	Taxa (%)	País	Ano	Posição	Taxa (%)
Colômbia	1994	1	81,4	Colômbia	1994	1	147,3
Venezuela	1994	2	65,0	Venezuela	1994	2	66,1
Brasil	1998	5	26,2	Brasil	1998	3	47,8
Bahamas	1995	7	20,8	México	1995	5	24,3
México	1995	8	20,2	Argentina	1996	6	21,6
Argentina	1996	9	18,2	Bahamas	1995	8	18,6
Guatemala	1996	12	9,3	Guatemala	1996	11	12,3
Costa Rica	1995	14	8,4	Costa Rica	1995	13	8,9

Fonte: WAISELFISZ, Mapa da Violência II, 2000.

Gráfico 5: Taxas de Homicídio América Latina

Fonte: WAISELFIZ, Mapa da Violência, II, 2000.

Estudo recente de Waiselfisz (2011, p. 72) traz à baila a discrepância entre as taxas de homicídios da população jovem em relação a não jovem. Em relação à população adulta, as taxas de homicídios da população jovem duplicaram-nas a cada ano que se passou, no período que foi de 1998 a 2008, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 3: Taxas de homicídios da população jovem em relação a não jovem

INDICADOR	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
TAXA JOVEM	47,7	48,5	51,4	52,3	55,0	56,1	52,4	50,9	51,4	50,1	52,9
TAXA NÃO JOVEM	20,6	20,7	20,5	21,6	21,8	22,1	20,7	19,9	20,5	19,6	20,5
ÍNDICE DE VITIMIZAÇÃO	232	235	250	242	252	254	253	256	251	256	258

Fonte: SIM/SVS/MS

Conforme aponta ZALUAR:

O crescimento das mortes violentas no Brasil como um todo na década de 1980 (de 9% para 12% do total das mortes) coloca o país no mesmo patamar da Venezuela, México e Panamá. Os índices brasileiros já são o dobro dos registrados nos Estados Unidos. Destas mortes, em torno de 55% são homicídios (ZALUAR, 2001, p.146).

De acordo com os dados e as taxas aqui levantadas a conclusão a que se chega é de que comprovadamente os jovens constituem-se as maiores vítimas da mortalidade violenta. Conforme já apontado anteriormente, os jovens são ao mesmo tempo agentes e vítimas de violência, e dados os números levantados, demonstram-se que suas vidas no mundo do crime são breves, assim como suas

vidas fora dele, por vezes perpetradas de infinitas formas de violências e violações anteriores ao crime, o que nos remete diretamente a forma como o controle social vem sendo desenvolvido e sua consequente (in) eficácia.

2.3 A FALÊNCIA DO CONTROLE SOCIAL FORMAL

A violência é comumente vislumbrada como uma crise intensa e constante na sociedade moderna. Dada essa realidade, vêm aumentando os meios de intervenção e controle social estatal, na busca de redução ou ao menos estabilização dos índices de violência e criminalidade. A noção, conceituação e desdobramentos, da violência não é algo de simples definição, e pode envolver diversos aspectos, que na prática desencadeiam efeitos de impossível mensuração específica.

A violência é por princípio, ambígua, não existindo uma única percepção do que a mesma seja, mas sim uma multiplicidade de atos violentos, cujas significações devem ser consideradas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico ao outro (ABRAMOVAY, 2002, p. 17).

No caso da violência, como também da criminalidade juvenil, sobrevém uma taxatividade de condutas violentas e delinquentiais como se todas fossem oriundas de um mesmo fator, e desenvolvessem-se de uma forma única e atroz, e tudo se resumisse a repressão penal, como se este fosse o único meio necessário e eficaz para contornar tais condutas.

A banalização da violência que estamos a enfrentar, está relacionada à formação de um padrão cultural da sociedade, que passa a transmitir suas concepções de geração em geração, pregando um discurso de redução de contenção da violência e da criminalidade através de penas mais rígidas e um sistema penal mais severo. Neste sentido, Callegari e Motta (2007, p. 03) revelam que “a tendência atual da política criminal centraliza a resposta à crise vivenciada na utilização da pena, como se não existissem outros mecanismos de controle social válidos, ou ao menos igualmente eficazes”.

Tal questão envolve a transmissão de estigmas dissociados da realidade, que por sua vez traz consequências na concepção de um real e eficaz modelo de controle social. Quando se associa todas as condutas à violência e à criminalidade, acaba-se caindo em um sistema de justiça impositivo, controlador e violento, que corresponde a uma modulação emocional que, ao invés de superar atos disfuncionais baseados na disputa, na raiva e na vingança, acaba por agravá-los (BRANCHER, 2008, p.16).

No caso dos atos infracionais, a relação direta que o imaginário social elabora com a violência traz consequências ameaçadoras à eficácia do sistema socioeducativo. A maioria dos adolescentes que integram este sistema no Rio Grande do Sul cometem infrações contra o patrimônio e não contra a pessoa, conforme apontam dados obtidos na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (2007), que revelam o roubo como o principal ato infracional (53,1) responsável pela internação dos adolescentes na instituição.

Embora em muitos casos a infração esteja acompanhada de atos de violência, isto não diz respeito, necessariamente, ao universo dos adolescentes em conflito com a lei (PETRACCO, 2008), e ultrapassar as barreiras impostas pelos estigmas e preconceitos existentes é algo que precisa ser feito para proceder de maneira adequada no atendimento a estes adolescentes.

A violência como um problema social, provoca a ação do Estado, que procura intervir a fim de estabelecer a ordem, a paz e, para muitos, a própria justiça, e nesse anseio de reduzir os índices de criminalidade e violência, a recorrência ao sistema penal se tornou cada vez mais comum.

Tavares dos Santos explica que a violência se constitui em uma nova questão social global, provoca mudanças nos diferentes Estados, configurando inclusive um Estado de Controle Social repressivo. O autor explica que estamos diante de formas contemporâneas de controle social, com as características de um Estado repressivo que acompanha a crise do Estado-Providência (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 149). Também neste sentido, Burtet afirma que:

O sistema penal pressupõe a incriminação de condutas e a aplicação de sanções, fundamentalmente quando a norma tipificadora é violada. Constata-se que o sistema penal atua de forma a concretizar uma espécie de controle social, mediante a repressão do crime, atendendo aos anseios de uma determinada estrutura de poder devidamente organizada (BURTET, 2002, p.69).

Aliada a toda essa problemática, tem-se a ausência, ou desvio de recursos e o despreparo das ações estatais. E exemplo claro desta falha estatal encontra-se na violência institucionalizada em grande parte dos centros de repressão carcerária de nosso país. Conforme afirma Julião:

Vários países da América Latina, dentre eles o Brasil, vêm vivendo no campo da segurança pública um dos momentos mais críticos da sua história. O sistema prisional brasileiro, por exemplo, vem passando por uma crise sem precedentes nos últimos anos. A população carcerária ultrapassou a marca de 400 mil internos. O aumento tem atingido a média de 5 a 7% ao ano, não representando concretamente o mesmo ritmo na criação de novas vagas. Seguindo esta perspectiva acelerada de crescimento, acredita-se que em menos de uma década esta população dobrará, registrando uma superlotação inimaginável para o sistema penitenciário hoje já superlotado. O número de jovens em conflito com a Lei, privados de liberdade nas principais capitais brasileiras, segue o mesmo ritmo do sistema penitenciário. Estima-se que o crescimento desta população chegue próximo dos 10% ao ano em algumas capitais brasileiras. Por todo o país encontram-se evidências de um acelerado processo de deterioração no campo da privação de liberdade: superlotação, maus tratos, motins, rebeliões, massacres fazem do sistema penitenciário e das instituições responsáveis pelas ações socioeducativas no país, uma bomba relógio pronta para explodir. Cenas de terror, de deterioração humana são denunciadas periodicamente por organismos nacionais e internacionais, mas sem respostas concretas do poder público (JULIÃO, 2008, p. 01-02).

Muñoz Conde escreve: tanto nos casos em que sanciona, quanto na forma de sancioná-los, o direito penal é violência, mas nem toda a violência faz parte do direito penal. A violência é uma característica de todas as instituições sociais criadas para a defesa ou proteção de determinados interesses, legítimos e ilegítimos, sendo consubstancial a todo o sistema de controle social. Porém, no campo do direito penal ou do direito penal juvenil, a repressão estatal, embora inegavelmente revestida de violência, uma vez que pode afetar diretamente a liberdade do cidadão, deveria se pautar pela formalização do controle (MUNOZ CONDE, 2005, p.05 e 06), afastando desta maneira os elementos de surpresa em suas ações. No entanto, os fatos demonstram uma realidade distinta, pois cada vez mais os agentes cumpridores das medidas impostas pelo Estado são surpreendidos com a negligência e a decadência deste tradicional sistema de

controle social.

No âmbito da criminalidade juvenil, torna-se importante analisar como seria o sistema de controle social adequado às necessidades que estamos a viver, quais as falhas do atual sistema, e como este repercute no trabalho com os adolescentes em conflito com a lei e em situação de risco social, pois a verdade é que a realidade destes adolescentes revela uma questão muito mais social do que criminal ou infracional propriamente dita. Para trabalhar com esta população é preciso antes de tudo estar atento às causas que levam a maioria destes jovens a ingressar no mundo do crime e da violência e buscar alternativas para combater essas causas muito antes da prática dos atos infracionais.

Á exemplo do que deve ocorrer no estudo que envolve os fatores de vulnerabilidade à criminalidade juvenil, o estudo do controle social deve seguir sob a luz do princípio da interdisciplinaridade, a fim de buscar-se em vários outros caminhos e ciências, as possibilidades de enfretamento da criminalidade e as possíveis novas formas de instituição de um modelo de controle social que priorize a prevenção ao invés da repressão.

Grande parte dos jovens que ingressam na criminalidade juvenil e posteriormente no sistema socioeducativo, tem sua trajetória de vida marcada por inúmeras formas de desrespeito íntimo e social, e considerando essa realidade, não basta aplicar a estes jovens uma sanção penal ou socioeducativa esperando que a vida faça o resto, pois quando o jovem ingressa naquele sistema é sinal de que todos os outros meios de controle social que vem antes disso já falharam com ele. Conforme aponta Tavares dos Santos:

No limiar do século XXI, o panorama mundial é marcado por questões sociais mundiais que se manifestam, de forma articulada e com distintas especificidades, nas diferentes sociedades: o internacionalismo está fundado em problemas sociais globais, tais como a violência, a exclusão, as discriminações por gênero, os vários racismos, a pobreza, os problemas do meio ambiente e a questão da fome (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 143).

A realidade nos revela também que os efeitos do direito penal não são aplicados de forma igualitária para todos. Ao contrário, o direito penal nos

desponta com clareza as desigualdades e injustiças sociais da atualidade, e admitida essa verdade, impõe-se também a necessidade de modificar-se o mais intensamente possível o sistema econômico que o condiciona (MUÑOZ CONDE, 2005, p. 32 e 33).

Identificamos décadas de ineficácia do Estado no combate a essas desigualdades e injustiças sociais. E como já foi dito anteriormente, não há como impor aos nossos jovens que passem a adotar o modo de agir supostamente correto e esperado pela sociedade, se a cada dia acompanhamos a perda de valores fundamentais da infância, seguidos da supressão de direitos e garantias essenciais a um bom desenvolvimento, e o sistema econômico que poderia atuar para a reparação de tais desigualdades atua ao contrário, aumentando a mazela social.

A reprodução das diferenças sociais faz com que a instituição do controle social fique estagnada, girando sempre sobre o mesmo eixo e esbarrando sempre na mesma questão. Neste sentido, AZEVEDO e VASCONSELLOS destacam que:

A questão da exclusão social é um problema que afeta grande parte da população egressa brasileira e é resultante da convergência de vários aspectos, mas tem como resultado comum à exacerbação da pobreza. A população carcerária, de modo geral, é formada por indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica, e que em condições normais já teriam dificuldades de garantir a sua própria subsistência e vincular-se a redes sociais de apoio e solidariedade social. Soma-se a essas dificuldades o fato de que, ao sair da prisão, passam a carregar o estigma de ex-presidiários, o que se torna um obstáculo quase intransponível para a maioria dos egressos (AZEVEDO e VASCONSELLOS, 2008, p.103).

Baratta (2002, p. 172), analisando o sistema penal e a reprodução da realidade social chama atenção para o papel do sistema escolar em tal relação. Este sistema atuaria como primeiro segmento do aparato de seleção e de marginalização na sociedade. Segundo o autor a realidade social se manifesta com uma desigual distribuição dos recursos e dos benefícios, que faz com que a sociedade capitalista desenvolva zonas consistentes de subdesenvolvimento e de marginalização.

Adorno afirma que embora a sociedade esteja em constante mutação, com o crescimento dos crimes e da sua violência, as instituições encarregadas da

proteção dos cidadãos e aplicação da lei, continuam operando segundo o mesmo modelo de três ou quatro décadas atrás, demonstrando que a polícia, a justiça penal e o sistema penitenciário não acompanham o ritmo dos novos tempos, mantendo práticas tradicionais de controle social, baseadas na manutenção de um “cordão sanitário” em torno das “classes perigosas” (ADORNO, 2009, p.11).

Por isso é que a possível solução para lidar com a falência do controle social que abarca a sociedade moderna não é, e não pode ser encontrada na mera repressão penal. Ao contrário, a contribuição desta para o enfrentamento da questão é ínfima, e deve seguir sua atuação sempre amparada pelo princípio da intervenção mínima, que nos remete a subsidiariedade do direito penal, e que vale também para o direito penal juvenil.

O direito penal só deve ser chamado a atuar em casos extremos, em que o seu emprego seja realmente necessário, restando esgotado qualquer outro meio de controle social aplicável. Neste sentido, Bitencourt aponta que:

O princípio da *intervenção mínima*, também conhecido como *ultima ratio*, orienta o poder *incriminador* do Estado, preconizando que a criminalização de uma conduta só se *legítima* se constituir *meio necessário* para a proteção de determinado bem jurídico. Se outras formas de sanção ou outros *meios de controle social* revelarem-se suficientes para a tutela desse bem, a sua criminalização é inadequada e não recomendável (BITENCOURT, 1999, p. 35).

Pode-se dizer ainda que deste princípio decorre também o fenômeno da desjudicialização juvenil, que busca pôr fim ao processo penal formal. Conforme explica Octavio García Pérez:

Pero al mismo tiempo se recomienda La introducción de la desjudicialización (*diversion*). Con este término se alude a una serie de técnicas tendentes a poner final proceso penal formal en fases anteriores a la constatación de la culpabilidad del menor, renunciando a la acusación o suspendiendo el proceso, o incluso a impedir que se inicie, no comunicando la policía la *notitia criminis* a los órganos de la Administración de Justicia. Em función de las consecuencias que lad esjudicialización trae consigo, se distingue entre la que entraña sin más una renuncia a la intercepción penal y aquélla en que estava acompañada de la adopción de otras medidas de control social, siendo esta última modalidad la que se impusoen el ámbito norteamericano (PÉREZ, 1999, p. 40).

Embora não exposto na Constituição Federal, o princípio da intervenção mínima é de obrigatória importância no âmbito penal. O direito penal juvenil deve

situar-se como a *ultima ratio* do sistema de justiça juvenil. Sendo que inclusive a Convenção sobre os Direitos da Criança, traz explicitamente a necessidade de observância deste princípio, ao dispor em seu art. 37, b, que os Estados-partes deverão zelar para que “[...] nenhuma criança seja privada de sua liberdade de forma ilegal ou arbitrária. A detenção, a reclusão ou prisão de uma criança, será efetuada em conformidade com a lei e apenas como último recurso, e durante o mais breve período de tempo que for apropriado”.

Além disso, o princípio da intervenção mínima é abarcado também pelas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e Juventude, que no item 17.1, b dispõe que “as restrições à liberdade pessoal do jovem serão impostas somente após estudo cuidadoso e se reduzirão ao mínimo possível”.

No Estatuto da Criança e do Adolescente, analisando-se a medida de internação, verificamos também a presença do princípio da intervenção mínima, quando no art. 121, é expresso que a internação sujeita-se aos princípios da brevidade e da excepcionalidade, e no art. 122, §2º, a lei determina que “em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada”. Quanto à importância das determinações contidas nestes dispositivos Karyna Batista Sposato reflete que:

Para os adolescentes de qualquer classe e segmento social, o grupo de convivência e socialização desempenha um papel extremamente significativo. É ele que confere o sentimento de pertencer à sociedade. Assim, a passagem pelo sistema de justiça formal e também por instituições correcionais pode representar a formação de uma identidade criminosa, mesmo nos casos de adolescentes que passam pela experiência da infração como um episódio em suas vidas (SPOSATO, 2006, p. 94).

O reconhecimento da necessária presença deste princípio no âmbito do controle social formal faz com que a imposição de qualquer medida de direito penal ou penal juvenil, ao jovem ou ao adolescente em conflito com a lei seja avaliada cuidadosamente a fim de se encontrar o meio menos impactante na vida destas, devendo as penas e medidas socioeducativas serem aplicadas somente nos casos de extrema necessidade.

A criminalidade juvenil envolve diversos fatores, entre eles aspectos sociais e estruturais, que não se reduzem ao controle do sistema penal ou socioeducativo. A inexistência de um Estado apto a atender, ainda que minimamente, às necessidades das crianças e dos adolescentes, aliada a sequência de estigmas preconceituosos, que relaciona todos os atos infracionais exclusivamente à violência, acaba por deixá-los ainda mais a mercê de tal criminalidade, ou ao menos a contribuir para impedir que dela eles se desvencilhem. Neste sentido, Tavares dos Santos afirma que:

Estariamos diante de uma crise da modernidade tardia, na qual a privação relativa combina-se com o individualismo, transformando-se em uma comparação no interior da divisão do trabalho e entre aqueles que estão no mercado e os excluídos, conformando uma grande vulnerabilidade social, pobreza e miséria (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 146).

Toda essa realidade é marcada também pela multiplicidade das formas de violência nas sociedades contemporâneas, que se constituem no fenômeno da violência difusa, e pelas características da chamada “modernidade tardia”, quais sejam a repetição da exclusão social, a disseminação das violências, a ruptura dos laços sociais e a “desfiliação” de algumas categorias sociais, na qual se inclui a juventude brasileira, que é uma das grandes vítimas da civilização (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p.143-145).

Parte desta grande parcela da população, da qual a juventude faz parte, vítima da civilização, e de diversas formas de violência, se encontra atendida por muitos projetos e programas de políticas públicas, voltados a prevenção do crime e da violência e à inserção social destes jovens, como é o caso do projeto a seguir estudado.

3 A INSERÇÃO SOCIAL DOS JOVENS EM SITUAÇÃO INFRACIONAL OU DE RISCO SOCIAL DENTRO DO PROTEJO/PRONASCI EM NOVO HAMBURGO-RS

Nesta dissertação, os jovens entrevistados, revelaram aspectos objetivos e subjetivos, que contribuem para possibilitar que uma política pública seja ou não efetiva. A seguir é apresentada a parte empírica desta pesquisa, retratando a realidade do projeto investigado e identificando reflexos de vínculos e reconhecimento na vida dos jovens participantes.

3.1 O PROGRAMA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA– PRONASCI E O PROJETO DE PROTEÇÃO A JOVENS EM TERRITÓRIO VULNERÁVEL – PROTEJO

O Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo, é um projeto que integra as ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. Seu público alvo são os jovens em situação de risco social moradores dos Territórios de Paz do Pronasci. A seguir realiza-se a explicação do Pronasci e do Protejo, assim como uma apresentação do bairro Santo Afonso, em Novo Hamburgo, onde se situa o Território de Paz onde foi desenvolvida esta pesquisa.

3.1.1 O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

O Brasil ao longo dos últimos anos foi marcado pela violência, que se constituiu em uma grave questão social. Muitas formas de intervenção penal já foram adotadas em nosso sistema, a fim de reduzir os atos de violência. No entanto, assistimos atualmente a falência do controle social formal, que muito deixou a desejar nos últimos anos, contribuindo ainda, para aumentar a gravidade da situação.

Por tudo isso, foi se constituindo no Brasil um novo pensamento no que tange a segurança pública. Após serem verificadas as falhas no sistema de

controle social formal, foram surgindo novas formas de se pensar a segurança, e com o intuito de articular ações de segurança pública com ações sociais, nasceu o Programa de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci.

Pode-se afirmar que hoje a juventude é a maior vítima da violência no Brasil, encabeçando os índices de homicídio a faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos. Dada esta realidade este é também o público alvo das ações do Pronasci, e principalmente do Protejo, projeto escolhido para realização da pesquisa empírica desta dissertação.

A partir da constatação de que a violência era um problema social, e que demandava novos esforços para ser enfrentado, diversas tentativas foram empreendidas em nosso país neste sentido, mas grande parte das políticas implantadas, por algum motivo ou outro acabaram falhando.

O Pronasci foi instituído pela Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, e suas diretrizes, constantes no art. 3º da Lei, consagram o seguinte:

- a promoção dos direitos humanos, intensificando a cultura de paz, de apoio ao desarmamento e de combate sistemático aos preconceitos de gênero, étnico, racial, geracional, de orientação sexual e de diversidade sexual;
- a criação e fortalecimento de redes sociais e comunitárias;
- o fortalecimento dos conselhos tutelares;
- a promoção da segurança e da convivência pacífica;
- a modernização das instituições de segurança pública e do sistema prisional;
- a valorização dos profissionais de segurança pública e dos agentes penitenciários;
- a participação dos jovens e adolescentes, de egressos do sistema prisional, de famílias expostas à violência urbana e de mulheres em situação de violência;
- a ressocialização de indivíduos que cumprem penas privativas de liberdade e egressos do sistema prisional, através de projetos educativos, esportivos

- e profissionalizantes;
- a intensificação e a ampliação das medidas de enfrentamento do crime organizado e da corrupção policial;
 - a garantia ao acesso da justiça;
 - a garantia da recuperação dos espaços públicos por meio de medidas de urbanização;
 - a observância dos princípios e diretrizes dos sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais e das resoluções dos conselhos de políticas sociais e de defesa de direitos relacionados ao Pronasci;
 - a participação e a inclusão em programas de atendimento para as vítimas da criminalidade por intermédio de apoio psicológico, jurídico e social;
 - a participação de jovens e adolescentes em situação de rua em programas educativos e profissionalizantes, com vistas à ressocialização e reintegração à família;
 - a promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as dimensões de gênero, etnia, raça, geracional e de orientação sexual;
 - a transparência de sua execução;
 - a garantia da participação da sociedade civil.

O Manual de Convênios do Pronasci (2008) estabelece para o programa as seguintes premissas básicas:

- a) Respeito aos projetos e ações em execução nos Ministérios e nas Secretarias;
- b) Intensa participação de Estados e Municípios;
- c) Ações policiais que respeitem os direitos humanos;

Em seu artigo primeiro, a Lei determina que o Pronasci será executado pela União, por meio da articulação dos órgãos federais, em cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios e com a participação das famílias e da comunidade, através de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira e mobilização social, com vistas a buscar a melhoria da segurança

pública. A ideia trazida no artigo primeiro é complementada pelo 2º ao referir que o Pronasci “destina-se a articular ações de segurança pública para a prevenção, controle e repressão da criminalidade, estabelecendo políticas sociais e ações de proteção às vítimas”.

Os focos prioritários do Pronasci se dividem em quatro: o *foco etário*: composto pela população juvenil de 15 a 24 anos; o *foco social*: composto por jovens e adolescentes egressos do sistema prisional ou em situação de moradores de rua, famílias expostas à violência urbana, vítimas da criminalidade e mulheres em situação de violência; o *foco territorial*: que abrange as regiões metropolitanas e aglomerados urbanos que apresentam altos índices de homicídio e de crimes violentos; e o *foco repressivo*: que diz respeito ao combate ao crime organizado (Art. 3º, da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007).

Observa-se que o Protejo abrange três dos focos acima mencionados, o etário, visto que os jovens atendidos pelo Protejo tem idades entre 15 e 24 anos; o social, visto que integram o projeto jovens em situação de risco social; e o territorial, visto que no município de Novo Hamburgo e no bairro Santo Afonso, o cometimento de crimes violentos é corriqueiro.

Ainda quanto a seu foco, o Manual de Convênios do Pronasci (2008) estabelece que o programa deve desenvolver políticas específicas de prevenção à violência para os adolescentes em conflito com a lei, jovens presos, egressos do sistema prisional, oriundos do serviço militar e em situação de vulnerabilidade. Conforme o Manual, o programa possui o objetivo geral, de enfrentamento da criminalidade e da violência, em suas raízes sociais e culturais, e de redução dos altos índices daquelas nos territórios de descoesão social.

Como objetivos específicos, o Pronasci apresenta seis elementos: a) a modernização do sistema de segurança pública e prisional, bem como a valorização dos seus profissionais; b) a ressocialização das pessoas com penas restritivas de liberdade e egressos, através da implementação de projetos educativos e profissionalizantes; c) a promoção do acesso aos adolescentes e

jovens adultos em situação de risco e conflito com a lei às políticas sociais governamentais em territórios de descoesão social; d) a promoção da garantia do acesso à justiça à população pertencente àqueles territórios; e) a intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento ao crime organizado e à corrupção policial; f) a promoção dos direitos humanos, considerando questões de gênero, étnicas, raciais, de orientação sexual e diversidade cultural (Manual de Convênios Pronasci, 2008).

A junção de várias características de vítimas e autores de atos de violência, que nem sempre são distintos uns dos outros, chegando a se confundirem entre si, uma vez que muitos autores de violência acabam tornando-se suas vítimas, e vice-versa, fez nascer também a noção de territórios de violência.

Assim, o PRONASCI optou por aproveitar também tal ideia, e trazê-la para o programa, instituindo suas ações nos “Territórios de Paz”, que no Pronasci correspondem aos locais dentro dos bairros onde são implantadas as ações do programa, buscando que sua atuação se dê de forma articulada.

De acordo com o Manual de Convênios do Pronasci (2008), para a implementação inicial das ações foram selecionadas doze regiões metropolitanas dentre aquelas que apresentavam alto índice de homicídios e delitos de origem social, de acordo com o “Diagnóstico da incidência de homicídios nas regiões metropolitanas”, produzido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça.

Até a data da publicação do Manual de Convênios do Pronasci (2008), os estados e municípios que haviam assinado o Acordo de Cooperação Federativa, por meio do qual se dá a execução do Pronasci foram os seguintes:

- Rio Grande do Sul: Porto Alegre, Esteio, Novo Hamburgo, Canoas, Cachoeirinha, São Leopoldo, Alvorada, Gravataí, Sapucaia do Sul, Viamão e Guaíba;
- Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São

Gonçalo, Belford Roxo, São João do Meriti, Niterói, Itaboraí, Magé, Mesquita, Nilópolis, Queimados, Macaé e Itaguaí;

- Bahia: Salvador, Camaçari, Simões Filho e Lauro de Freitas;
- Minas Gerais: Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ribeirão das Neves, Santa Luzia e Ibirité;
- São Paulo: São Paulo, Guarulhos, Osasco, Campinas, Diadema, São Bernardo do Campo, Santo André, Taboão da Serra, Cotia, Embu das Artes, Embu Guaçu, Itapevi, Jandira, Pirapora de Bom Jesus, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista;
- Pernambuco: Recife, Jaboatão dos Guarapanes, Olinda, Cabo de Santo Agostinho e Paulista;
- Pará: Belém e Ananindeua;
- Espírito Santo: Vitória, Cariacica, Viana, Serra e Vila Velha;
- Alagoas: Maceió;
- Distrito Federal e Goiás: Luziânia, Águas Lindas de Goiás, Novo Gama, Planaltina, Valparaíso de Goiás, Formosa e Cidade ocidental;
- Paraná: São José dos Pinhais, Curitiba, Araucária, Almirante Tamandaré e Piraquara;
- Ceará: Fortaleza.

O Pronasci faz da segurança pública uma questão necessariamente social, articulando ações de cidadania com práticas de segurança pública. Neste sentido o INESC refere que:

A primeira virtude do PRONASCI é exatamente ser o primeiro programa, ou seja, existir ali onde não havia nada ou quase nada. A segunda maior virtude é sua disposição em articular, no mesmo programa, ações de prevenção e produzir ações de qualificação nas ações de polícia (repressão e investigação). A terceira virtude é a disposição, pela primeira vez, de orientar os recursos e as ações do Programa segundo indicadores objetivos de vitimização por violência em estados e municípios e avaliar os efeitos do Programa utilizando os mesmos indicadores e aferindo sua redução (INESC, 2010, p. 27).

Porém, além de avanços, o Pronasci traz consigo muitas críticas, ou mesmo falhas, em diversos pontos e ações executadas e não executadas pelo Programa.

Uma delas é a falha no combate ao racismo institucional (INESC, 2010, p. 28), caracterizado pelos obstáculos não visíveis dentro e organizações e instituições, que acabam por condicionar o acesso de grupos vulneráveis a direitos, devido a sua cor, origem, raça, etnia ou cultura (KEINERT e ROSA, 2009; SOUZA, 2011). Conforme o INESC, esta é uma das fragilidades do Pronasci:

[...] a falta de uma ação explícita de combate ao racismo institucional. Ou seja, embora o Pronasci tenha em seu marco legal uma diretriz voltada ao combate sistemático do preconceito étnico/racial, isto não foi concretizado, no desenho do Programa, na forma de ação específica. Como demonstram os dados apresentados anteriormente, a violência racial é uma característica da violência letal no Brasil e exige medidas urgentes que não foram priorizadas no Pronasci (INESC, 2010, p. 28).

Apesar de o Pronasci possuir programas específicos para a população negra, faltou desenhar no programa ações de capacitação e erradicação do racismo e preconceito existente em muitas organizações que deveriam dar apoio a seus usuários.

A dificuldade de articulação entre ações dos estados e municípios com o Governo Federal é também um ponto problemático no PRONASCI, pois conforme aponta o INESC:

Outro problema identificado é a dificuldade de gerar ações articuladas nos estados e municípios, exatamente porque esses níveis federativos não desenvolveram ainda visões integradas e sistêmicas sobre segurança. Neste sentido, até o momento, predominam as ações localizadas. Também é comum que estados procurem os recursos mais para as polícias e os municípios procurem os recursos mais para as ações sociais (por exemplo, as bolsas dos Projetos Mulheres da Paz e do Protejo). Mas o Pronasci se pretende um programa indutor de uma nova visão. Ainda é cedo para avaliar, mas há indicações de que até aqui as ações são bastante pontuais e não articuladas (INESC, 2010, p. 29).

Este problema também se revela em relação à política partidária presente em políticas públicas. A grande maioria dos coordenadores, e boa parte dos profissionais que atuam nos projetos do Pronasci possuem vinculação partidária, o que por vezes faz com que os projetos percam seus focos.

Outro grave aspecto na formatação do Programa é aquele que diz respeito à nomenclatura utilizada nas ações, e a possibilidade desta acentuar a rotulação

e estigmatização dos participantes envolvidos nos projetos do PRONASCI.

[...] efeito colateral comum a programas (sejam governamentais ou da sociedade civil) focalizados nos jovens e nas mulheres de periferias e favelas. A suposição de que os jovens que habitam as favelas são necessariamente “de risco” pode produzir facilmente o aprofundamento de estereótipos, em vez de sua redução. Ou seja, conceitos como os de “territórios de paz” podem acentuar a “criminalização da pobreza” se diversos cuidados não forem tomados na sua elaboração (INESC, 2010, p. 29).

Outra crítica feita por analistas diz respeito ao fato de que o PRONASCI não apresenta em sua formatação nenhuma ação explícita de contenção da violência provocada pelas forças policiais (incluindo execuções sumárias e torturas). Inexistem ações estruturais de reforma das polícias, como a desmilitarização da Polícia Militar e a unificação da Polícia Civil com a Polícia Militar. Em suma, o PRONASCI não possui ações orientadas a, objetivamente, modificar o caráter ainda repressivo, não cidadão, militarizado, e fragmentado das forças policiais do país (INESC, 2010, p. 29).

3.1.2 O Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo

A Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007, que instituiu o Pronasci, instituiu também o Projeto de Proteção de Jovens em Território Vulnerável – Protejo, juntamente com outros três projetos, o reservista Cidadão, o Mulheres da Paz e o Bolsa-Formação, conforme art. 8º da Lei.

No parágrafo único do mesmo artigo, a Lei estabelece que a escolha dos participantes do Protejo, Mulheres da Paz e Reservista Cidadão, “dar-se-á por meio de seleção pública, pautada por critérios a serem estabelecidos conjuntamente pelos entes federativos conveniados, considerando, obrigatoriamente, os aspectos socioeconômicos dos pleiteantes”.

O art. 8º-C, da Lei 11.530, de 24 de outubro de 2007 estabelece que o Protejo “é destinado à formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou em situação de moradores de rua, nas áreas geográficas abrangidas pelo Pronasci”. O parágrafo primeiro deste artigo estipula que o trabalho no projeto terá a duração de um ano, sendo possível

a sua prorrogação por igual período, e que o mesmo tem como foco a formação cidadã de jovens e adolescentes, através de práticas esportivas, culturais e educacionais, que busquem resgatar a autoestima dos jovens, a convivência pacífica e o incentivo à reestruturação de seu percurso sócio formativo para a inclusão em uma vida saudável. O parágrafo segundo complementa a ideia do precedente e afirma que a implementação do Protejo ocorrerá por meio da identificação dos jovens e adolescentes participantes, sua inclusão em práticas esportivas culturais e educacionais, bem como a formação sociojurídica realizada através de cursos de capacitação legal com foco em direitos humanos, no combate à violência e à criminalidade, na temática juvenil, e em atividades de emancipação e socialização que possibilitem a sua reinserção nas comunidades onde vivem.

Por fim, o parágrafo terceiro do mesmo artigo, refere que a União, bem como os entes federativos vinculados ao Pronasci, poderão autorizar a utilização dos espaços ociosos de suas instituições de ensino, como salas de aula, quadras de esporte, piscinas, auditórios e bibliotecas, pelos jovens beneficiários do Protejo durante os finais de semana e feriados.

Quanto à percepção dos auxílios financeiros pagos pelo Poder Executivo aos jovens participantes do Protejo no valor de R\$ 100,00, conforme disposição do art.8º-F, inc. I, da Lei, o mesmo é dependente da comprovação da assiduidade dos jovens no projeto, e de seu comprometimento com as atividades estabelecidas.

3.1.3 O Território de Paz no bairro Santo Afonso em Novo Hamburgo-RS

Para situar o objeto empírico desta pesquisa se faz necessário uma explanação a respeito do Território de Paz do bairro Santo Afonso, onde se desenvolve o Protejo, juntamente com demais projetos situados na base do Pronasci.

Localizado no estado do Rio Grande do Sul, o município de Novo Hamburgo, onde se situa o Território de Paz do Bairro Santo Afonso, é

reconhecido como a capital Nacional do Calçado, embora nos dias atuais perceba-se uma diversificação em sua economia. O município faz parte da região metropolitana do estado, e encontra-se a 40km de distância da capital Porto Alegre.

A cidade de Novo Hamburgo faz parte do Vale dos Sinos, e ocupa uma área de 217 km, tendo uma população de aproximadamente 252.000 habitantes. O município surgiu na primeira metade do século XIX, a partir da colonização germânica do estado. Por volta de 1850 surgiram os primeiros curtumes, as selarias e as oficinas de sapateiros que abasteciam a província gaúcha com produtos artesanais. Aos poucos a industrialização dos manufaturados de couro foi entrando na vida da comunidade hamburguesa e com isso fortalecendo sua economia.

Em função da indústria do calçado, se desenvolveu o chamado setor coureiro-calçadista na cidade, composto por curtumes, indústrias químicas, componentes para calçados, indústrias metalúrgicas e componentes eletrônicos.

O calçado se tornou o principal produto de exportação do município, e sua indústria foi durante muitos anos o ponto forte de sua economia, sendo que sua tradição atravessou gerações, se tornando conhecidas e tradicionais na região as famílias que exploravam esta economia.

Se, de um lado, a economia hamburguesa firmada fortemente na indústria coureiro-calçadista fez crescer o desenvolvimento da cidade, de outro lado, esta economia desencadeou a formação de uma cultura tradicionalista e de exclusão.

Esta mesma atividade que fez com que a cidade de Novo Hamburgo prosperasse, passou por um período de forte retração, acarretado pelas quedas da economia, o que trouxe enormes dificuldades para o grande número de pessoas que migraram para a nossa cidade nos anos 70 e 80. Muitos trabalhadores, que fizeram do ramo calçadista um estilo de vida, passado de geração em geração, começaram a se ver desempregados, e se viram obrigados

a rumar para atividades clandestinas e informais, ou então, ficavam completamente desprovidos de trabalho para manter sua subsistência, gerando um enorme aglomerado às margens de rodovias e áreas ribeirinhas (como no caso do bairro Santo Afonso, hoje Território de Paz do Pronasci).

Apesar de nos anos subsequentes a economia calçadista hamburguense ter retomado parte de sua força, vindo a tornar-se novamente detentor de 80% das exportações brasileiras de calçados, a evolução desta economia não foi suficiente para gerar o proporcional número de empregos para a demanda jovem, e muito menos para os genitores destes jovens que haviam perdido seu ofício e permanecido anos no trabalho informal.

O bairro Santo Afonso foi construído em cima do “banhado”, onde as famílias “marcavam” seus terrenos e os aterravam com entulho e restos de couro dispensados ao ar livre pelas empresas calçadistas. Por volta dos anos de 1984 a 1985, impulsionadas pelos trabalhadores das indústrias de calçado, as lutas populares alavancaram melhorias na infraestrutura e nas condições de vida dos moradores. Porém, a partir dos anos 90 os problemas voltaram a crescer, uma vez que o modo de produção social vigente, aliado a uma política de (neo) liberal de desemprego, com a falência de várias empresas, aliado à falta de acesso às necessidades básicas para a (re) produção da vida, potencializou os problemas locais (Secretaria de Desenvolvimento Social – CRAS Santo Afonso, 2011).

Grande parte das famílias dos jovens participantes do Protejo em Novo Hamburgo passaram pelas transformações ocorridas no bairro e na cidade. Muitos jovens relatam que moraram a vida inteira no bairro, assim como seus pais e demais familiares. Conforme relatório da equipe multidisciplinar do Protejo, datado do mês de novembro de 2011, “o bairro não possui infra-estrutura e as famílias na sua grande maioria moram em becos e vielas com esgoto a céu aberto, e sem as mínimas condições de sobrevivência” (Relatório interno Protejo).

O Território de Paz do bairro Santo Afonso é limitado pelas Vilas Campos, Odete, Medianeira, Palmeira, Marte, Marrocos, Loteamento Nova Nações Unidas

e Kroeff, compreendendo também os bairros Liberdade e Industrial. A rede sócio assistencial do bairro organiza-se, entre outros, pelas seguintes unidades e projetos: 01 Unidade Básica de Saúde – UBS; 06 escolas municipais de ensino fundamental; 02 escolas municipais de educação infantil; 02 escolas de ensino médio (uma estadual e outra municipal); 01 Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; 01 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS; 01 Estratégia de Saúde da Família – Regina Comunidade; 01 Sociedade de Assistência Social e Educacional – SASE; o Centro Marista Base Regina; 01 associação de moradores; a Associação Beneficente Floresta Imperial – ABEFI; 01 Núcleo Amigo da Criança – SEFV; uma escola de futebol do Time Santo Afonso e a Base do Pronasci (Relatório Secretaria de Desenvolvimento Social – CRAS Santo Afonso, 2011).

Na mesma sede onde funciona a base do Protejo no bairro santo Afonso, funcionam também outros projetos do Pronasci, tais como o Mulheres da Paz, o Justiça Comunitária, o Programa de Esporte e Lazer – PELC, o Economia Solidária, e o Projeto Farol, além de do Centro de Referencia em Assistência Social - CRAS do bairro, entre outros projetos mantidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social do município. Até a data de finalização desta pesquisa o Território de Paz do Bairro Santo Afonso era o único território do Pronasci na cidade, porém durante a pesquisa acompanhou-se a aprovação de um Projeto de Justiça Comunitária para o bairro de Canudos.

3.1.4 O Protejo em Novo Hamburgo

As atividades com os jovens no Protejo em Novo Hamburgo, começaram no dia 11 abril de 2011. As inscrições dos jovens foram feitas pelas mulheres da paz, através do edital aberto de 05 a 26 de novembro de 2010, com vaga para 300 jovens, com idade de 15 a 24 anos.

A seleção foi realizada de acordo com os critérios estabelecidos na ficha de inscrição, onde os jovens informavam se se enquadravam dentro de cada critério, que possuía um peso na pontuação para seleção. Os primeiros critérios diziam respeito à situação de vulnerabilidade ou não do jovem e sua exposição à

violência, quais sejam: se o jovem cumpre medida socioeducativa ou pena; se é egresso do sistema prisional ou socioeducativo; se responde a processo criminal; se tem membro da família cumprindo medida socioeducativa ou pena; se tem membro da família que já cumpriu pena ou medida socioeducativa; se está matriculado no sistema de ensino formal; se está sendo ou já foi atendido pelo Conselho Tutelar; e se tem membro da família que está sendo ou que já foi atendido pelo Conselho Tutelar.

Estes foram os primeiros critérios a serem analisados, porém além destes foi analisada ainda a renda per capita dos jovens, e a equidade de gênero dentro do projeto. Após a primeira chamada dos jovens, houve novo processo seletivo, em razão das vagas remanescentes e desistências, tendo sido chamados 298 jovens no total.

Até a formatura dos jovens em 23 de março de 2011, o projeto atendia efetivamente 119 jovens, com idade entre 15 e 24 anos, o restante dos jovens se evadiu ao longo da execução do projeto.

Os jovens estão agrupados em 8 turmas, divididos entre os turnos manhã e tarde. Pela manhã as atividades iniciam-se às 08h15min, e encerram-se às 11h15min. À tarde as aulas começam às 13h15min e encerram-se às 16h15min.

O valor da bolsa-auxílio paga aos jovens era de R\$ 100,00, e para fazer jus ao recebimento desta os jovens deviam ter a um mínimo de frequência obrigatória, que para a formatura ficou em 20%.

A equipe multidisciplinar do Protejo em Novo Hamburgo é composta pela coordenadora pedagógica, responsável pelo acompanhamento sistemático de todas as ações do projeto, e também pelo apoio e monitoramento da equipe de trabalho; uma coordenadora administrativa, também responsável pelo acompanhamento sistemático das ações do projeto, e pelo apoio administrativo junto à equipe multidisciplinar, bem como organização das ações e rotinas administrativas; uma assistente administrativa, também responsável pelo apoio

administrativo junto à equipe, e execução das tarefas administrativas; uma assistente social, responsável pelo planejamento, execução e avaliação de intervenções familiares, bem como o acompanhamento do trabalho dos educadores junto aos jovens, e também responsável pelas ações de gerenciamento de crises desenvolvidas com os jovens; uma psicóloga, responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações de gerenciamento de crise, e pelo acompanhamento psicoterapêutico aos jovens; uma psicopedagoga, responsável pelo planejamento, execução e avaliação das ações ligadas ao percurso social formativo dos jovens, e também pelo acompanhamento dos educadores em seus trabalhos, sendo que atua também no gerenciamento de crises e no apoio psicoterapêutico aos jovens; um educador de atividades esportivas, responsável pelo planejamento, execução e avaliação das práticas esportivas com os jovens; dois educadores de comunicação, responsáveis pela inserção social dos jovens, através de práticas de comunicação comunitária e pesquisas de opinião pública local, e pelo ensino dos fundamentos básicos da comunicação, introdução da linguagem audiovisual, através da fotografia, cinema, música e literatura; um educador de grafite, responsável pelo desenvolvimento da oficina de grafite; um educador de informática, responsável pelo planejamento, execução e avaliação da oficina de informática; três educadores de prática cidadã, responsáveis por trabalhar com os jovens noções de promoção de cidadania e protagonismo social.



Figura 1: Parte da equipe multidisciplinar e dos educadores do Protejo-NH. Setembro de 2011.

Fonte: Protejo-NH

A proposta do Protejo em Novo Hamburgo foi que o mesmo fosse desenvolvido em dois ciclos, sendo o primeiro de 06 meses, e o segundo de 05 meses, totalizando 840 horas-aula.

No projeto são desenvolvidas oficinas de informática, comunicação, grafite, atividades esportivas e prática cidadã, além de passeios e atividades extraclases, nas quais se inclui também o atendimento psicoterapêutico aos jovens.

Os profissionais que compõe a equipe multidisciplinar do Protejo em Novo Hamburgo realizam semanalmente reuniões pedagógicas e de gerenciamento de crises, como também participam, juntamente aos jovens, no desenvolvimento de projetos locais, encontros de capacitação e atividades culturais e artísticas.

A pesquisa de campo para a elaboração desta dissertação, que inclui o acompanhamento das atividades dos jovens e dos profissionais que atuam projeto se deu de abril de 2011 até a data da formatura dos jovens, em março de 2012. Durante o período de pesquisa, verificou-se, dentre outras, a realização das

seguintes atividades:



Figura 2: Primeiro dia de Aula, 11 de abril de 2011.
Fonte: Protejo-NH

Na foto um dos educadores do Protejo está utilizando “pernas de pau” durante o primeiro dia de aula. Este mesmo professor foi responsável por ensinar aos alunos muitas técnicas de circo que os alunos referiam nas entrevistas.



Figura 3: Busca por alunos matriculados – 2ª semana de aula.
Fonte: Protejo-NH

O mesmo educador citado na foto anterior aparece realizando a busca pelos jovens evadidos do projeto.



Figura 4: Início das oficinas – 3ª semana de aula.

Fonte: Protejo-NH

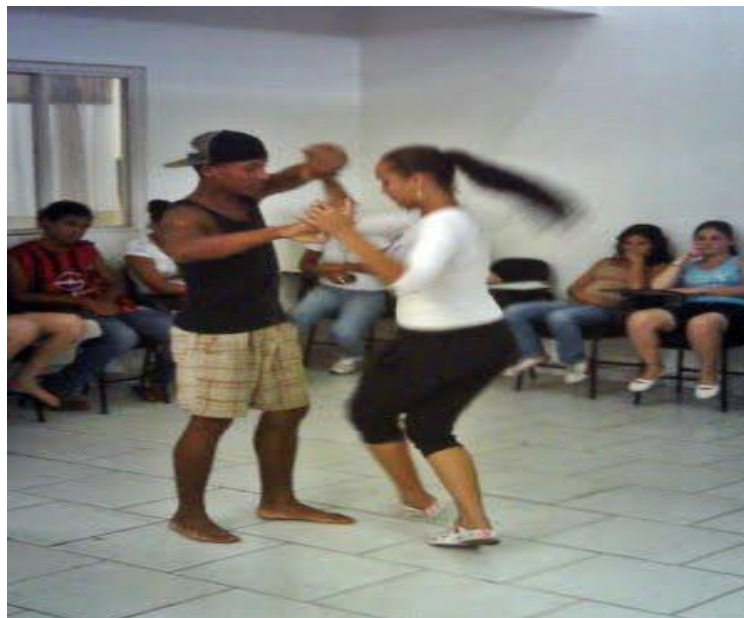


Figura 5: Aulas de dança. Abril de 2011.

Fonte: Protejo-NH

O jovem que aparece na foto, morador da comunidade, responsável por ministrar as aulas de danças aos jovens participantes do Protejo, a partir de seu envolvimento no mesmo veio mais tarde a matricular-se no projeto.



Figura 6: Curso de Açougue em parceria com o SINE-NH. Maio de 2011.

Fonte: Protejo-NH

Apesar de não ser o foco principal do Protejo, os cursos como os de açougueiro, foram responsáveis por promover o preparo dos jovens para seu ingresso no mercado de trabalho. Muitos dos jovens evadidos saíram do projeto para trabalharem no mercado de trabalho formal e informal.



Figura 7: Campanha DST/AIDS. Agosto 2011.

Fonte: Protejo-NH

A campanha promovida pelo projeto juntamente com os jovens, em sua própria comunidade, contribuiu para fortalecer sua conscientização, e ao mesmo tempo fazer com que os jovens sentissem-se uteis em sua comunidade. A incidência de casos de HIV-AIDS no bairro é bastante alta.



Figura 8: Show de Mágica. Maio de 2011.

Fonte: Protejo-NH



Figura 9: Semana do Meio Ambiente. Junho de 2011.

Fonte: Protejo-NH



Figura 10: Gincana. Junho de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 11: Festa Junina. Junho de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 12: Educadores fantasiados na festa junina. Junho de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 13: Festa Junina. Junho de 2011.
Fonte: Protejo-NH

As gincanas, e os passeios promovidos pelo Protejo foram fundamentais para o fortalecimento dos laços e vínculos entre os profissionais da equipe técnica do projeto e os jovens participantes. Os profissionais procuravam sempre unir-se aos jovens nas atividades, ajudando-os e também “brincando” junto com eles. Muitos jovens nunca haviam feito passeios como os que fizeram no Protejo, e a festa junina, entre outros eventos foi uma oportunidade única na vida dos jovens, que prontamente ofereceram-se para participar da festa contribuindo nas atividades que eram de seus interesses.



Figura 14: Desfile 7 de Setembro. Setembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 15: Visita ao Acampamento Farroupilha. Setembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 16: Mateada Gaudéria 1. Setembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 17: Mateada Gaudéria 2. Setembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 18: Visita Jardim Botânico Porto Alegre. Outubro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 19: Preparativos Festa de Natal. Dezembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH

Os próprios jovens colaboravam na elaboração dos preparativos para as festas realizadas, fortalecendo sua autonomia e participação, como foi o caso dos preparativos para a festa de natal, onde os jovens contribuíram demonstrando interesse e dedicação.



Figura 20: Festa de Natal. Dezembro de 2011.
Fonte: Protejo-NH



Figura 21: Brechó. Fevereiro de 2012.
Fonte: Protejo-NH

Entre outros, foi um brechó comunitário e a venda de uma rifa para arrecadação de fundos para custear a formatura dos jovens, sendo que em ambos estes contribuíram, vendo e divulgando a rifa e os eventos.

3.1.5 As dificuldades enfrentadas na inclusão e manutenção dos adolescentes no PROTEJO em Novo Hamburgo

Para sua implantação e execução no Território de Paz do bairro Santo Afonso, o Protejo teve que enfrentar diversos desafios, sendo que o principal deles foi a dificuldade de inclusão dos jovens e sua evasão.

Como visto anteriormente o projeto iniciou suas atividades em 11 de abril de 2011 e a formatura dos jovens foi em 23 de março de 2012. Dos 298 jovens inscritos no projeto, apenas 119 participaram efetivamente do mesmo neste período, atingindo a frequência mínima exigida.

Conforme consta no relatório da equipe de apoio referente à busca ativa dos jovens evadidos do projeto em Novo Hamburgo, para a reintegração dos jovens evadidos, a busca foi o instrumento principal, e consistiu no contato via telefone a fim de que os técnicos do projeto pudessem tomar conhecimento acerca das ausências dos jovens e suas motivações para tal. No entanto, dentre as ligações

realizadas, boa parte não obteve retorno positivo, visto que muitos telefones já estavam inutilizados, ou eram apenas para recado, ou então nem sequer pertenciam à pessoa de referência mencionada no cadastro dos jovens. Assim, em muitos casos foram realizadas visitas domiciliares pela equipe técnica do projeto para a realização de contato e busca efetiva dos jovens (Relatório interno Protejo).

Dentre os casos que levaram os jovens a evadirem do projeto, está o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho, formal e informal.

A gravidez das jovens, e casos de licenças maternidade, também foram motivos para a evasão dos jovens; além disso, muitos deixaram de frequentar o projeto em razão da necessidade de cuidarem de seus irmãos.

Alguns jovens mudaram de endereço durante sua participação no projeto, indo morar em outros bairros ou cidades, fora da abrangência do Projeto-NH, que se restringe ao território de paz do bairro Santo Afonso.

Outros jovens abandonaram o projeto por motivo de conflito com outros colegas. Durante a pesquisa empírica realizada no projeto presenciou-se, inclusive, a ocorrência de uma briga entre dois jovens, caso bastante tumultuado, visto que houve agressão também a um guarda municipal, motivo pelo qual policiais da Brigada Militar foram chamados, desencadeando posteriormente a discussão entre profissionais do projeto, que não concordaram com a maneira como tal procedimento foi desenvolvido.

Houve o caso também de um jovem que parou de frequentar o projeto em razão de ter sido detido e estar cumprindo pena em presídio, sendo que o regime de cumprimento não nos foi informado.

No entanto, além destes casos, um grande número de jovens abandonou o projeto sem nenhuma explicação aparente, visto que apesar da busca por parte

da equipe técnica do projeto os motivos para tal evasão não foram apurados.

A partir das visitas domiciliares realizadas, principalmente pela assistente social do projeto, referida como pessoa de confiança dos jovens em muitas entrevistas, bem como os contatos telefônicos realizados, muitos jovens retornaram ao projeto.

Outros jovens ainda retornaram por vontade própria, sem a intervenção da equipe. Este fato pode ser atribuído ao apoio dos colegas, uma vez que os jovens referiam sempre suas amizades no projeto, e sua vontade de que seus amigos permanecessem frequentando as oficinas junto com eles. Alguns chegavam inclusive a referir o nome de alguns colegas que falavam em sair, mas que eles procuravam fazer mudar de ideia.

Muitos jovens realizaram a sua inscrição no projeto, mas nunca compareceram às oficinas; outros realizaram a sua inscrição, mas não completaram a sua matrícula; e alguns realizaram sua matrícula deixando documentos pendentes e não mais retornaram para trazê-los.

Na tabela abaixo, estão relacionados a quantidade e os motivos de afastamento dos jovens do projeto, durante o período de 11 de abril de 2011 a 23 de março de 2012.

Tabela 4: Motivos de afastamento dos jovens do projeto

Motivos para o afastamento	Nº de jovens
Jovens trabalhando com comprovação documental	10
Jovens trabalhando informalmente	40
Jovens realizando outros cursos em turno inverso ao da escola	09
Jovens que estiveram em licença maternidade	05
Jovens com endereço não localizado e sem telefone para contato	01
Jovens que mudaram de endereço para um bairro fora de abrangência do Território de Paz	04
Jovens que mudaram de município	12

Motivos para o afastamento	Nº de jovens
Jovens que estão trabalhando, mas a equipe ficou sabendo através de visitas das Mulheres da Paz	06
Jovens que abandonaram o projeto sem explicação	41
Jovens que abandonaram o projeto por motivo de conflito	03
Jovens que abandonaram o projeto por motivos particulares	06
Jovens que fizeram sua inscrição, mas que nunca compareceram às oficinas	15
Jovens que fizeram a sua inscrição, mas que não completaram sua matrícula	14
Jovens que realizaram a matrícula, mas que ficaram devendo documentos e não retornaram às oficinas	02
Jovem cumprindo pena em presídio	01
Jovens que retornaram por vontade própria	04
Jovens grávidas	04
Jovem dependente químico, que não retornou às oficinas	01
Jovens que abandonaram o projeto para cuidarem dos irmãos	04
Jovens que não souberam justificar a equipe técnica os motivos do abandono ao projeto	03
Jovens efetivamente participando do Protejo no período de 11 de abril de 2011 a 23 de março de 2012	119

Obs.: Tabela elaborada a partir das informações constantes no relatório da equipe de apoio referente à busca ativa de jovens evadidos do Projeto PROTEJO.

Verifica-se na tabela que os maiores responsáveis pela evasão dos jovens do projeto foram o ingresso dos mesmos no mercado de trabalho formal e informal, totalizando 50 jovens evadidos por este motivo.

Além desse, parte significativa dos jovens abandonou o projeto sem que os profissionais pudessem apurar as causas de evasão, sendo o caso de 41 jovens.

Considerando que a frequência mínima exigida para a formatura dos jovens foi de apenas 20%, e que dos 298 jovens que matriculados no Protejo,

apenas 119 se formaram, constata-se que foi alto o índice de evasão no projeto, sendo que mais de 50% dos jovens abandonaram o projeto antes de seu término.

3.2 VÍNCULOS E RECONHECIMENTO NA VIDA DOS SERES HUMANOS EM INTENSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

As histórias relatadas pelos jovens nas entrevistas realizadas revelam a presença de uma série de vínculos e esferas de reconhecimento presente em suas vidas. Para a efetivação de uma política pública de êxito é fundamental que seja dada a esta questão a importância que merece, uma vez que a presença destes fatores também dentro do projeto está diretamente relacionada a permanência ou não dos jovens dentro do mesmo, e no cumprimento de seus objetos.

3.2.1 A projeção das esferas de reconhecimento e dos vínculos

A investigação da trajetória de vida dos jovens atendidos pelos programas de apoio nos diz muito quando estamos interessados nas causas e motivos de evasão. Além daquelas causas “visíveis” e já conhecidas por todos, tais como as dificuldades socioeconômicas, a vulnerabilidade social, a violência intra e extrafamiliar, e principalmente a glamourização do tráfico de drogas, constantemente presentes na vida de grande parte dos adolescentes, e responsáveis na maior parte das vezes pelo próprio ingresso destes na criminalidade, existem outros fatores que nem sempre recebem a devida atenção dos programas destinados aos jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, que estão ligados a aspectos psicossociais, ligados à revolta, à depressão, à baixa autoestima, e a própria carência de amor por parte destes jovens.

Axel Honneth (2003), em sua teoria do reconhecimento, apoiado na reconstrução sistemática das linhas argumentativas de Hegel, afirma que existem padrões de reconhecimento subjetivos que influenciam diretamente na vida das pessoas. As três esferas de reconhecimento com as quais o autor trabalha são o Amor, o Direito e a Solidariedade. No Amor, os princípios de reconhecimento seriam as necessidades e os sentimentos, no Direito a igualdade legal, e na Solidariedade, as contribuições formais. Já a autorelação prática destes padrões

de reconhecimento seria, no caso do Amor, a autoconfiança, no Direito, o autorespeito e na Solidariedade, a autoestima. Quando quaisquer destes padrões de reconhecimento encontram-se violados, acarretando em formas de desrespeito, surgem consequências como: os maus tratos e a violação, para o Amor; a privação de direitos e a exclusão, para o Direito; e as degradações e ofensas para a Solidariedade. Nesta pesquisa essas formas de reconhecimento foram na vida dos jovens participantes do Protejo, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, e a presença ou não de desrespeito destes padrões, considerando os períodos anteriores a seu ingresso no Protejo e o período de execução do mesmo.

No desenvolvimento da esfera do Amor, Honneth recorre ao trabalho de Winnicott, "um pediatra com postura psicanalítica que procura obter, no quadro do tratamento de distúrbios comportamentais psíquicos, esclarecimentos acerca das condições 'suficientemente boas' da socialização de crianças pequenas" (Honneth, 2003, p. 164).

A grande questão que ocupou os estudos de Winnicott durante quase toda sua vida foi esclarecer como se constituiria o processo de interação através do qual mãe e filho podem se separar do estado de diferenciação "ser-um" aprendendo a se aceitar e amar, como pessoas independentes. (Honneth, 2003, p. 165). E na busca pela resposta a essa questão Winnicott explora todo um universo de desenvolvimento da criança até a fase adulta, explorando as relações de amizade e amor desenvolvidas pelo ser humano durante sua existência.

Honneth, por sua vez, apoiado na filosofia do direito hegeliana, e levando em conta os estudos de socialização de Winnicott, bem como as contribuições de Jessica Benjamin, acerca das deformações patológicas da relação amorosa, elabora um conceito de amor específico da teoria do reconhecimento. O autor explica que o Amor precede toda a forma de reconhecimento recíproco, e afirma que:

[...] visto que esta relação de reconhecimento prepara o caminho para uma espécie de auto relação em que os sujeitos alcançam mutuamente uma confiança elementar em si mesmos, ela precede, tanto lógica como

geneticamente, toda outra forma de reconhecimento recíproco: aquela camada fundamental de uma segurança emotiva não apenas na experiência, mas também na manifestação das próprias carências e sentimentos, propiciada pela experiência intersubjetiva do amor, constitui o pressuposto psíquico do desenvolvimento de todas as outras atitudes de auto respeito (HONNETH, 2003, p. 177).

A esfera de reconhecimento do Amor está diretamente relacionada ao desenvolvimento da autoconfiança dos sujeitos, e por isso uma atenção a essa esfera de reconhecimento é tão importante por parte dos programas sociais destinados a atenção dos jovens em situação de risco social, pois interfere diretamente em seu comportamento dentro e fora desses projetos.

São igualmente importantes as demais esferas de reconhecimento da teoria de Honneth, pois o autorespeito no caso do direito e a autoestima no caso da solidariedade são fundamentais para o desenvolvimento do jovem e influenciam diretamente nos sentimentos de acolhimento e pertencimento ao grupo dentro de programas como o Protejo.

Enquanto Honneth trabalha com as formas de reconhecimento, Zimerman, psicanalista brasileiro com particular interesse por distintas áreas de conhecimento, dentre elas as ciências sociais, trabalha com a formação dos quatro vínculos na personalidade dos indivíduos, segundo o autor, “a noção de “vínculo” é de fundamental importância no desenvolvimento da personalidade da criança, sendo que essa afirmativa está baseada na inquestionável sentença de que ‘o ser humano constitui-se sempre a partir de um outro’” (ZIMERMAN, 2010, p.21).

Considerando vários enfoques teóricos, o autor fundamenta seu trabalho baseado na teoria de Wilfred Bion, psicanalista britânico, que enfatiza uma tensão entre emoção e não emoção, com a formação dos vínculos do amor, do ódio, e do conhecimento. Sobre o porquê da escolha de Bion como principal enfoque teórico, Zimerman explica que:

Durante muitas décadas, todos os psicanalistas basearam os seus esquemas referenciais virtualmente em torno de dois vínculos, o do *Amor* (principalmente com base nos ensinamentos de Freud), e o do *Ódio* (fortemente apoiado nas concepções kleinianas), sendo que coube a Bion,

sabidamente um analista com profundas raízes na escola de M. Klein e com um sólido embasamento freudiano, propor uma terceira natureza de vínculo: o do *Conhecimento*, o qual está diretamente ligado à aceitação, ou não, das verdades penosas, tanto as externas como também as internas, e que dizem respeito mais diretamente aos problemas da autoestima dos indivíduos (ZIMERMAN, 2010, p. 29).

Aos vínculos do amor, do ódio, e do conhecimento, formatados por Bion, Zimerman acrescenta um quarto vínculo, o do reconhecimento, cuja principal acepção “alude à ânsia que todo o ser humano possui de ser reconhecido pelos demais, como sendo uma pessoa querida, aceita, desejada e admirada pelos seus pares e circunstantes” (ZIMERMAN, 2010, p. 31).

Considerando esses sentimentos sempre presentes na vida de todo e qualquer ser humano, escolheu-se nesta pesquisa utilizar a teoria do reconhecimento de Axel Honneth e a dos quatro vínculos de David Zimerman, para alicerçar a investigação da história de vida dos jovens participantes do Protejo, em Novo Hamburgo, e suas percepções sobre o projeto.

A investigação das formas de reconhecimento e formação dos vínculos presentes na vida desses jovens, que se ampliam dentro dos programas sociais, é fundamental para a boa execução dos projetos que visam dar apoio a eles, uma vez que grande parte dos jovens que ingressam na criminalidade juvenil, ou que se encontram em situação de risco social, tem sua trajetória de vida marcada por inúmeras formas de desrespeito íntimo e social. Considerando essa realidade, não basta aplicar a este jovem uma pena ou medida socioeducativa ou ainda inseri-lo em um programa de apoio, esperando que todos os seus conflitos se resolvam facilmente. Promover a ressocialização ou reinserção social destes jovens não é tarefa fácil, e só é possível através de um trabalho que busque despertar neles um sentimento de pertencimento e bem estar dentro destes programas.

Antes de tudo, é preciso que os jovens se sintam reconhecidos e acolhidos no ambiente onde se insere o programa social, identificando-se como possuidores de direitos e deveres, e ainda administradores da própria vida, e para isso a autoconfiança, o autorespeito e a autoestima, são elementos importantes, sendo

o resgate das formas de reconhecimento e dos vínculos humanos fundamentais, devendo ser aprofundados e investigados nos programas que visam afastar os jovens da criminalidade juvenil e da situação de risco social.

3.2.2 Esferas de reconhecimento e configurações vinculares estabelecidas dentro e fora do protejo Novo Hamburgo e seus reflexos no cotidiano dos jovens

A observação das atividades dos jovens ocorreu durante todo o ano de 2011, até a data da formatura dos jovens em março de 2012, sendo que as entrevistas foram feitas principalmente no mês de julho e agosto de 2011, sendo que no final do ano de 2011 foram feitas mais duas outras entrevistas, em razão da impossibilidade de uso de algumas daquelas anteriormente realizadas.

Para a realização desta dissertação foram entrevistados 10 adolescentes, além de 02 técnicos e a coordenadora pedagógica do Protejo-NH. No entanto, como alguns dos adolescentes entrevistados eram menores de idade, não foi possível utilizar na escrita desta dissertação todas as entrevistas, uma vez que os pais de 04 adolescentes não puderam e/ou quiseram assinar os termos de consentimento.

Portanto, abaixo se realiza a análise das entrevistas dos 06 adolescentes, cujos termos de consentimento livre e esclarecido foi assinado por eles e/ou seus representantes legais. Dos entrevistados cuja análise das entrevistas foi realizada, 02 são do sexo masculino, e 04 são do sexo feminino, com idades de 15 a 24 anos.

A seguir são analisados os desdobramentos das esferas de reconhecimento e configurações vinculares no relato dos jovens, referente a cada uma das dimensões investigadas. Assim é realizada uma análise do discurso dos entrevistados, relacionando-os com as teorias empregadas na realização desta pesquisa.

3.2.2.1 Contexto familiar

A investigação do contexto familiar dos jovens é importante também para se obter uma real compreensão de seus vínculos e esferas de reconhecimento dentro do Protejo. A estruturação e o relacionamento familiar dos jovens, dentre outros fatores, influencia diretamente em seu relacionamento fora de casa.

Os relatos dos jovens revelam estruturas familiares distintas, o que corrobora com os estudos de Zimmerman (2010, p.85) quando afirma que “da mesma forma como se passa com qualquer indivíduo, também o grupo familiar adquire uma determinada caracterologia típica, a qual varia bastante de um familiar para outro”.

No caso empírico investigado, todos os jovens entrevistados informam que moram com membros de suas famílias de origem, senão com os pais, com algum familiar, como seus irmãos, tios, etc. Uma jovem refere que mora no mesmo terreno de seus pais, porém devido a brigas familiares, decidiu se mudar para uma casa nos fundos do pátio. Além disso, fato bastante interessante é que todas as jovens que possuem filhos moram com os mesmos.

Quanto à estruturação familiar, dois dos jovens referem que não convivem com o pai, e que não se relacionam. Uma das jovens entrevistadas informa que de vez em quando o mesmo até liga para ela, mas isso se dá muito raramente, em razão dele ter outra família, e morar em outra cidade.

Os outros quatro jovens referem que convivem e visitam os pais, porém, no que tange ao relacionamento, as respostas são as mais variadas possíveis, e o mesmo se observa nas respostas dos jovens quanto ao relacionamento com suas mães; no entanto, todos os jovens entrevistados relataram que convivem ou se relacionam com estas.

A principal esfera de reconhecimento e vínculo observados nas relações familiares é o “amor”, que aqui deve ser entendimento em sua dimensão mais

ampla, que nesta pesquisa empírica, não envolve simplesmente relações íntimas sexuais, mas sim também relações familiares, de amizade, e outras, em distintas dimensões.

Segundo Honneth (2003, p. 159), para se falar em “amor” deve-se empregar um conceito neutro o máximo possível do termo, sendo que as relações amorosas devem ser compreendidas “como todas as relações primárias, na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas, segundo o padrão de relações eróticas entre dois parceiros, de amizade e de relações pais/filhos”, coincidindo esta proposta com o emprego do conceito utilizado por Hegel, para o qual o amor representa a primeira esfera de reconhecimento recíproco, uma vez que nela os sujeitos confirmam mutuamente suas carências.

Segundo o entendimento de Zimerman (2010, p. 85-88), quanto ao perfil amoroso das famílias, estas podem ser classificadas em diversos tipos, tanto em nível formal, quanto com certo grau, com maior ou menor intensidade, de patologia. O autor classifica as famílias como:

- *Aglutinadas*: onde predomina por parte dos pais uma atitude tendente a simbiose generalizada, reforçando a dependência dos indivíduos, de forma exagerada. Neste caso, o autor explica que os anseios de dependência podem se manifestar em planos: o afetivo, o econômico, o sexual, o social, e o de uma reafirmação de identidade, “principalmente quando o sujeito se constitui através de um ‘espelhamento’ de outros sujeitos significativos”;
- *Dispersadas*: onde prevalece a falta de coesão entre os membros da família, de modo que impera a lei do “cada um por si e Deus por todos”.
- *Aquarteladas*; famílias caracterizadas por um chefe rígido, autoritário, possivelmente tirânico, conduta que pode gerar nos demais uma alta submissão, ou o posto disso, certa forma de rebeldia;
- *Narcisistas*: famílias que se veem como modelos exemplares, e não toleram outros valores além dos seus, desencadeando em casos mais extremos prepotência, arrogância, onipotência, etc. Porém, em razão da

sua mínima tolerância às frustrações é possível que diante de um insucesso de seus membros, este entre em crise depressiva e a família em angústia;

- *Com algum tipo de psicopatologia*: onde a família pode funcionar de forma *psicótica*, com condutas bizarras, transtornos de linguagem, da percepção, predomínio de pulsões de morte, transtornos de condutas, acidentes, etc. ou de forma de *psicopatia*, onde os padrões vigentes (tanto sexuais, morais, sociais, éticos e estéticos, etc.) são transgredidos;
- Famílias estruturadas em bases *fóbicas* (que evitam aquilo que lhes foi significado ou representado como sendo perigoso); ou *obsessivas* (traços típicos de uma neurose obsessivo-compulsiva); ou *adictas* (que podem envolver tabagismo, a alimentação, o consumismo, uso de drogas, etc.); *somatizadoras* (no caso em que uma hipocondria, por exemplo, pode acometer todos os membros da família); Ou ainda as famílias podem ocorrer famílias que se caracterizam por uma estruturação *paranoide* (cujos membros são desconfiados, querelantes, etc.); ou *depressivas* (às vezes fazem eterno “culto” a algum morto, outras vezes “se proíbem de serem felizes”, etc.); *ansiosas* (membros propensos a crises de angústia diante de algum “sinal de alarme”); ou famílias portadoras de um *falso self* (onde mais vale a aparência do que a essência), etc.

Nos relatos dos jovens sobre suas famílias foram analisadas características dos diferentes tipos de famílias citadas. Para chegar-se a uma análise concreta sobre o tipo de família de cada jovem, seria necessário um estudo com o foco específico em suas famílias, o que não era o alvo desta pesquisa, mas sim apontamentos quanto à estruturação familiar dos jovens, de modo que fosse possível demonstrar o reflexo desta estruturação em seu relacionamento no cotidiano, dentro e fora do Protejo.

A partir de suas respostas, foi possível evidenciar que as famílias de muitos jovens possuem características de alguns dos tipos de família citados, sendo que, em muitos casos, observam-se traços comuns de mais de um tipo em cada família. Afinal conforme refere Zimmerman (2010, p.88) ao explicar acerca dos *tipos*

misto de família, em grande parte das vezes, os tipos descritos nem sempre são rigidamente estanques, sendo que o mais frequente é que coexistam numa mesma família os distintos traços característicos de todas aquelas, com uma predominância maior, de uma ou de outra. Reflexão esta corroborada pelos relatos dos jovens em suas entrevistas.

Alguns dos entrevistados referem que possuem um melhor entendimento com suas mães, outros com seus pais, devido a diversos e variados fatores. Um dos jovens relata que seu relacionamento com a mãe é melhor do que com pai, por ela ser mais acessível, e seu pai mais “fechado”.

O meu pai ele não gosta que fale de namoro e coisa, enquanto que a minha mãe daí já é mais aberta, ela já deixa namorar e coisa. Daí o meu pai, assim, se nós tirar nota baixa e coisa, meu pai reclama, e a minha mãe não, ela só ensina a gente. O meu pai já não, ele só briga com a gente, a minha mãe não, por exemplo, se vier nota baixa de matemática, ela ensina matemática, e se foi em português ela já ensina português. O meu pai não sei, ele é muito “fechado” “pra” nós, se ele tiver algum problema ele fica pra ele, ele não fala “pra” nós, e daí nós temos que falar pra ele. (J5)

Esse relato é comum em famílias do tipo *aquarteladas*, onde o comando se dá por um chefe, que pode ser o pai ou a mãe, rígido, autoritário, por vezes tirânico, que não escuta os subordinados, e onde o ‘diálogo’ fica na base de cobranças, perguntas e respostas. (ZIMERMAN, 2010, p. 86).

Ao mesmo tempo, também é comum em famílias com estruturação em bases *fóbicas*, que “evitam tudo aquilo que lhes foi significado, e representado, como sendo perigoso” (ZIMERMAN, 2010, p. 87). Ou seja, o pai pode se negar a discutir alguns assuntos com o filho, por medo de que eventual assunto fuja ao seu domínio, ou se traduza em algum perigo para o filho ou para a família.

Mas entre outros tipos de família, este pode se traduzir o relato de uma família *normal*, dentro daqueles critérios atualmente vigentes, pois os conflitos fazem parte da estruturação familiar; porém, o que vai definir se os desentendimentos fogem dos padrões normais é o tamanho e a intensidade dos conflitos, o que no relato do jovem não há elementos suficientes para mensurar. Afinal, conforme refere Zimerman:

É evidente que entre o casal, ou dos pais com um ou mais filhos, ou entre os irmãos, nem tudo corre sempre às mil maravilhas; o comum é que sempre existam alguns atritos maiores ou menores, em que a causa desencadeante mais corriqueira se deve a um transtorno na forma de comunicação entre as pessoas, com o resultado de “mal-entendidos” e, daí segue um cortejo de acusações, contra-ataques, ameaças, desaforos, etc. Porém, se não for demasiado o tamanho dos atritos, nem predominante no dia a dia e, sobretudo, se o sentimento de amor é o que predomina, esta família continua sendo enquadrada como sendo normal (ZIMERMAN, 2010, p. 88).

Percebe-se, assim, a importância tanto dos vínculos, como da esfera do amor nas famílias. Quanto à segunda, os sentimentos e necessidades se traduzem como princípios de reconhecimento, necessários ao desenvolvimento das crianças e adolescentes. Uma família que supre as necessidades de suas crianças garante a estas em maior medida o desenvolvimento de sua autoconfiança.

Seguindo a análise dos relatos dos jovens sobre suas famílias, uma das jovens relata que hoje convive apenas com sua mãe, pois seu pai mora em outra cidade e possui outra família, porém seu relacionamento com a mãe é complicado, uma vez que segundo a jovem, aquela não tem muita paciência com ela e seu filho.

[...] ela chega cansada, né?! Chega cinco “hora” da tarde. Aí ela começa a brigar comigo para mim cuidar do guri, né. Mas não tem como eu cuidar ou não cuidar dele pra ela descansar, só que como ele sente falta dela, ele quer abraçar ela, beijar ela, daí ela não consegue descansar por causa dele. Daí ela começa a brigar comigo, discutir comigo (J6).

De acordo com o relato da jovem sobre sua mãe, percebe-se uma queixa daquela quanto à indiferença desta. A jovem tanto em sua fala, quanto em sua postura durante a entrevista demonstra certo desânimo e carência afetiva. Este pode ser o caso de família *dispersada*, onde prevalece a falta de coesão entre os membros, imperando nas palavras de Zimerman (2010, p. 86) “a lei do cada um por si e Deus por todos”, o autor explica que nestes casos o mecanismo predominante “é o uso excessivo de dissociações, seguidas de identificações projetivas de uns nos outros, com queixas recíprocas e formação de subgrupos, ou, pior, com um afastamento, matizado por uma indiferença de um pelo outro”.

O relato da jovem se traduz em sentimentos e necessidades que são princípios de reconhecimento, e que se refletem diretamente na autoconfiança dos sujeitos (HONNETH, 2003), e também a necessidade da jovem de ser reconhecida pela mãe.

Uma das jovens refere que já morou 3 meses fora de casa devido a brigas com seu pai:

Já morou fora de casa?

Já.

Por qual motivo?

Eu tinha brigado com meu pai.

Por que você brigaram?

Porque ele quer me mandar.

Queria te mandar? Sobre o que?

Não, é que depende assim oh. Eu gosto de pegar... (gaguejou)... eu faço alguma coisa, daí eu me esqueço e saio pra rua. Ele fica brabo. Eu e meu pai a gente não se dá muito bem mesmo. [...] A minha mãe é mais com as “guria” e meu pai com os “guri”. Daí a gente briga bastante com ele. Por bobagem. Depois a gente se entende.

E dessa vez o que aconteceu, quando tu saiu de casa?

Ele começou a brigar. Eu voltei por causa da minha mãe. Minha mãe “tava” doente. Minha mãe ficou doente, né. Daí eu voltei por causa dela.

Mas você saiu porque teve alguma briga entre vocês?

Porque eu quis. “Não”, a gente brigou feio. Daí pra não... (pausa). Eu “tava” cansada de...(pausa). Porque eu não aceito meu pai. Não tenho medo dele. Meu pai é um baita dum “negão”, né. Meus “irmão” tudo tem medo dele. Eu não tenho medo dele. Por causa da minha mãe. Ela tem depressão, né, então qualquer coisinha ela “tá” nervosa, né. Daí pra ele não brigar, que ele brigou muito feio mesmo, de sai assim...Ele me bate, eu bato nele, a gente vai tocando né... Daí eu fui embora. Deixei lá.

E porque vocês brigaram dessa vez? Tu lembra?

Não sei o que ele mandou fazer que eu não quis fazer. É por bobagem, a gente briga. Por coisa nada a ver. (J3)

Em famílias *aglutinadas*, onde há a predominância por parte dos pais de uma simbiose generalizada, são comuns estes relatos. Nestes casos Zimerman (2010, p. 85-86) aponta que pode ocorrer uma “crise familiar”, pois “quando algum dos filhos destoa da aglutinação que tem uma aparência de união e, por meio de “transgressões”, busca a sua emancipação, acontece que a aludida crise eclode sob forma de acessos agudos, disseminando um caos generalizado”. Pode este ter sido o caso na família da jovem, como pode também ser caso de uma família *aquartelada*, já mencionada anteriormente, onde a conduta do chefe da família pode gerar nos seus demais membros uma alta submissão, ou o oposto disso, desencadeando em rebeldia (ZIMERMAN, 2010, p. 86).

Quanto ao fato de terem ou não morado fora de casa, esta também é uma questão que chama bastante atenção, pois dos 6 jovens entrevistados, apenas um relata que nunca morou fora de casa. Os demais relatam que moravam apenas com um dos pais, alternando para o outro, que moraram com tios, avós, vizinhos, em razão principalmente de brigas na família, com os pais, com padrastos e madrastas, e mesmo com os irmãos. Tal fenômeno incide no termo que Fonseca (1993, p. 115) classifica como “circulação de crianças”, em que um grande número destas passa alguma parte de sua infância em casas que não são a de seus genitores.

Uma das jovens relata ainda que saiu de casa com 14 anos, para casar, outra relata que teve que sair quando estava grávida, pois o padrasto não a aceitava. Esta última jovem relata inclusive, que seu padrasto já a agrediu, e que uma vez o mesmo chegou a atear fogo em sua casa.

[...] meu padrasto botou fogo na casa, aí eu tive que sair de lá.

[...]

Por que ele colocou fogo na casa?

Não sei, ele sempre foi assim louco.

Que idade tu tinha quando tua mãe o conheceu?

Acho que uns 09, uns 10 anos por aí eu tinha.

E ela ficou com ele por quanto tempo?

Ela ficou 05 anos com ele.

Até você engravidar?

É. Daí eu fugi.

Fugiu de casa e foi morar com a tua vizinha?

Fugiu pra ficar com o pai dele. Porque ele não deixava eu namorar, né.

Daí eu fugi.

Por que ele não deixava você namorar?

Não sei, não deixava. E minha mãe, por ela, ela deixa. Deixou, mas ele não deixava. Daí eu peguei e fugi.

E por que ele botou fogo na casa?

Não sei. Só por causa de que era a casa dele eu acho. Daí ele, ele fica louco, ele bebe e fica maluco. Daí ele ...

Ele agredia tua mãe?

Olha. Uma vez ele chegou a pegar os cabelos da minha mãe já acho.

Uma vez isso.

Fora isso ele só discutia? Quando ele botou fogo na casa, ele já fez outras coisas assim?

Ele, ele ... (gaguejou) ... Quando eu tinha fugido, eu tinha fugido de casa, ele.... Eu tinha ido embora lá “pro” pai dele e ameaçou fazer isso aí de novo. Ele fez isso aí de novo, né. Botou fogo no sofá e coisa e coberta e minha mãe apagando ia botando e apagando. Foi assim a mesma coisa quando a casa queimou. Tinha muita tábuas velha assim, muito colchão e forro assim sabe, tinha bastante, daí pego fogo ligeiro. Em 02 minutos queimou tudo.

Pra você voltar pra casa? Ele queria que você voltasse?

Não. Por... por louco. Ele botou fogo na casa dele e foi se entregar na polícia daí.

Daí tua mãe se separou dele?

Separou dele. Daí ele vendeu o terreno né, um bem grandão lá, casa que ele tinha feito, sonhou fazer a casa. Daí ele vendeu a casa e deu um pouco do dinheiro pra minha mãe, por causa de que ele queimou tudo “as coisa” da minha mãe e as minhas coisas (incompreensível). Daí teve que dar dinheiro pra minha mãe comprar as coisas, tudo de novo (J6).

Este pode ser um caso mais grave, com algum tipo de psicopatologia na família, desencadeando em violência, pulsões por morte, acidentes, sucessões de crises, transtornos de conduta, etc., também agravados por problemas de alcoolismo, pois a jovem revela que ao beber seu padrasto ficava ainda mais agressivo vindo a agredir e a ameaçar a ela, sua mãe e seus irmãos. Neste caso também pode-se vislumbrar um desdobramento do vínculo do ódio, a *violência*. Afinal, conforme demonstra Zimmerman:

[...] o sentimento de ódio se manifesta de múltiplas e diferentes formas, relativas às suas origens, seus propósitos e tipos de manifestações, desde as mais brandas e, algumas, até construtivas, até outras formas que atingem um extremo de crueldade e destruição.[...] Dentre essas distintas modalidades de ódio, uma delas é a *violência*, que, por sua vez, também engloba uma larga variedade de apresentações, tanto as urbanas, as familiares, as sociais, as econômicas, as políticas, as religiosas, as disputadas pelo poder, as guerras e revoluções, entre tantas outras mais (ZIMERMAN, 2010, p. 127).

Nesta pesquisa, o importante em si, não é a classificação das famílias, afinal como foi dito, com base apenas nas entrevistas realizadas seria impossível realizar uma classificação exata destas, e, além disso, como foi referido anteriormente, muitas famílias possuem características comuns a mais de um tipo de classificação. O que importa aqui é avaliar os reflexos destas estruturas familiares, incluindo seus conflitos, na maneira de agir dos jovens, na formação de seus vínculos, e padrões de reconhecimento dentro e fora do Protejo, pois as relações primárias dos jovens se refletem diretamente em seu comportamento e modo de agir, influenciando em sua dimensão coletiva.

O “amor”, tanto nas famílias quanto fora dela, é consideravelmente importante ao ser analisado como esfera de reconhecimento, pois conforme observa Honneth:

Com a guinada da psicanálise em direção ao curso interativo da primeira infância, a ligação afetiva com outras pessoas passa a ser investigada como um processo cujo êxito depende da preservação recíproca de uma

tensão entre o auto-abandono simbiótico e a auto-afirmação individual; daí a tradição de pesquisa da teoria das relações de objeto ser apropriada, em especial medida, para tornar compreensível o amor como uma relação interativa à qual subjaz um padrão particular de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2003, p. 160).

Ou seja, o relacionamento bem sucedido ou não, dos jovens desde a infância com suas famílias, reflete em sua relação com os demais membros da sociedade. E por isso, a esfera do amor é importante para a compreensão do reconhecimento dos sujeitos porque este, conforme Honneth (2003, p.160), “designa aqui o duplo processo de uma liberação e ligação emotiva simultâneas da outra pessoa; [...] uma afirmação da autonomia, acompanhada ou mesmo apoiada pela dedicação, é ao que se visa quando se fala do reconhecimento como um elemento como construtivo do amor”.

No relato dos jovens, observam-se em algumas falas, certos conflitos nas famílias, mas isso não quer dizer que estes sejam necessariamente ruins, afinal conforme demonstra Zimerman (2010, p. 88) em seus estudos, mesmo nas famílias *normalmente integradas*, ocorrem conflitos, a diferença é que nestas há uma melhor aceitação dos direitos e deveres de cada um, e também um “reconhecimento” dos limites, diferenças, etc. de cada membro.

[...] nestas famílias, “normais” dentro dos critérios atualmente vigentes, predomina uma aceitação e preservação dos direitos e deveres de cada um, dentro de uma necessária hierarquia familiar; existe o “reconhecimento” dos limites, das diferenças, dos alcances e das limitações que particularizam individualmente os distintos membros da família. As crises também se formam, porém adquirem uma função estruturante; as vivências, as boas e as más, são compartilhadas com uma capacidade para suportar diversos tipos de perdas, especialmente de pessoas queridas, e de absorver a entrada de outras pessoas no seio familiar (ZIMERMAN, 2010, p. 88).

Sabe-se que a adolescência e a juventude são fases complicadas no desenvolvimento do ser humano, pois é quando ele descobre um universo de opções quanto a seus caminhos possíveis para o futuro, e, ao mesmo tempo, se vê na difícil tarefa de escolher entre todas estas possibilidades. Por isso, a base familiar se torna tão importante para este indivíduo que está a descobrir o mundo, afinal, “o bom relacionamento dos pais com seus filhos pode ser considerado fator de proteção para o cumprimento das tarefas de desenvolvimento dos adolescentes” (SAPIENZA e PEDROMÔNICO, 2005, p.212). Ou seja, o que

apreende em sua casa se reveste como um possível modelo de comportamento para suas relações externas, com os diversos grupos de pessoas que ele se relacionará fora de casa, uma vez que a formação vincular do sujeito se realiza a partir de diversas etapas de desenvolvimento presentes em sua vida. Conforme refere Zimerman:

Além desses cuidados maternos que visam a satisfação das necessidades *orgânicas* vitais, a noção de vínculo também abrange a tarefa de promover a satisfação das necessidades *afetivas* da criança por parte da mãe, sobretudo no que tange a que ela lhe dispense um calor humano, com um autêntico e espontâneo amor, carinho, proteção, compreensão da linguagem corporal do bebê (através do seu tipo de choro, olhar, eventuais esperneios, cólicas, vômitos ou diarreia, etc.). À medida que a pequena criança vai se desenvolvendo, os cuidados da mãe vão se modificando, conforme as novas necessidades e desejos do seu filho, porém, o que sempre deve permanecer em um sadio vínculo mãe-bebê é a presença constante na mãe de uma boa capacidade de “continente” (isto é, a capacidade de “conter” as eventuais angústias do bebê que ele projeta nela), junto com uma capacidade de “empatia” (ou seja, a capacidade de a mãe de se colocar no lugar de um eventual sofrimento por parte de seus filhos menores.) Um outro aspecto da importância vincular consiste no fato, cada vez mais habitual, de que o pai tem uma participação muito ativa na formação dos vínculos que englobam a um só tempo a união bebê-mãe-pai, com as mútuas inter-relações entre o tri, especialmente a do tipo de comunicação que se forma entre os três principais personagens. [...]

À medida que a criança vai crescendo, os tipos de vínculos vão se expandindo e se modificando, já então com a criança – futuro adulto – convivendo com muitos grupos, alguns de formação espontânea, ou nas primeiras escolas e, mais a diante na evolução, com amigos e jogos, esportes, ou namoros, grupos de estudos nas faculdades, no trabalho com equipes, na construção de uma nova família, etc., etc. (ZIMERMAN, 2010, p. 22).

A seguir são analisadas as entrevistas dos jovens nas demais dimensões investigadas, assim como os reflexos de vínculos e reconhecimento em seus discursos.

3.2.2.2. Quanto à dimensão coletiva: relacionamento e comportamento

A compreensão da dimensão coletiva dos jovens, fora do Protejo, é de fundamental importância para a presente pesquisa, pois reflete em seu comportamento também dentro do projeto. A partir das entrevistas observou-se que os mesmos jovens que referem ter muitos amigos fora do projeto, sair nos finais de semana, e participar de outras atividades, são aqueles que dentro do Protejo possuem também muitos amigos.

O relacionamento dos jovens em grupo nos remete ao vínculo que Zimerman (2010, p.218) chama *reconhecimento*, onde é de fundamental importância o convívio dos sujeitos em grupo, neste sentido o autor revela que:

É essencial em toda e qualquer pessoa que ele viva e conviva em *grupos*, nas mais diferentes modalidades, desde o primeiro grupo de sua vida que é a inserção do recém-nascido em seu meio *familiar* (onde ele não será unicamente passivo, mas também muito ativo no processo de transformações que a família sofrerá a partir de sua inclusão). Depois, num ritmo progressivo, conviverá em grupos escolares, recreativos, sociais, esportivos, universitários, profissionais, artísticos e, naturalmente, os grupos terapêuticos, etc., ocupando certos lugares, desempenhando determinados papéis e sempre influenciado pelos modelos, censuras e expectativas provindas dos primitivos pais e educadores em geral (ZIMMERMAN, 2010, p. 218).

A forma com que os jovens se relacionam com seus amigos são as mais variadas possíveis. Boa parte dos jovens entrevistados refere ter muitos amigos, que conheceram nos mais variados lugares:

Tem muitos amigos?

Tenho.

Quem são, como são e como você conheceu seus melhores amigos?

Ah, às vezes é no posto, que eu converso bastante no posto, às vezes caminhando, às vezes para do meu lado e a gente começa a conversar, que eu gosto de conversar bastante, e assim vai...

A maioria mora aqui perto?

Bastante. Aqui e fora, tudo que é lugar que eu já morei eu tenho amigos.
(J1)

Segundo Centurião, esta forma de se relacionar é fortalecida pelo anonimato das grandes cidades, onde o indivíduo tem capacidade de perpetuar-se, ou então manter-se com um senso de identidade, enquanto mantém os vínculos que o atam a um ou mais grupos primários de referência, para que este indivíduo “possa viver relações ‘face a face’ e construir seus modelos de identificação”, o que pode ser uma condição necessária para evitar a anomia pessoal (2002, p. 115).

Alguns jovens relatam que não possuem muitos amigos, e demonstram dificuldades em fazer e em manter amizades, por diversos fatores. Porém quando pergunto de amigos, todos referem ao menos uma pessoa de referência:

Você tem muitos amigos?

Não tenho muito.

Quem são, como são e como você conheceu seus melhores amigos?

É que sair eu nem saio quase nada. Só em casa, final de semana...fico em casa assim...

Fora do Projeto, não tem muitos amigos?

Não tenho muito. Às vezes quando passa os meus ex-colegas né, daí eu digo "oi", cumprimento eles.

Colegas da escola?

É.

Tem alguma amiga que tu converse, que seja tua melhor amiga?

Tem minha vizinha. Minha vizinha sempre vai lá em casa conversar... (J6)

Os vínculos de amizade estabelecidos pelos jovens são importantes para sua formação individual, pois a amizade é possível a partir da autoconfiança do sujeito, sendo para isso fundamental o bom desenvolvimento dos vínculos anteriores, dos jovens, enquanto crianças junto à sua família. Honneth explica em sua teoria, que segundo Winnicott, o "poder-estar-só, comunicativamente protegido, é a matéria 'de que é feita a amizade'". Segundo o autor "isso se refere ao fato de toda a ligação emotiva forte entre seres humanos abrir mutuamente a possibilidade de relacionar-se consigo próprio de maneira descontraída, esquecendo-se da situação [...]". O autor retira das análises de Winnicott acerca do processo de amadurecimento na primeira infância inferências quanto à estrutura comunicativa que faz do amor uma relação particular de reconhecimento recíproco (HONNETH, 2003, p. 174).

O relacionamento do indivíduo com seus amigos está intimamente ligado à base na qual ele estabelece sua autoconfiança, através do desenvolvimento da esfera do amor em suas relações primárias (HONNETH, 2003). Os jovens que referiram em suas entrevistas possuir muitos amigos, são também aqueles que demonstram maior autoconfiança, desdobramento do vínculo do amor, ao passo, que os que referem terem poucos amigos, ou mesmo dificuldade em fazer amizades, são aqueles que revelam não acreditarem muito em si mesmos.

Além disso, a amizade revela-se também desdobramentos do vínculo de reconhecimento trabalhado por Zimmerman (2010), reconhecimento de si próprio, do outro, ao outro, e pelos outros.

Outra questão importante investigada foram as atividades de lazer dos jovens, e nesse aspecto as respostas dos mesmos são as mais variadas, enquanto alguns referem não sair quase nunca de casa, outros possuem uma vida agitada, incluindo festas e reuniões com os amigos.

O que faz ou gosta de fazer nos finais de semana?

Final de semana? Ai, eu gosto de ir para a pracinha conversar, conhecer novas pessoas, conhecer novos projetos, conhecer os projetos da cidade, às vezes eu gosto de saber, gosto de estar sempre informada das coisas boas (J1).

Percebe-se no discurso da jovem a reprodução do conteúdo político das propagandas dos projetos disseminadas no bairro. No mesmo ano em que o Protejo foi implantado em Novo Hamburgo, diversos outros projetos foram também implantados no bairro, e todos contaram com ampla divulgação, que enfatizavam justamente o incentivo para que os moradores fossem conhecê-los, e o quanto estes projetos possibilitariam “melhoras” em suas vidas.

Os discursos políticos no bairro e no projeto são bastante comuns, os eventos maiores contavam sempre com a participação de alguns políticos, muitos coordenadores de projetos do Pronasci no bairro Santo Afonso eram possíveis candidatos à eleição no ano de 2012, sendo este inclusive o caso do coordenador geral do Protejo, também coordenador de políticas públicas para a juventude no município.

A concepção dos jovens e de muitos outros moradores do bairro de que os projetos a serem implantados no bairro fariam “milagres” em suas vidas, fomentada pelo discurso de muitos políticos, traduz certo sofisma por parte destes. Além disso, o *paralogismo* (ZIMERMAN, 2010, p. 153) também se encontra presente na concepção dos moradores, uma vez que, mesmo nos casos onde as circunstâncias e limites de cada projeto eram transmitidos aos jovens e a população, como foi o caso do encerramento das atividades do projeto, os mesmos insistiam em acreditar que o projeto não iriam acabar, e que eles permaneceriam frequentando as atividades do “curso”, como chamavam o Protejo.

Porém, essa descrença no término do projeto, se deve também ao fato de que os projetos admitiam pedidos de renovação por parte do município ao Ministério da Justiça, alguns projetos desde logo foram renovados, pelo prazo de um, dois anos, como foi o caso do Projeto Justiça Comunitária. Porém esta renovação dependia de vários critérios, o Protejo foi também renovado, mas por um prazo menor, e com a participação de um numero menor de jovens. Atualmente o projeto está para ser encerrado definitivamente no bairro, porém é possível ainda que algum novo pedido de renovação seja concedido. No entanto, o fato que nos interessa é que a maioria dos jovens entrevistados e observados, para a elaboração desta entrevista, já não estão mais participando do projeto.

A maioria dos amigos feitos pelos jovens são moradores do mesmo bairro que eles, sendo que grande parte eles conheceram na escola. Fato que também chama atenção, é que a maioria dos jovens entrevistados refere que seus amigos não frequentam as suas casas, e tampouco estes frequentam a casa de seus amigos.

Alguns explicam que isso se dá porque eles têm de ficar em casa ajudando os pais ou cuidando de seus irmãos.

[...] dia de semana eu não gosto de "saí". Eu fico em casa né. É que meu pai e minha mãe trabalham e eu fico em casa. Eu só venho de tarde pro curso e depois vou embora. Pra ajudar minha mãe né.

Tu tem irmãos menores?

Tenho, aquela guriuzinha de rosa, meu outro irmãozinho, e meu sobrinho que mora com nós. Daí eles iam pro colégio e eu pro Núcleo.

E tu cuida deles?

Claro. Daí como meu pai vem almoçar em casa meio dia, por isso que eu chego atrasada no curso, porque meu pai vem almoçar meio dia. Daí antes de vir pro curso eu dou almoço pra ele, daí eu levo meus irmãos no colégio, depois eu venho pra cá. (J3)

Alguns jovens, antes de participarem do Protejo-NH, nunca haviam participado outro projeto social do governo, outros haviam participado de projetos como o Projovem, alguns projetos do CRAS do bairro, e também dentro das igrejas.

Antes de participar do Protejo, você já havia participado de algum outro projeto na comunidade?

Sim, no Núcleo.

O Núcleo Amigo da Criança?

Isso. O Amigo da Criança.

E como era, tu gostava de lá?

Eu gostava.

E o que vocês faziam lá?

Um monte de “coisa”. Artesanato, a gente dançava. A mesma coisa que a gente faz aqui. (J3)

A investigação das atividades de lazer dos jovens, e de seu engajamento comunitário é importante, pois como se sabe a família é o grupo de socialização primária do indivíduo, mas a partir de seu envolvimento com outras pessoas e outros núcleos, este sujeito vai se desenvolvendo e modificando/transformando sua vida. É o que explica Centurião:

A sociabilidade citadina se dá no contexto de uma vasta diversidade humana e material, comprimida em um espaço físico, o espaço da cidade. Este espaço comporta múltiplos grupos com orientações culturais diversificadas, às quais agregam-se, em um processo de interrelação, diferenças hierárquicas derivadas da condição de classe, profissionais e de outros matizes. Nesse amplo entorno próprio da multivariabilidade que a cidade apresenta, o indivíduo desenvolve suas necessidades de pertencimento, a partir do qual constrói seu senso de identidade. Esta, como se sabe, não é um dado atomizado e de índole puramente subjetiva, pois só existe na sociedade a partir das relações sociais, em um modo de ser-para-outro, exposto em um coeficiente de visibilidade. A necessidade de integração a grupos primários surge como tentativa de elaboração de pontos fixos de referência, de “lastros de identidade”, frente à fragmentação de papéis. Um grupo primário “natural”, por assim dizer, é a família. Normalmente, as primeiras etapas da existência se dão no seio de uma família. No entanto, a multiplicidade de funções próprias do ambiente citadino expandem a ação individual, mais do que em qualquer outra sociedade, para além dos limites estreitos dados no entorno inicial (CENTURIÃO, 2002, p. 118).

Quanto aos relacionamentos amorosos, praticamente todos os jovens entrevistados, com exceção de uma, estão namorando ou “ficando” com alguém. Todos os jovens, a exceção de um, já tiveram mais de um namorado/a. Algumas das jovens entrevistadas já são mães, outras já estão tendo seu segundo, ou terceiro filho, algumas já tendo morado com seus companheiros em alguma fase da vida. Quando o assunto é relacionamentos amorosos, os jovens demonstram certa maturidade e ao mesmo tempo certa inocência, respondendo apenas o necessário.

Alguns jovens se mostram mais dependentes de seus parceiros que outros; alguns referem o sofrimento que já passaram ao lado de seus companheiros, incluindo cenas de violência; outros jovens revelam em sua fala nutrir ainda algum

grau de sentimento por algum namorado que passou por sua vida, sendo que na fala das jovens mães grande parte destas referem que as dificuldades financeiras e de amadurecimento levaram ao impedimento do casal permanecer unido.

O que importa neste caso é que apesar de breve, o relato dos jovens sobre seus/suas namorados (as), revela diferentes formas de amar e ser amado. Estas formas são configuradas nos sujeitos dentro de si (em relação a seus objetivos e relações objetivas, que estão internalizadas) e fora de si (com todas as pessoas com quem convive mais intimamente), sempre levando-se em consideração que os vínculos interpessoais, em grande medida, reproduzem os intrapessoais (ZIMERMAN, 2010, p. 51). Ou seja, o modo de amar e ser amado dos jovens, bem como de relacionar-se com outras pessoas, traduz em grande medida o sentimento pessoal e o estado emocional dos mesmos. Seu modo de relacionar-se e tratar os outros é um reflexo de seu estado interior.

Grande parte dos jovens entrevistados passaram por muitas dificuldades na vida, e demonstram aprendizados e consciência destas dificuldades, mesmo assim guardam ainda dentro de si a esperança de viverem uma vida satisfatória, ao lado de outro alguém.

Não, casar pra mim não. No meu futuro eu acho que eu casar e ter filhos só depois que eu estiver trabalhando. Porque não adianta eu casar agora e não ter minha casa. Tem que ter minha casa. Não vou depender da minha mãe e do meu pai. Porque minha mãe tem um monte de problema já, não vou botar mais um pra ela. Daí sim, depois que eu tiver meu serviço, minha casa, daí eu posso dizer. Porque eu quero mesmo trabalhar pra ajudar minha mãe. Minha mãe já passou da idade de trabalhar. Já "tá" com X anos e ela é magrinha por causa que ela visitou meu irmão na cadeia sozinha e agora "tá" visitando o outro, daí ela é muito fraca. E eu quero trabalhar pra ajudar minha mãe (J3).

No caso das jovens mães, elas referem-se aos namorados ou ex-namorados muito mais como os "pais de seus filhos", colocando os filhos em primeiro lugar na sua fala. Praticamente todas tiveram filhos na faixa-etária dos 17 a 18 anos, e demonstram em suas falas que não estavam preparadas para tal responsabilidade; mesmo assim assumiram seu papel de mãe encarando os desafios que vieram junto com tal função.

A seguir dada a importância atribuída à maternidade na vida das jovens mães realiza-se uma análise de seus relatos e seus sonhos para os filhos.

3.2.2.3 A narrativa das jovens mães

Outra questão extremamente marcante nas entrevistas foi o relato das jovens mães, e os sonhos que estas possuem para seus filhos, pois mesmo quando relatavam o que pretendiam estudar e trabalhar, as jovens referiam sempre seus filhos, e que queriam principalmente ter sucesso no trabalho ou no estudo para garantir-lhes um futuro melhor, que não queriam que seus filhos vivenciassem a mesma realidade ou passassem pelas mesmas dificuldades que elas.

O que você pensa para o teu futuro?

No meu futuro? Ah, eu pretendo mais adiante ainda arrumar um serviço bom, carteira assinada, ganhar um dinheiro bom né, e ter a minha casa própria e dar tudo de bom e de melhor pros meus [...] filhos. Ainda eu quero dar bastante coisa pra eles que eu não posso dar né, comprar coisas pra eles. Pra eles não precisar, quando eles crescerem “mais grande”, pra eles não “precisar” “tá” roubando as coisas dos outros na rua, que nem muitas crianças crescem e não tem nada dentro de casa e meche nas coisas dos outros na rua (J2).

[...] para ele eu sempre penso assim, que ele vai ser alguém na vida, que ele vai ser uma criança muito educada sabe, eu acho assim que ele vai ser uma pessoa que vai me dar muito orgulho, eu creio nisso sabe, por isso que eu quero trabalhar quero trabalhar, quero terminar meus estudos, quero dar muito amor, por isso que eu quero trabalhar à noite, nem que o dia eu fico o dia inteiro acordada olhando pra cara dele, claro, quando ele chegar da creche, pra quando ele crescer eu dá um futuro bom pra ele, por exemplo, a minha mãe não me deu um futuro de estudo, profissão, mas ela me deu muito amor, muito, muito, sabe, eu não posso falar “ai, eu não tive amor”, eu tive muito amor, muito amor da minha mãe, muito amor da minha irmã, apoio sabe, e todos que tão à minha volta, eles me dão muito carinho sabe, então é isso que eu vou dá pro meu filho, muito amor e carinho e condições, eu quero trabalhar bastante pra dar bastante condições pra ele terminar os estudos dele e sempre dizer pra ele, pra ele estudar na vida, pra ser alguém na vida, daí eu creio, por mais que o pai dele não tá perto, o pai dele também tem um amor muito. Por situações que a gente não soube lidar no passado, a gente se separou, mas eu creio que ele vai dar ainda muita alegria também pro pai dele, e exemplo também né, pros que estão pra vim, eu acredito (J1).

Uma das jovens fala do medo que possui de que seus filhos ingressem na criminalidade no futuro.

Primeiro lugar quero sair lá da onde eu moro, é muito perigoso, entendeu? Perigoso e a criança aprende muita coisa ali onde eu moro em Santo Afonso. Por mais que eu tranque o meu guri dentro de casa, e ele não é uma criança de viver na rua, por isso que eu já trago ele pro curso e de manhã ele vai pra creche. “Por causa que” são crianças, mas são espertas né, e se ele vê um – “filha da puta, corno” – sai falando já, aqui no curso não tem com quem ele não fale, entendeu? E por mais que a gente tranque ele dentro de casa, ele não sai, já comprei um monte de filme, um “dvdzinho” meu pai comprou, mas não adianta. Primeiro lugar eu quero sair de lá e quero depois botar ele no colégio, entendeu? Ensinar ele o que é o certo, o que é o errado, explicar pra ele que não pode mexer nas coisas dos outros, que não pode falar nome, que tem que ser sempre educado, e bota eles nos cursos, bastante cursos e coisa, que é o que eu “tô” fazendo agora, o curso né, e pretendo dar tudo pra eles, tudo. Por isso que eu quero trabalhar, entendeu? Quero dar de tudo para os meus filhos. Que eu sei que uma coisa que eu nunca tive entendeu, eu nunca tive assim, que eles podem crescer né, - “oh mãe, bah eu quero isso” – e daí que eu possa dar pra eles entendeu, pra eles não sair pra rua procurando, ficar batendo cabeça – “ah, minha mãe não me dá, então eu não vou estudar”, entendeu? – que muito jovem é isso, eu sofro muito com muita coisa que eu não tive, entendeu? Até hoje eu sofro, tem muita coisa que eu queria ter e não tenho (J2).

A fim de se compreender melhor as privações e necessidades da jovem, foi perguntado a esta menina, quais seriam estas “coisas” que ela queria ter, mas não tem, e como se sente com isso.

Como por exemplo, né, eu moro nos fundos da casa do meu pai. Eles tiveram que fazer uma pecinha pra mim, porque não dava pra morar nós tudo junto, que ela (mãe) brigava demais comigo, e daí, nessa casinha que eu “tô” é pequenininha entendeu, não tem como meus filhos se locomover ali dentro, às vezes ele tá e até ele briga comigo né, então eu quero ter uma casa mais grande, quero ter. Que a minha casinha é muito pequena sabe, e daí eu bah, lavo roupa no tanque, e é complicado a minha vida, bah, às vezes eu penso tenho vontade de chorar, tenho vontade de dar os meus filhos entendeu, mas eu sei que tudo isso eu “tô” passando, eu olho pro dia de amanhã entendeu (choro), porque eu amo os meus dois filhos, e nunca vou dar eles entendeu (J2).

A narrativa desta jovem traduz a realidade de muitas jovens mães brasileiras, privadas de bens materiais e apoio moral por parte da família e de seus companheiros ou dos pais de seus filhos. Todas as jovens entrevistadas já não estavam mais com os pais de seus primeiros filhos, algumas já tinham ou estavam grávidas do segundo ou do terceiro filho, e os pais destes pouco ou nada ajudavam na criação das crianças.

Dai fiquei com ele dai ele foi pra minha casa morar ali. Daí uma semana trabalhava, dois dias não ia, três dias trabalhava, outro dia não, sempre assim. Ele falou... ele mentiu pra mim, disse que não podia fazer filho. Daí eu disse, avisei muito bem ele que eu não queria mais filho, único filho que eu queria era esse aí e depois quem que ia sofrer ia ser eu não era ele. Ele disse: “ah, mas eu queria ter um filho”. Eu disse: “ah, se qui-

ser ter filho vai atrás das outras gurias, ter filho com as outras gurias, comigo não.”. Não é eu que ... Já “tô” sofrendo com esse aqui, né. O pai dele eu nem vi. Não vem trazer um litro de leite, um pacote de fralda, coisa que sempre tem que ter, né. Daí, “ah, mas eu te ajudo a criar”, não mas eu não quero saber, depois eu que vou sofrer e tu vai ficar livre ... (gaguejou)... a única coisa que faz é só trabalhar pra sustentar e coisa, depois não é ele que vi sofrer. Daí eu não quis acreditar muito nele, sempre me cuidava, só que não adiantava eu me cuidar e ele não se cuidar... (gaguejou)... podia até pegar uma doença dele, né. Coisa que eu nunca tive era doenças e essas coisas, coisa que eu nunca tive. Daí ele... (pausa)... daí ele foi embora lá pro pai dele. É pra ele vir agora em abril (J6).

Outra jovem relata caso de violência contra seu filho, por parte do pai dele, e refere que por isso tem medo de requerer a pensão alimentícia, pois teme que seu filho tenha que visitar o pai que o maltratava.

E o pai dos bebês lhe ajuda? O primeiro, o X né, o pai dele batia nele. Com nove meses o pai dele quebrou o pé dele e com um ano ele queimou o dedo dele. Daí nós denunciemos tudo ele e daí eu me separei dele. Eu ia trabalhar pra fora e ele judiava do guri. Eu descobri, daí eu parei, me separei dele e tudo, e daí como ele era de menor né, ele ia fazer 18 anos a recém, daí não podiam entrar com o processo né, daí agora tá correndo pra ganhar a pensão né, mas tá demorado. Só que eu meio que eu tenho medo entendeu, o medo que eu boto ele, na minha cabeça é assim né, que ele falou, pode ficar com a pensão né, mas daí ele quer ficar com o guri final de semana entendeu, e eu não quero que o guri pose pra lá, se ele já judiava do guri, já quando ele era pequenininho, e vai né, que nem a gente vê na TV né, os pais matando as crianças, e deus me livre, se o meu filho cai, ou morre, ou ele matar, então o meu filho fica comigo entendeu, bem ou mal eu me viro, de um jeito ou de outro, pelo menos ele não tá passando fome né, que eu ganho sacola daqui do curso, daí eu ganho o dinheirinho do curso, daí já sobra e eu compro fralda a mais, daí quando por exemplo o gurizinho tomou injeção, daí ficou com diarreia né, que é aquela diarreia que dá na criança, daí terminou as fraldas um pouco antes dos pagamentos, eu recebo agora dia 29 do curso, daí eu vim aqui né, daí eu fui ali na assistente social né, pedi, daí eles me arrumaram umas 15 fraldas né, pra botar nele né (J2).

As jovens mães demonstraram nas entrevistas muito sentimento ao falarem de seus filhos, todas se emocionaram ao contar a relação que tinham com eles.

Falar do meu filho é uma coisa que bah, é uma coisa assim que a gente nunca fica pra sempre né, e eu tenho muito medo assim de morrer, não sei porque, é que uma vez eu quase, eu passei mal dentro de casa, e eu quase morri né, trancou aqui minha, eu fui vomitar e trancou minha, o médico falou que as minhas placas se fecharam, e eu tranquei, então eu tenho medo por eu não tá com o pai dele, eu tenho muito medo de deixar ele sem nada sabe, sem uma casa, sem nada, e as pessoas judiarem, porque tu sabe, se tu deixar o teu filho com algo, a pessoa cuida do teu filho por aquele algo e também por amor, aos poucos cria um amor por ele, então eu, depois daquele dia, e depois eu vim pro Protejo, aí eu comecei a conversar e eu pensei, e eu também conheci o “dindo” dele, não

tem pai, não tem mãe, eu fico vendo sabe, ah o padrasto quando ela era viva, meu Deus, tinha um amor por ele assim, e agora tá atirado sabe, e ele, bah, eu sinto isso sabe, bah Jesus, imagina se um dia eu me vou, porque eu sou “nova”, todo mundo dia “ai (J1)”, mas a gente vai, e deixo ele sabe, então agora, esse meu projeto assim, o Protejo me ajuda muito, muito, muito (J1).

O medo da jovem de faltar no futuro de seu filho e deixá-lo sem ninguém para cuidá-lo, reflete também seu medo em ficar só, e depender de outras pessoas que não venham a lhe ajudar.

3.2.2.4 Dimensão educacional/profissional

Nesta dimensão procurou-se apurar como se dava a relação dos jovens com a escola, incluindo seu relacionamento com colegas e professores, bem como o que o jovem pensava da escola, para em um segundo momento, dentro da dimensão coletiva de investigação dos vínculos e reconhecimento dos jovens dentro do Protejo-NH, apurarem-se as diferenças e similaridades do ambiente escolar para o ambiente dentro do projeto.

Dos seis jovens entrevistados, apenas dois estão matriculados atualmente no sistema de ensino formal. Muitos jovens relatam que se matriculavam na escola, frequentavam alguns meses de aula, e em seguida paravam de ir. Entre os motivos relatados pelos jovens que deram causa ao abandono da escola, muitos são salientados, mas principalmente a necessidade e o desejo de trabalhar, e a distancia e dificuldade de deslocamento até a escola.

Estuda atualmente?

Não.

Em que ano parou de estudar?

Foi esse ano ainda.

Por que parou?

Porque eu soltava do curso já era umas 16h30min né? Daí eu chegava em casa, a gente mora longe, chegava em casa quase 5h. Daí eu tomava café, tomava banho. Daí era muito longe. Era ali no [...], a gente mora lá em baixo, a gente tinha que vir tudo de novo. Daí a gente parou, eu parei.

Era ruim para ti ir?

É.

Por causa disso?

Por causa disso. A outra professora me disse que ia arrumar pra mim ali no [...]. Mas ela não arrumou até agora. (J3)

Outra questão responsável pelo abandono e dificuldade dos jovens frequentarem a escola diz respeito ao termo já mencionado anteriormente, que Fonseca (1993, p.115) classifica como “circulação de crianças”, pois como se viu muitos dos jovens entrevistados passaram algum período fora de suas casas, morando com parentes, amigos, vizinhos, etc. Um dos jovens relata que entre outros motivos, suas constantes mudanças de lar eram responsáveis por sua evasão na escola.

Como você vê a escola?

Acho bom. Mas também que se fosse por mim já teria parado, mas daí minha mãe... (pausa) quis que eu continue.

Por que por ti teria parado?

Por causa que... (risos). “Tô” estudando de noite agora, daí “tava” sendo difícil. Aí agora parei de trabalhar. Mas antes não queria por causa do trabalho. Trabalhava com a minha mãe.

Aí você trabalhava de manhã, vinha para cá de tarde e estudava à noite?

Trabalhava de manhã e de tarde. Daí eu comecei a fazer o “curso” e parei de trabalhar.

Mas por ti tu continuas estudando?

É agora (gaguejou)... ano que vem vou fazer o EJA.

E tu já tinha parado alguma vez?

Parei um monte de vez quando morava com meu pai.

Por que você parava?

Porque nós se mudava direito. Ih, nós se mudava... e “passava” com meus parentes, “passava” de mão em mão... (J4).

Os jovens veem a escola com muita particularidade, alguns reproduzem o discurso que ouvem nos projetos que participam, dizendo que é um bom lugar para que tenham um futuro melhor. Outros explicam que há várias questões que os fazem parar de estudar, por não se sentirem acolhidos e reconhecidos, ou então reprimidos no ambiente escolar.

Como você vê a escola?

Muito bom. Um projeto que a gente pode ter uma profissão, um futuro, uma vida melhor, um caráter, eu acho que quando a gente estuda e tem um estudo bom a gente tem caráter, eu acho que é isso. (J1)

Como você a escola?

Eu sou “viciada”, nos primeiros dias eu acho legal. Mas depois eu me “anojo”.

Por quê?

“Por causa que”. Não sei. Porque os professores falam de a gente falar. Acho que é bem assim.

Como assim?

Os professores falam de a gente falar. [...] tem só que prestar atenção. Tem hora pra sair pro banheiro (J3).

A jovem demonstra o desejo de obter reconhecimento *do outro*, que no caso são os professores, como sendo alguém diferente deles, e que também possui vontade de expor suas ideias, e a necessidade de sentir-se respeitada por elas.

Outra jovem, por sua vez, relata que sua relação com os professores sempre foi muito boa, e que inclusive recorria a eles para falar de seus problemas pessoais.

Como era a sua relação com os professores?

Nós “era” muito amigos, nunca tratei eles como professores entendeu? Sempre tratei eles, os professores como se “fosse” uma família pra mim. Me tratavam bem, tudo que eu precisava, “tava” com um problema eu chegava e falava pra eles e eles tentavam me ajudar.

O que pensa deles?

O que eu penso? Que eles “tão” ali pra tentar ajudar as pessoas a terem um futuro melhor. (J2)

Outra jovem revela que vê seus professores como pessoas “guerreiras”, que são pouco recompensados financeiramente, mas que mesmo assim se dedicam aos alunos.

Eu acho que são pessoas “guerreiras” que não ganham bem, ganham às vezes regular, mas que fazem coisas assim na nossa vida que transforma muito, porque eles dão força assim pra a gente terminar de estudar, ou se dá o caso assim da gente parar, eles dizem, “não, mas tu vai conseguir, tu tem que conseguir”. Eu acho que são pessoas assim que só “quer” que a gente cresça, ou acho que são assim, ou pelo menos eles passam uma coisa assim. (J1)

A jovem ao relatar o que sente quanto aos seus professores, demonstra também, ao final do trecho, certo medo ou insegurança de que sua visão não seja a correta, ao dizer “ou acho que são assim, ou pelo menos passam uma coisa assim” (J1).

Relacionado ao discurso da jovem, a forma de *conhecimento discursivo*, que Zimerman, a partir de Bion, aponta como sendo resultante do “discurso” e da “razão” de valores que vão sendo transmitidos através dos discursos dos pais e pela cultura, atravessa gerações. Neste caso, o autor explica que “a razão consiste na faculdade de julgar, de sorte que aquilo que é trazido por meio dos

discursos vai evoluindo para ideias, as quais evoluem para juízos, raciocínios, e pensamentos abstratos que levam para conclusões, sobre a tomada de conhecimentos” (ZIMERMAN, 2010, p. 152). Esta jovem demonstra em todo seu discurso certa insegurança sobre a aceitação ou não de certas verdades, reproduzidas em muitos discursos que lhe foram passados, esforçando-se para transparecer que acredita neles, mas deixando escapar esta insegurança. Porém, em toda sua fala a jovem demonstra sua esperança na crença da possibilidade de um futuro melhor.

Quanto à relação dos jovens com os demais colegas na escola, a maioria relata que era boa, e que tinham muitos amigos. Apenas um jovem, justamente aquele que em seu relato demonstrou maior interesse pelo estudo, se refere a alguns desentendimentos na escola, em razão de brigas envolvendo sua namorada.

Como é a sua relação com os demais colegas?

Ah, é mais ou menos também. É porque tem alguns amigos que querem ser meus amigos só pra depois, como se fala, “dar uma facada pelas costas”. A maioria é assim.

Por quê? Teve algum caso em aconteceu isso?

Teve.

Quer me contar?

(risos) Ah, porque teve um caso, eu “tava” na rua, e eu “tava” namorando, e o cara, o meu “ex-amigo” começava a falar pra mim da minha namorada, que ela me traía e coisa, e daí eu fui perguntar pra ela, e ela disse que não porque ele que deu em cima dela. Daí começou... (J5).

Na série de perguntas que fez parte da investigação desta dimensão, procurou-se também investigar os sonhos e esperanças dos jovens para o futuro dentro do mercado de trabalho, e a contribuição da escola por eles vislumbrada em relação a seu futuro. Alguns jovens relataram não terem muitos planos para o futuro, não sabendo dizer no momento qual seria a profissão que eles teriam interesse em seguir.

O que pretende fazer quando terminar a escola?

No que pensa em trabalhar?

Ah, isso aí eu não sei dizer.

Tem alguma profissão que você acha legal?

Ah, não tenho nenhuma, nada. Nenhuma ideia na cabeça.

Nunca pensou nisso?

Nunca pensei nisso. (J6)

Outra jovem relata que deseja trabalhar em uma “firma”, “pode ser qualquer tipo de firma, mas tem que ser numa firma” (J3), e quando questionada sobre o porquê desta escolha, a jovem relata é devido à segurança de ter sua “carteira de trabalho assinada”, “[...] se eu ‘pega’ um serviço de carteira assinada eu ganho mais. Se eu pegar um serviço frio e parar de trabalhar eu não ganho nada” (J3).

Outros jovens, por sua vez, revelam nesta dimensão uma série de sonhos e objetivos traçados, e, ao mesmo tempo, certa insegurança quando a realização destes sonhos. Observa-se que grande parte dos jovens faz referencia ao quanto seria importante em suas vidas trabalhar sob o regime formal de trabalho, e sabem que este é um objetivo possível, mas revelam também outros desejos, desejos de trabalhar em algo com que realmente se identifiquem, demonstrando certa insegurança quanto à viabilidade da realização de tal desejo.

No que pensas em trabalhar?

O que eu mais gosto, eu penso em trabalhar numa firma assim né, como é que eu vou te dizer...Que eu não tenho experiência né, ainda né, mas que possa...Mas o que eu gosto mesmo de fazer é, negócio de dança né, posso dar aula de dança, posso fazer algum curso de dança, ter meu próprio negócio de dança entendeu, pra ensinar as pessoas. [...] (J2)

Quando eu voltar e terminar (a escola) eu quero fazer um curso, e ir pra faculdade, eu quero.

E o que você pensa em fazer?

Administração. Ah, que mais assim, na verdade eu quero administração porque eu quero ser dona, eu quero trabalhar, eu quero aprender como é que se faz, mas na realidade eu quero, eu penso alto, eu quero ser dona de alguma coisa. Por isso que eu quero começar de baixo, por exemplo, querendo administrar pra quando eu chegar lá em cima eu saber, dar valor àquele que vai me ajudar né, por exemplo secretária ou coisa assim, saber o que ele já passou (J1).

Todos os jovens, com exceção de um, já trabalharam alguma vez, ainda que de forma informal.

Com 15 e aos 16 anos eu trabalhei na padaria [...], fazia bolo lá né, ajudava a fazer bolo. Aprendi com a minha vó, minha vó me levava, daí eu fiquei até os 17 anos lá, eu ajudava na limpeza, lavava louça, tudo, e daí depois, ah, eu entreguei panfleto na rua, panfletagem né, fiquei bastante tempo entregando panfleto na rua, lavagem de carro também, já lavei carro, e fiz cursos, que daí no ASBEM a gente ganhava uma bolsa de 200 “pila” né, que foi corte e costura que a gente aprendeu (J2).

Os jovens demonstram em suas falas certa aceitação pelas normas já impostas a eles desde sua socialização primária, quanto ao que esperar do futuro. Revelam que possuem sonhos “possíveis”, e outros que desejam, mas que não veem como sendo de fácil realização. Praticamente todos os entrevistados falam da importância de ingressar no mercado de trabalho formal, sendo este seu objeto a curto prazo, em vistas “segurança” possível. Esta realidade remete ao que Berger afirma quando fala sobre o que significa para o homem “estar em sociedade”.

Estar localizado em sociedade significa estar no ponto de interseção de forças sociais específicas. Geralmente quem ignora essas forças age com risco. A pessoa age em sociedade dentro de sistemas cuidadosamente definidos de poder e prestígio. E depois que aprende sua localização, passa também a saber que não pode fazer muita coisa para mudar a situação (BERGER, 2007, p. 79).

A seguir são analisados os desdobramentos de vínculos e esferas de reconhecimento estabelecidos pelos jovens dentro do Protejo.

3.2.2.5 Reflexos de vínculos e esferas de reconhecimento dentro do Projeto

Praticamente todos os jovens ficaram sabendo da abertura das inscrições para o Protejo em Novo Hamburgo através das integrantes do projeto Mulheres da Paz, que também são moradoras do bairro Santo Afonso. As mulheres foram as principais divulgadoras do projeto, e responsáveis por grande parte das inscrições.

Como as entrevistas foram feitas em sua maioria nos meses de julho e agosto de 2011, o Protejo estava em pleno desenvolvimento, tendo sido perguntado aos jovens, qual era sua percepção sobre o projeto naquele momento. Dentre as respostas, a maioria foi positiva, sendo que alguns jovens afirmaram em poucas palavras que estavam gostando do mesmo, “Ah, ‘tô’ achando o projeto legal. ‘Tô’ gostando”; enquanto outros relatavam uma série de motivos pelos quais gostam de ir para o Protejo.

Um dos jovens afirma que a melhor coisa do Protejo são suas atividades:

O que você está achando do Protejo?

Ah, eu acho legal porque “nós aprende” muita coisa aqui, porque tirar foto eu nunca sabia como que era tirar foto e agora eu “tô” sabendo. Igual.., mas tem muita gente que não gosta né, porque daí ah, diz que tirar foto é só pra distrair porque não vai aprender nada, eu não acho, eu acho que ensinando cada vez mais coisa se aprende (J5).

Outros referem que estão gostando porque além de aprenderem novas atividades, estão fazendo novos amigos:

O que você está achando do Protejo?

“Tá” bem bom. “Tá” legal.

Por quê?

Porque “tô” aprendendo muitas coisas aqui também. Conhecendo “muitos mais” amigos (J4).

Outra jovem afirma que gosta de participar do Protejo, porque é uma forma de se ocupar, sair de casa, se distrair e ficar longe das coisas que acontecem na vila onde mora.

O que você está achando do Protejo?

Eu gosto do Protejo.

Por que?

“Por causa que” a gente faz um monte de coisa aqui. Eu prefiro vim..ahm...como na quarta-feira não tem Protejo né. Então a gente fica em casa assim. Onde a gente mora é um bagulho. É uma vila que acontece várias coisas sabe? Num dia tu fica lá tu vê um monte de coisa. E no Protejo não..ahm..a gente se diverte, brinca, conversa com as pessoas. Na quarta-feira não tem, a gente fica em casa pensando assim, “porque não tem a semana toda”.

Tu queria que tivesse a semana toda?

Que tivesse a semana toda. Que não tivesse...que não tivesse..que tivesse até na quarta feira sabe.

Tu gosta de vir pra cá?

Eu gosto de vim no Protejo (J3).

Nas quartas-feiras era o dia da reunião pedagógica dos membros da equipe técnica do projeto com seus coordenadores, e por isso neste dia não eram realizadas atividades com os jovens no sede do Protejo. Porém, a mesma vontade da jovem acima citada, de que houvesse atividades todos os dias no Protejo, é manifestada por outros jovens, que afirmam sentir muita falta do projeto quando não há atividades. Inclusive alguns dos jovens, pediram que suas entrevistas fossem feitas nas quartas-feiras, dia em que não havia atividade no Protejo, para que não perdessem aula, e também para que pudessem sair de casa e ir para a sede do projeto neste dia.

Os jovens relatam que onde moram ocorre muitos atos de violência, e que eles não possuem muitas alternativas de lazer, sendo às vezes necessário ficarem escondidos em casa para não se envolverem em conflitos. Os jovens relatam inclusive, que já presenciaram cenas de morte e agressão nas festas que frequentam.

[...] tu vê... acontece várias coisas. É tiro, até em dia de semana. É um monte de coisa que acontece. Daí tu tem que ficar dentro de casa, não pode sair. Que onde nós “moremo” é uma vila perigosa. Sabe como é, tem que ficar se cuidando.

Você já assistiu, já viu alguma cena de crime?

Claro, a pouco tempo, no domingo. Acho que morreu um amigo nosso.

Era seu amigo?

É. Sexta-feira, é foi sexta-feira, sexta-feira agora, ele morreu de manhã, 7h da manhã.

Como?

“A tiro”.

Você conhecia ele?

Claro. Por isso que nos não “viemo” na festa que teve aqui do Protejo.

Ele era seu amigo?

Era. Ele até é pai de uma guriazinha que “tá” aqui.

Que está no Protejo?

Não, a outra amiga... a cunhada dela trouxe ela hoje sabe...uma guriazinha pequenininha.

E, além disso, você já assistiu outra, já perdeu algum amigo?

Ihh, um monte.

Sempre com tiro?

Perdi meu tio também, que morreu com tiro.

Quanto tempo faz?

Acho que faz uns quatro “ano” já. Ih já perdi um monte de amigo parente.

Você já presenciou, já foi vítima de briga de algum ato de violência?

Eu? Eu não. Graças a Deus.

E alguma pessoa próxima a ti já?

Já.

E como que você vê isso?

Ah eu fico triste, né. Por causa que pode ser um irmão meu. Pode ser uma (incompreensível) na família minha. Eu fico assim, rezo muito pelo meu irmão, pelos meus dois “irmão” que tão na cadeia né. Um “tá” no semi-aberto, mas é perigoso também. Vou na igreja “todos dia”, só na quarta que não tem, mas sempre vou.[...] (J3).

Já presenciou alguma cena de violência no bairro ou em outro lugar?

Vários, tem um monte.

Como que foi?

Um monte já.

Onde?

Aqui...quando eu ia no baile funk aqui ... (incompreensível) ...em baile funk, nos outros bailes não digo, mas quando tinha baile funk aqui, que o cara botou uma faca no pescoço do cara.

Matou lá no baile?

Não chegou a morrer.

Mas esfaqueou na frente de vocês?

Bom, na frente assim não...a gente não viu porque a gente veio aqui pra cima no rodeio, pra dar um tempo um pouquinho né. Ai os pia vieram lá de cima avisaram nós, e os pia que “tavam” ali com nós e mais uns guris.

Avisaram primeiro que vieram ...que “tava” ... em dois brigando ali, ai depois vieram avisar que tinha esfaqueado o cara já. (J6)

A violência é um ponto muito frequente na vida dos jovens, a morte de seus amigos vítimas de homicídio é cena comum em seu cotidiano. A violência juvenil é um fator preocupante no Brasil, jovens são perpetradores e ao mesmo tempo vítimas de violência. Os estudos apontados adiante nesta dissertação corroboram tal evidência, através dos alarmantes índices da morte de jovens de 15 a 24 anos em todo o país.

Porém o ódio, comumente evidenciado nas brigas de gangues, e outras expressões de agressões entre jovens, pode esconder também o desencadeamento do sofrimento desses sujeitos, expostos a diversas formas de violência.

Além disso, e entre outros fatores, o tráfico de drogas é muito presente na vida dos jovens. Porém, apesar de muitos saberem dos acontecimentos envolvendo essa questão, os adolescentes evitam falar no assunto. A fim de preservar a proteção dos jovens informações como nomes de traficantes não foram apuradas. A presente pesquisa restringiu-se a apurar como os jovens entrevistados, que não tinham passagem pelo sistema de justiça, lidavam com a presença da violência em suas vidas, qual o impacto que esta lhes causara, sendo que quanto a este aspecto ficaram evidenciados sentimentos de medo e tristeza.

Durante sua participação no Protejo, a família inteira de um jovem integrante do projeto foi chacinada, sendo que este se manteve vivo simplesmente pelo fato de estar nas aulas dentro das dependências do projeto durante o extermínio.

Dias após esse fato, teve-se no bairro a notícia do degolamento de um jovem, não participante do projeto, mas conhecido por muitos no bairro.

Alguns jovens participantes do projeto tiveram que se afastar do projeto ou do bairro, por ameaças, por estarem jurados de morte, por terem presenciado algum fato, por envolvimento com traficantes, etc. Ainda que isso não conste dos relatórios oficiais essa realidade foi apurada a partir da observação realizada e no relato de alguns jovens, que procuravam formas de se afastar desta realidade.

Quase a totalidade dos jovens salienta que gostam do Protejo tanto por suas atividades, quanto pelo apoio que recebem dos profissionais:

O que você está achando do Protejo?

Muito bom. O Protejo é assim, ele é muito bom, porque ele “tá” dando curso de computador né, uma coisa que assim, hoje em dia tu não mexe em computador né, tu não sabe fazer nada né? O computador é tudo, então é um curso muito bom, que eles te ensinam várias coisas, fora dali e dentro também, às vezes tudo que eles “puder” te ajudar, eles te ajudam sempre. Às vezes assim, bah eu “tô” muito mal, porque eu tenho um filho, que ele é bem doente, então meu ânimo assim fica lá em baixo. Até agora teve assim um mês, eu acho que eu não vim no Protejo por causa dele, que eu não “tava” vindo por causa do meu neném, que ele “tava” muito doente, ele ficou “baixado” e daí veio a psicóloga, ela veio e conversou, “não, é assim, assim...”, bah eu fiquei, depois assim, por exemplo, eu entrei dum jeito assim que bah, eu “tava” desesperada assim, para tu ter uma ideia eu tinha até medo assim, medo de falar com as pessoas, de me comunicar, e ela começou, assim, eles por exemplo, começam a te conhecer do jeito que tu é, e quando tu muda eles tentam te ajudar, daí ela vem e ela conversou, e agora eu “tô” bem de novo. Mas antes eu fiquei com muito, muito medo, eu tinha medo de tudo, das pessoas, medo de conversar, de me expressar, eu “tava” só dentro de casa e eu vim pra cá, ela conversou comigo e nessa, agora eu já “tô” voltando de volta ao normal, sabe? Mas bah, eu fiquei bem mal mesmo, até “dos nervos” eu “tava” sofrendo. O Protejo é muito bom, muito bom (J1).

Foi perguntado para os jovens também quais eram as atividades realizadas por eles no Protejo. Apesar de saber-se quais eram estas atividades, a intenção ao perguntar sobre elas para os jovens era de apurarmos, segundo o entendimento e a visão deles, o modo como estas atividades eram desenvolvidas, e como eles se identificavam com cada uma delas.

Alguns jovens falaram de várias atividades, fazendo questão de dizer o porquê gostavam de cada uma.

O que vocês fazem no Protejo? Quais e como são as atividades que vocês tem aqui?

Hum, educação física se tiver gente nós vamos pra quadra de areia. Daí tem o de, acho que de grafite que nós faz desenho com tinta coisa, e eu

acho que também, aquele professor lá que eu esqueci o nome, aquele professor que dá aula de computador, aquele ensina bastante coisa porque como eu e tem muita gente que não tem computador né, daí fica mais fácil pra aprender as coisas (J5).

O que vocês fazem no Protejo?

A gente escreve, a gente aprende...a gente tem jogos na rua, educação física que eles falam né, a gente tem agora, abriu o negócio da informática, que foi bom, que a gente teve umas aulas práticas primeiro né, pra saber o que é isso, o que é aquilo, "mouse" e essas coisas, tão explicando ainda o básico pra gente, e tem a... como é que diz, não é um debate... aquelas aulas que eles fazem reunião pra cada um falar o que que acha, o que que não acha, o que que podia melhorar, entendeu? Reunião assim, tem bastante...

Que aqui o curso, não é só eles que falam entendeu? Aqui a gente pode falar... Ah, os outros cursos eles não dão oportunidade pros jovens falar, só eles que vão lá e emite regras, as regras quem boto as regras no curso foi nós entendeu? Falou, eles falaram, óh, vocês que vão decidir as regras, não foi "ah, nós decidimos isso", eles perguntaram pra nós entendeu? Nos outros cursos não tem isso aí (J2).

O discurso da jovem demonstra o quanto eles se sentem valorizados dentro do projeto em razão de sua relação com os educadores e demais profissionais da equipe técnica. O fato das regras do projeto não terem sido passadas aos jovens de forma impositiva, faz com que os mesmos se sintam protagonizados no projeto, ajudando na construção de suas atividades, o que lhes proporciona a noção de contribuição com o grupo, incidindo na esfera de reconhecimento que Honneth classifica como "solidariedade", que se desenvolve através de contribuições formais, fortalecendo a autoestima dos indivíduos. O autor explica que a auto-relação prática a que uma experiência de reconhecimento faz os indivíduos chegarem é um "sentimento de orgulho como membro de um grupo social que está em condição de realizações comuns, cujo valor para a sociedade é reconhecido por todos os seus demais membros" (HONNETH, 2003, p. 209), sentimento este que é visível na fala dos jovens sobre suas realizações dentro do projeto.

Além disso, a partir dos relatos dos jovens em suas entrevistas resta que os mesmos se sentem dentro do projeto como sujeitos possuidores de direitos e deveres, tanto seus quanto dos demais colegas, e até mesmo dos profissionais; é comum ouvir nas falas dos jovens menções sobre os direitos que estão aprendendo a ter, uma jovem relata que antes do projeto não sabia que era possível expressar a sua opinião. Desta verificação apreende-se um

reconhecimento jurídico, no sentido empregado por Honneth (2003), por parte dos jovens dentro do projeto, e que está diretamente ligado com o sentimento de auto-respeito, afinal:

[...] um sujeito é capaz de se considerar, na experiência do reconhecimento jurídico, como uma pessoa que partilha com todos os outros membros de sua coletividade as propriedades que capacitam para a participação numa formação discursiva da vontade; e a possibilidade de se referir positivamente a si mesmo desse modo é o que podemos chamar de “auto-respeito” (HONNETH, 2003, p. 2003).

Dentre as atividades citadas pelos jovens como sendo as que eles mais gostam de fazer, estão educação física e informática. Muitos jovens antes de participarem do Protejo nunca haviam tido contato com um computador, em suas falas os jovens salientavam a importância que estas aulas estavam tendo para seu futuro.

Os jovens começaram a frequentar o projeto em abril de 2011, mas somente a época em que foram feitas estas entrevistas, é que a sala de informática ficou pronta e as aulas puderam começar. Sempre que falavam do computador os jovens ficavam empolgados, “ai, o computador, eu gosto de mexer, eu quero aprender, quero navegar (risos)”.

A gente escreve a gente aprende... a gente tem jogos na rua, educação física que eles falam né, a gente tem agora, abriu o negócio da informática, que foi bom, que a gente teve umas aulas práticas primeiro né, pra saber o que é isso, o que é aquilo, “mouse” e essas coisas, tão explicando ainda o básico pra gente (J2).

Já para falarem sobre as atividades que menos gostavam houve maior resistência, mas conforme a entrevista foi se desenvolvendo os jovens iam revelando que as atividades que menos gostavam eram aquelas que eles chamavam de “reunião” (aulas de história e cidadania), diziam que era porque eles não gostavam de ficar “sentados escutando”.

Qual atividade que você menos gosta?

A que eu menos gosto? Às vezes esse negócio de reunião, muita reunião entendeu? E daí tem que falar todo mundo, tipo uma palestra, entendeu? Eu não gosto muito de ficar sentada, eu gosto de “tá” toda hora me agitando e movimentando, entendeu? (J2).

A essa mesma jovem foi perguntado se ela gostava de falar nestas reuniões, sendo que na resposta a mesma explicou que antes do projeto não gostava, pois tinha “medo”, porém no decorrer de sua participação no mesmo ela foi aos poucos perdendo este medo, sendo que a jovem atribui a perda deste aos profissionais do projeto que a ela deram apoio.

Adoro falar, não tenho medo. Eu tinha muito medo de falar antes de “vim” pra cá, os outros cursos eu era muito fechada, se eu tinha uma dúvida eu ficava pra mim, se eu queria uma ajuda eu ficava pra mim nos outros cursos, e aqui não, aqui eu tenho... Eu “tava” passando por um problema aí há pouco tempo, agora eu cheguei e falei com a [...] né, me abri, vim 07 horas da manhã aqui, quase 08 horas, daí falei com a [...] entendeu... Aqui é um, eu considero todos como se fosse uma família pra mim entendeu, coisas que a gente passa do cotidiano em casa, como briga de família daí eu vim e falei com ela né, daí eles me ajudam bastante (J2).

Os jovens referiam-se às atividades do Protejo sempre como “aulas”, aos educadores como “professores”, e ao próprio projeto em si, muitos jovens chamavam de “curso”. No entanto, percebia-se com a fala dos jovens que em relação ao Protejo eles sentiam uma certa liberdade, não encontrada na escola. Para explorar melhor tal diferenciação entre as atividades do Projeto e as aulas da escola, foi perguntado a eles, quais eram as aproximações e diferenciações entre os dois.

As respostas confirmaram esta maior liberdade encontrada no Protejo, que fazia com que os mesmos sentissem-se mais seguros para participar das atividades, conversando com professores e colegas sobre seus entendimentos e posicionamentos, “[...] na escola é muito mais ‘fechado’. Não ‘podemo’ fala muitas coisas. Aqui nós ‘semo’ aberto pra falar qualquer coisa” (J4). Esta mesma percepção é reproduzida no discurso dos demais jovens.

**As atividades do Protejo para você se parecem com as da escola?
Sim, não, por quê? Em que se diferenciam?**

Não, porque aqui eles ensinam mais coisas que no colégio, porque lá na escola eles só passam e “faz” nós fazer, aqui não. Aqui eles passam, ensinam daí se tiver alguma pergunta eles “faz”, fala pra nós, daí aqui é muito melhor que lá no colégio, porque lá no colégio eles só passam, só ficam passando no quadro pra nós copiar. Aqui não, eles ensinam coisa (J5).

Outra jovem refere que no Protejo os professores são mais pacientes com eles, e mesmo em caso de atrito eles procuram resolver através de conversas, que segundo eles, na escola são bem mais incomuns.

As atividades do Protejo para você se parecem com as da escola? Sim, não, por quê? Em que se diferenciam?

Não, nenhuma. Porque é diferente, na escola é obrigado a ficar dentro de uma sala entendeu, ouvindo o que eles têm pra falar, e aqui não. Aqui eles dizem – “vem pra aprender e quem não quer aprender a porta da rua é serventia” – entendeu? Eles não obrigam o jovem a ficar ali dentro da sala de aula e eles não são que nem os professores, entendeu? Pegam pelo braço ou já... Tem uns que são “nervoso”, mas tem uns que procuram conversar mais, entendeu? Eles sabem têm uns...que nem a minha irmã “X”ela é bem revoltada sabe, mas tem uns que sabe, tão levando ela na conversa – “Óh “X” não é assim, é assim...” – e no colégio não, no colégio é...como é que eu vou te dizer, tu é suspensa, tu vai ficar em casa, entendeu? Eles não procuram ah, reaprender o jovem, eles discriminam entendeu – “ah, é porque tu não, “vamo” tirar tu da escola”, entendeu? – aqui não (J2).

E o técnicos do Protejo, são parecidos com os professores da sua escola? Sim, não, por quê?

Não. Eles não são parecidos porque eles parecem meu, meus, como é que eu posso dizer, eles ensinam ali o que eles sabem né, a profissão que eles sabem e querem passar para nós, mas eles passam com um jeito diferente, por exemplo, assim, não com “ignorante”, estupidez, eles vêm rindo – “não, não é assim, é assim...” –, por exemplo, se a gente não sabe, os colegas nos ensinam, por exemplo, assim – “ah vou passar uma atividade, ah, por exemplo, o computador, vou passar uma atividade, por exemplo, um desenho no computador que tu não sabe, e os técnicos não tão perto, o colega mesmo vêm – “ah, deixa que eu te ensino” – ou por exemplo assim, ai, é uma coisa muito legal, parece que tu tá em casa, isso é a realidade assim, eles prestam uma coisa muito boa, afetiva, sempre pra tu melhorar de vida, é uma coisa muito boa (J1).

Além das atividades, e do contato com os educadores, o fato de haver no Protejo profissionais como assistente social e psicóloga, e estas serem pessoas acessíveis aos jovens, também é um ponto positivo na fala dos mesmos, pois através delas eles são encaminhados à rede de assistência social existente no bairro.

Sim, quer dizer, na realidade não se parece porque antigamente não tinha computador né, a gente não mexia em computador, a gente só olhava frente, não olhava atrás, não se expressava, se tu “tava” mal, tu “tava”. Aqui não, aqui é diferente né, por exemplo, se eu “tô” ruim, eu ah, eu sei lá, a psicóloga vem, conversa, “o que tu tem, em que a gente pode te ajudar”, também tem a assistente social né, que a gente pode se expressar para ela, muitas vezes ela manda a gente pro CRAS né, até as vezes faltou passagem pra eu levar o nenê, bah eu “tava” apavorada, eu não tinha como levar para o hospital, pensa bem, e a ambulância aqui em Novo Hamburgo né....daí eu fui ali no CRAS, me deu passagem, eu levei ele pro hospital, então foi uma coisa assim bem legal, o Protejo é muito bom (J1).

Outra jovem por sua vez, afirma que tarefas desenvolvidas no Protejo em relação às da escola são mais fáceis de serem cumpridas, “[...] aqui é mais fácil. É barbadinha. Porque eles mandam a gente fazer uma coisa e tu termina em 2 ‘minutinho’. No colégio não. Se tu erra tem que fazer de novo. Aqui não. Aqui é ‘barbada’” (J3).

Mas o que mais chama atenção no projeto é o vínculo estabelecido entre jovens e profissionais da equipe técnica do Protejo-NH. Os jovens referem em suas falas o amparo recebido pelos profissionais e a repercussão deste em suas vidas.

Demonstra-se na fala dos jovens que os mesmos sentem-se reconhecidos dentro do Protejo, tendo formado vínculos muito forte com os profissionais da equipe técnica. Uma das jovens refere o apoio que recebeu da psicóloga quando viveu por um momento complicado em sua vida, passando por problemas emocionais.

[...] meus nervos “tava” a flor da pele, pra tu ter uma ideia eu sentia todinho os meus nervos e uma dor na nuca, até daí a mãe falou assim “filha – que a minha mãe teve isso – “filha tu não pode ficar doente, tu tem o teu filho e até perigoso isso” – daí é onde eu fiquei mais nervosa, que era perigoso para o meu filho, daí eu comecei a orar e eu disse “Deus ...”, já não tem o pai dele né, tem o pai dele, mas não “tamo” juntos, agora até eu né, daí eu vim aqui, na realidade, eu falei bah, a psicóloga começou a conversar, conversar, e sabe, daí eu venho pra cá, e eu pedi ajuda pra ela, olha, como é que é engraçado pedi ajuda e ela falou que tá, daí eu chego e os professores vêm e conversam... Mas eu pedi ajuda, mas não pra eles virem sabe, pra pro exemplo começar a puxar aquela velha (J1), sabe, e aqui eu “tô” melhorando, como seu fosse uma fisioterapia, eu venho pra cá e eu me expresso, eu me dou muito bem com os alunos sabe, os alunos vêm e conversam comigo. Agora eu “tô” voltando ao que eu era, aos pouquinhos sabe, bem aos pouquinhos assim, mas era bem cruel assim, as pessoas que “tavam” perto de mim, elas olhavam e diziam assim – “ai (J1), eu quero a outra (J1)” – elas falavam assim, imagina, eu “tava” assim, eu “tava”...(J1)

Outra jovem refere que a assistente social do projeto ajudou bastante sua família, tendo ajudado inclusive um familiar seu que também participava do Projeto.

A Alzira (assistente social) também é uma que ajudou bastante. Ajuda meu primo lá que é doente, ela que ajuda ele. A gente conversa com a minha tia. Ele ficou preso, daí deu depressão nele. Daí a depressão pegou mesmo. Ele vinha aqui. Até uns tempo ...ela botou ele aqui daí ele

tinha sarado. (gaguejou) Ele voltou porque a Alzira levou ele pra fazer os documentos, (gaguejou) daí ele foi fazer o título, é eu e ele, daí no computador deu que ele tinha mais uma pena pra cumprir. Daí foi que entrou na cabeça dele, que ele ficou cinco “ano” no fechado. Daí ele entrou de novo em depressão e “tá” doente de novo (J3).

Outra jovem revela que a assistente social do projeto lhe ajudou muito com um problema pessoal, e refere-se a ela como uma “mãe”.

[...] eu e a minha mãe temos bastante dificuldades. Ela não é a minha mãe entendeu? Daí eu descobri há pouco tempo que ela não era a minha mãe, e ela sempre, eu sempre fui discriminada de modo assim entre nove irmão, e cinco homem e quatro mulher. E sempre teve uma diferença que ela tratava bem os meus irmãos e mais ou menos eu, entendeu? E o meu pai sempre me tratava bem, e eu queria entender isso aí, daí eu fui descobrir que eu não era filha dela daí, por isso a discriminação né, que ela sempre me tratava mal, e daí há pouco tempo nós discutimos né, brigamos, e daí a Alzira é uma mãe que eu nunca tive, meu pai foi mãe e pai pra mim entendeu? Desde quando eu fiquei mocinha tudo, meu pai sempre me dava conselho, e eu nunca tive uma mãe pra conversar. Quando eu comecei a manter relação com os rapazes, nunca a minha mãe me explicou – “óh, tem que usar isso, tem que usar aquilo...” – eu fui aprendendo mais na rua né, aprendi com todo mundo na rua, os colégios também, o básico né...

E quanto tempo faz que você descobriu isso?

Faz uns três meses.

Você já estava aqui no Projeto?

Já estava no projeto. Daí eu fiquei batendo boca e tudo, daí teve uma noite que eu não consegui dormir, daí eu vim cedo né, e “tava” com uma coisa trancada dentro de mim, não sabia com quem conversar né, e daí eu vim pra cá né, e a Alzira foi a única pessoa, eu falei com ela né, me abri pra ela, chorei e eu gosto muito dela, bah, eu gosto muito. É uma pessoa que se eu for um dia sair do curso eu vou levar pra sempre, ela é como se fosse uma mãe pra mim (J2).

Este amparo por parte dos educadores e demais membros da equipe técnica do Protejo, e o sentimento de vínculo e reconhecimento estabelecidos pelos jovens dentro do projeto é de fundamental para sua permanência do mesmo. Além disso, esta confiança dos jovens nos profissionais, e o sentimento de empatia destes em relação àqueles é fundamental para fortalecer a capacidade de resiliência nos jovens, que se torna muito mais forte quando se tem em quem confiar. A capacidade de resiliência é também um desdobramento do vínculo do amor, e conforme explica Zimmerman:

[...] costuma surgir em pessoas que sofrem ou sofreram um doloroso impacto, tanto de natureza física, quanto de tragédia familiar, ou de graves problemas emocionais e/ou, afetivos, porém, impulsionados pelo apego à vida, portanto, ao vínculo do amor, não capitulam no desejo de viver e tampouco emergem numa depressão, às vezes, eterna. Pelo contrário, o

sujeito retira forças vitais dos traumáticos infortúnios que aparecem alheios à sua vontade (ZIMERMAN, 2010, p. 78).

Ao mesmo tempo, nota-se no discurso de muitos jovens um envolvimento no projeto, sendo que apesar de a duração do projeto ser de um ano; muitos jovens, a época das entrevistas, ainda não aceitam que o projeto pudesse vir a acabar, e demonstravam um apego muito grande aos educadores e demais profissionais da equipe técnica do projeto. Se, por um lado, tal apego é essencial para garantir sua permanência no projeto e reduzir a evasão, de outro, cria uma certa dependência por parte dos jovens ao projeto.

Essa negatização por parte dos jovens de que o projeto realmente viesse a terminar após um o período de um ano, tem a ver com o vínculo do conhecimento, no que diz respeito à dificuldade dos sujeitos em admitirem verdades e circunstâncias desagradáveis ou penosas. A verdade, ou o seu oposto, as falsificações, mentiras, distorções, etc.; exercem uma influencia capital em toda e qualquer espécie de vínculo (ZIMERNAN, 2010), e não é apenas quanto a este aspecto da manutenção ou não do projeto, que esta dificuldade em admitir circunstâncias penosas aparece na fala dos jovens, em vários outros aspectos isso fica evidenciado, seja nos relacionamentos dos jovens com seus parceiros amorosos, seja com amigos, ou questões relacionadas a trabalho, estudo, violência, etc.

Quanto ao projeto, o prazo exíguo de apenas um ano, sem o encaminhamento ou colocação dos jovens em outros programas, ou o fortalecimento de sua autonomia, gera nos participantes um sentimento de frustração, por isso cabe aos educadores e profissionais também desde logo dar suporte aos jovens no sentido de prepara-los para lidar com a realidade de que não estarão para sempre no projeto, alguns jovens não compreendem isso muito bem. Neste sentido, Zimmerman salienta que:

O mínimo que se espera de um educador (mãe, pai, professor, etc.) é que ele modele os aludidos limites à criança, e que a faça reconhecer que ela tem muitos alcances, mas que também tem muitas limitações, tudo isso convergindo para a criança entrar em contato com a realidade exterior. Esta última, nem sempre está totalmente favorável, de modo que, a um mesmo tempo, o educador vá plantando na criança as noções

dos direitos dela, mas também dos deveres, em uma obediência a uma escala hierárquica de sua família (ZIMERMAN, 2010, p. 118).

Grande parte dos jovens fez muitos amigos dentro do projeto. Alguns já se conheciam da escola, do bairro, etc. Outros se conheceram no Protejo e aos poucos foram estabelecendo vínculo de amizade entre si.

Uma jovem ao falar de seu relacionamento com os colegas no Protejo, afirma que este é semelhante ao que mantinha com os colegas da escola, [...] é como na escola, se eu não gosto de fulano, eu não sou obrigada – ‘ah, eu não vou jogar bola com ele’ – eu tipo, continuo convivendo com ele, dou ‘oi’, ‘tchau’, ‘bom dia’ (J2), esta mesma jovem afirma que possui um melhor amigo, que conheceu dentro do projeto, e que se tornou seu amigo fora também.

Na fala da jovem sobre seu relacionamento com os colegas, a mesma reflete a esfera das relações jurídicas (direito) concebida por Honneth em sua teoria, no sentido também empregado por Hegel e Mead, uma vez que a noção de nós mesmos como portadores de direitos, só é possível quando, inversamente, possuímos um saber a respeito de quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro. Pois somente a partir da perspectiva normativa de um “outro generalizado”, é que podemos nos entender também como portadores de direitos, no sentido de se poder estar seguro do cumprimento de algumas de nossas pretensões (HONNETH, 2003, p. 179). A jovem explica que mesmo que ela não tendo uma relação de amizade com algum outro colega, isto não é motivo para a exclusão do outro das atividades em grupo, o que reflete o reconhecimento por parte da mesma, do outro como sendo portador de direitos, tanto quanto ela.

Apesar de a maioria inicialmente referir possuir muitos amigos, quando perguntados se possuem um melhor amigo dentro ou fora do projeto, alguns jovens respondem que não possuem melhores amigos.

Outros referem que possuem bastante conhecidos, e alguns amigos, mas que dentro do projeto há alguns colegas com quem eles não se relacionam bem, “[...] elas ‘se acham’. Tem umas gurias que vem pra cá “se acha”. Elas precisam,

como eu também preciso, e elas vem pra cá como...não precisa...vem se achando. Quem vem pra cá precisa, quem não precisa não vem (J3)". O "precisar" a que a jovem se refere diz respeito a bolsa de R\$ 100,00 que os jovens recebem para participar do projeto.

A posição desta jovem, bastante contestatória, não apenas nesta fala, mas em todo seu discurso, poderia ser rotulada como rebelde ou agressiva em relação às colegas, e revelar desdobramento latente do vínculo de ódio. No entanto, sua fala revela muito mais sua necessidade de expor sua identidade própria, e uma irresignação por achar que as outras pessoas não são capazes de fazer o mesmo, e a rejeitam por ela estar fazendo. Em conformidade com tal situação, Zimerman explica:

Um exemplo comum disso é fácil encontrar em muitos adolescentes que são rotulados como rebeldes e agressivos pelos pais, pelos professores e pela sociedade, porém uma análise mais atenta pode demonstrar que eles estão exercendo uma conduta contestatória, com a finalidade precípua de adquirir um sentimento de identidade própria, ou seja, ser ele mesmo, e não quem os outros querem que ele seja (ZIMERMAN, 2010, p. 30).

Aos jovens foi perguntado também o que eles achavam que poderia melhorar no Protejo, dentre as sugestões está ter aula em todos os dias da semana, "só acho que deveria ter mais um dia de aula. Na quarta nós não 'temo', daí fica chato" (J4).

Outra jovem sugere que o projeto tenha mais atividades, como aulas de dança, que a princípio foram oferecidas apenas à jovens com faixa-etária de 15 anos, em razão de as aulas serem ministradas em parceria com outro projeto que fazia esta distinção.

O que você acha que poderia melhorar no Protejo/NH?

A aula de dança pra todo mundo, tem só pra uma idade, daí quando eu comecei o curso eu "tava" grávida, eu ganhei o meu bebezinho em junho, e mesmo "tando" grávida eu dancei, até tem umas fotos minhas dançando no ensaio né, e eu sempre gostei de dançar, adoro dançar funk. Até eu tinha um grupo de meninas antigamente "Grupo do Bonde das Safadas" eu dançava, mas daí como o tempo foi passando né, uns foram casando ou foram engravidando, e daí terminou. E eu gosto muito de dançar, daí não tem né, só pra uma idade (J2).

Ao serem perguntados sobre o que poderia melhorar no Projeto, os jovens também referiram que o projeto havia melhorado muito desde o seu início, e que por isso já acham bom o estava.

[...] o Protejo que a gente entrou antes, “tá” bem melhor agora. Oh, botaram computador, que não tinha, deram uniforme, que não tinha. Eles “tão”... (pausa) “tá” bem melhor do que antes. Antes não tinha nada disso, só ficava ali na sala de educação física. Agora tem computador, tem aula de dança, “tá” bem melhor do que antes (J3).

O que você acha que poderia melhorar no Protejo/NH?

Melhorar, eu creio que vai melhorar bastante, melhorou assim e tá melhorando cada dia mais, melhora mais.

Por que você acha que melhorou?

Por que melhora? Porque eu acho que eles vão vindo e se aperfeiçoando né. Antigamente, por exemplo, faltou técnicos, e “tava” assim o horário... Agora não, assim tu chega e o horário certo, “tá”.. Ih, “tá” melhorando bastante, os computadores a gente tá mexendo, ih “tá” melhorando e vai melhorar cada dia mais o Protejo (J1).

Ao término das entrevistas, foi perguntado novamente o que os jovens estavam achando do Protejo e o que os mesmos achavam que mudaria ou que já havia mudado em suas vidas.

A exceção de uma jovem que referiu não ter vislumbrado nenhuma diferença em sua vida, o restante dos jovens afirmou que suas vidas haviam mudado bastante desde sua inclusão no Protejo.

Alguns referiram que aprenderam coisas novas e começaram a ajudar mais em casa.

De modo geral, o que você está achando do Protejo-NH, e no tempo que você está aqui, mudou alguma coisa na tua vida?

Mudou um monte.

O que por exemplo?

Ajudar em casa e coisa, e em se aprender mais coisa como, aprender, porque tem muita coisa que nós não “sabia” e nós “começemo” a descobrir aqui no Protejo (J5).

Outro jovem refere que quando iniciou o projeto ele achou que o mesmo logo iria acabar e que eles (os jovens) iam ter que sair, relatando que se surpreendeu pelo tempo em que está no projeto (aproximadamente 5 meses) (J4).

Outras jovens relatam que sua vida mudou porque antes elas ficavam mais em casa, pois não gostavam de sair onde moravam, e que no projeto é melhor, pois se sentem mais livres para conversarem.

De modo geral, o que você está achando do Protejo-NH, e o que você acha que mudará na sua vida com o Protejo-NH?

Na minha, acho que mudou. Mudou, porque eu ficava mais em casa dia de semana.

Saia menos?

É que eu não goste de ...é que na minha vila se tu ficar uma semana, um dia, já dá um monte de fofoca. Daí eu... aqui eu me sinto mais solta eu converso.

Onde que da um monte de fofoca?

Lá na minha vila. Aqui não. Aqui pode conversar, pode brincar, lá tudo que tu faz eles cuidam. É um lugar que só tem “zóio gordo” (J3).

De modo geral, o que você está achando do Protejo-NH, e o que você acha que mudará na sua vida com o Protejo-NH?

Mudou muito. Mudou tipo assim que, se não tivesse o curso eu ia ficar em casa né, tipo assim, eu tenho uma casa pequenininha, eu ia limpar a minha casa, ficar a tarde toda em casa dormindo e eu odeio ficar parada, uma coisa que eu não gosto é ficar parada, e daí como se diz, a gente em casa daí a gente acaba se envolvendo em conflitos, entendeu? Que daí acabava, ficava a reuniãozinha de primos, conversando, focando modo de dizer, e “dá muitas confusão”, porque eu não “tô” em casa e mesmo assim a gente chega em casa quatro, cinco horas, quando vê já é de noite e é uma se pegando no pau, - “porque falou com o meu marido não sei o que...” – e daí já eu evito isso aí, eu “tô” no curso, não sei de nada né, daí é uma coisa boa, a gente vem pra cá, fica aqui...(J2)

Outra jovem relata que sua participação no projeto mudou radicalmente sua vida e seu modo de pensar.

Antigamente eu pensava assim, bah eu tenho que trabalhar, trabalhar, trabalhar e trabalhar e é o que eu pensava. Agora eu penso diferente, não eu vou trabalhar, e com esses cursos do Protejo eu vou conseguir, por exemplo agora eu até “tava” falando pro “sor” X – “Sor, eu vou arrumar um serviço de noite porque eu não quero sair do Protejo, eu vou trabalhar de noite, durante o dia eu vou vim pro Protejo” –, e ele disse – “mas tu vai conseguir? – daí ele disse assim – “não, tu vai conseguir” –, ele disse assim sabe, e eu quero comprar uma moto, eu tinha uma bicicleta velha, daí consegui trocar, e com o dinheiro do Protejo, que tem uma mensalidade de R\$ 100,00, daí com o dinheiro do Protejo consegui trocar a minha bicicleta por uma melhor e agora eu falei assim para ele – “e agora que eu vou trabalhar de noite, eu tenho o meu filho, e agora eu quero comprar uma moto” – e eu falei assim para ele – “eu vou trabalhar de noite e vou conseguir” – e ele disse – “tu vai conseguir” – sabe, então é um esforço assim que às vezes por exemplo todo mundo acredita em ti, só tu mesmo não acredita, mas é uma coisa muito boa, é uma energia muito boa, então sempre tão pensando positivo, dizendo – “não, tu vai conseguir, tu vai conseguir” – então o Protejo ele tá assim sempre querendo te ajudar, por exemplo assim, agora eu não tinha dinheiro nem para fazer currículo, pensa bem, o currículo eu não tinha dinheiro, eu fui ali e o “Sor” X disse – “não, vem cá” – e já fez o currículo e já mandou por e-mail e eu tenho certeza de que esse, essa semana eu já vou tá traba-

lhando à noite, porque o meu nenê fica muito doente né, então de dia tem nutricionista, tenho isso, tenho aquilo, e eu disse não, nem que durante o dia eu fico o dia inteiro acordada e à noite toda, mas eu vou trabalhar, e antigamente eu não pensava assim né, eu pensava não, eu só vou trabalhar, trabalhar, trabalhar e trabalhar, não pensava que eu ia, quem sabe pagar minha casa, ou comprar uma moto, não eu nunca pensei isso, eu sempre pensei que ah eu tenho que trabalhar, trabalhar, agora não, agora eu pensei assim – “não, eu vou conseguir” – e eu “tô” conseguindo, depois que eu entrei no Protejo, tudo eu “tô” conseguindo, os cursos, muito bom assim, tudo que eu pensei “não, eu vou conseguir” eu consigo (J1).

Quanto a seus planos para o futuro, após o término do projeto, os jovens relatam diferentes sonhos e projetos. Um dos jovens afirma querer ser médico: “no futuro, eu quero terminar o projeto, e tentar fazer um curso de informática e depois pra ser médico, é a única coisa, eu quero fazer um curso pra ser médico” (J5).

Outra jovem refere que já está fazendo planos, e que pretende abrir montar escola de dança.

Ah, depois que eu sair daqui eu pretendo correr atrás de, fazer o curso de dança, e pretendo ter o meu negócio mesmo que tem, eu já vi um lugar tudo aí né, que eu falei com a mulher já, ela é amiga minha, ela falou que cede o lugar pra mim, quero fazer um negócio de dança de rua de guria e de guri. Nem que seja entendeu, só o lugar pra mim pagar com o meu dinheiro, depois procura umas gurias e guris que querem dançar, que eu tenho bastante gente que quer dançar e guria né, e montar um lugar pra mim. Um grupo de jovens pra dançar e se apresentar (J2).

Outra relata que possui diversos sonhos e projetos, e dentre eles comprar uma moto.

Quais são seus sonhos para o futuro? Ai muitos, agora eu “tava” falando, eu quero comprar minha moto, no final do ano que vem que quero “tá” com a minha moto quitada, só par ti ter uma ideia, esses dias eu “tava” ali e eu disse assim – “não, eu quero comprar uma moto” – , fui “numa coisa de comprar carro” e eu cheguei lá e disse olha – “‘tô’ com meu nome no SPC, não tenho dinheiro agora, e eu quero comprar uma moto” – eu falei para ele, daí ele deu risada, ele olhou e falou assim – “ah tah” – ele falou assim, ele olhou assim, e eu disse – “quero ver quais são as condições para eu comprar uma moto” – , daí ele disse assim – “olha a única coisa que eu posso fazer é um contrato, mas não fala isso pra ninguém” – ele falou – , “e faço um contrato daí tu paga do jeito que tu pode” – daí eu falei assim, “tá” pode ser (risos), então eu creio que no final do ano que vem eu já “tô” com a minha moto, uma coisa que eu não pensava, todo mundo pensava, que..., a minha irmã falava – “vou comprar isso, vou comprar aquilo” – e eu ficava olhando. Eu não tinha inveja, eu sou uma pessoa que não tem inveja, mas eu ficava olhando sabe, e eu sou daquelas assim que eu sempre tenho “aumento”, eu sempre tenho, o que eu penso eu falo, por exemplo, assim aqui o projeto ele é

muito de ah, “vamo” fazer uma atividade de, vamos dizer, natureza sabe, e começa a conversar e eu sou muito de conversar e ter planos, e aqui no projeto de tanto eles falar, eu vi que eu tenho muitos planos, por exemplo uma roda de conversa “que tu pensa pro teu futuro, e não sei o que”, e eu fui me expressando, me expressando e pensei “pô”, eu não sabia que eu tinha muitos planos, eu achava que eu vivia só naquela vidinha e agora não, agora aqui no projeto, a gente conversando sobre sexualidade, sobre coisas, eu parei e pensei “pô”, eu tenho que pensar no meu filho, eu tenho que arrumar, por exemplo, planejar algo para ele, por exemplo uma casa, um carro, porque um dia eu não vou ficar pra sempre, então eu tenho que deixar algo pra ele, aqui no projeto eu fui perceber que eu sou alguém, que eu vou ser alguém na vida, foi aqui conversando com outros que eu fui me expressar e os meus planos “é” muito, por exemplo, terminar de pagar minha casa né, que eu já vou terminar, comprar agora a minha moto se Deus quiser, e muitas coisas além que aqui do Protejo, pra ti ter uma ideia, eu não sei se tu soube, agora quando deu aquela coisa do avião, eu ia pra São Paulo, ia representar as Mulheres e o Protejo, porque eu fui numa conversa lá em Porto Alegre, do Protejo, e a X, não sei se tu conheceu né, ela falou assim “(J1), ‘vamo’ numa reunião das Mulheres”, eu disse – “ah” – , eu fui e sem querer daí começaram a conversar que a mulher tem que lutar, não sei o que, e eu comecei a me expressar, - “é verdade, não sei o que”-, “começemo” a debater aquelas coisas sobras as mulheres e não sei o que, e eu comecei a debater e daí depois no final da, eu não sabia, só que no final eles “tavam” planejando a coordenação das mulheres aqui de Novo Hamburgo, que eu não sabia, daí no final, a X, não sei se tu conhece, ela me convidou pra ir pra São Paulo, eu só não fui por causa do avião que deu uns problemas, não sei o que, daí eu não fui por causa disso, daí e ali que eu fiquei percebendo “pô” então eu tenho ideias, “eu vou “sê” alguém na vida e ali e o Protejo “tá” sempre dizendo “não, Ana”, e qualquer coisa o Protejo “tá” dizendo ah, que que a gente deve fazer sabe, parece que eles estimulam tu a ser alguém sabe, e eu vou falando, falando, “pô” eu tenho várias ideias, e eu comecei a planejar e é isso que eu, meu futuro vai ser muito bom, eu creio e acredito nisso (J1).

Observa-se que o Protejo é para os jovens um lugar onde eles se sentem seguros, tanto física, quanto emocionalmente. Percebe-se nas falas o desenvolvimento tanto de vínculos, quanto de esferas de reconhecimento dentro do projeto, por parte dos jovens com seus colegas e principalmente com os educadores e demais profissionais. Muitos jovens referem que a presença dos educadores e a possibilidade de conversar e se “abrir” com eles, é o principal motivo que os faz sair de casa para ir até o projeto.

Ao mesmo tempo, justamente por terem encontrado nos educadores um apoio muitas vezes ausente em suas vidas, os jovens sofrem com certa dependência e expectativa em relação ao trabalho dos educadores, como se estes fossem permanecer ao seu lado por um longo período de tempo, sem terem muito claro o que fazer após o término do projeto.

4 O JOVEM EM SITUAÇÃO DE RISCO SOCIAL

O Protejo é um projeto que atende jovens em situação de risco social, e para a compreensão deste termo, é preciso que percebamos quem são os meninos e meninas atendidos pelos programas de políticas públicas de enfrentamento e prevenção da criminalidade juvenil e situação de risco social. Como quaisquer outros adolescentes, esses jovens se encontram em uma peculiar condição de ser humano em intenso processo de desenvolvimento, e a partir desta condição desencadeiam-se inúmeros fatores.

Nesta fase do trabalho, o estudo se voltará sobre os jovens e adolescentes brasileiros, sendo analisados os principais fatores de vulnerabilidade e risco social, a questão da vitimização e da violência intrafamiliar de jovens no Brasil, bem como os reflexos da sensação de medo e insegurança na sociedade do risco.

4.1 OS JOVENS ENQUANTO SERES HUMANOS EM INTENSO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO, ASPECTOS DE VULNERABILIDADE À CRIMINALIDADE JUVENIL

Para este estudo, foi de fundamental importância adentrar no universo dos jovens atendidos pelo programa de política pública ora investigado.

Para buscarmos a identidade de seus usuários, e revelarmos os sentimentos, vínculos e relações desenvolvidos por estes no decorrer da execução de programas como o Protejo se tornou necessário que tivéssemos em mente a realidade dos jovens, a convivência com suas famílias, seus anseios, suas histórias de vida, e outros fatores essenciais a tal compreensão.

Aqui, mais do que nunca o princípio da interdisciplinaridade precisou estar presente, pois este necessita estar inserido no contexto dos estudos e pesquisas ligados às ciências humanas e sociais. No caso do atendimento aos adolescentes em situação de risco ou vulnerabilidade social, a presença e a compreensão de conteúdos sociológicos, biológicos, psicológicos, econômicos e familiares, que

giram em torno da vida destes jovens são de suma importância. Conforme afirma Centurião (1999, p. 72), o profissional que se dedica a trabalhar com crianças e adolescentes deve possuir uma perspicácia psicológica capaz de lhe fornecer o suporte necessário para compreender a realidade destes meninos e meninas.

A permanência dos jovens e a redução da evasão em programas como o Protejo, está diretamente relacionada ao vínculo e ao reconhecimento que os jovens estabelecem com os profissionais.

Sobre a amplitude do conceito de delinquência juvenil e o perfil do profissional que com ela trabalha, Trindade refere que:

A primeira constatação é, portanto, da impossibilidade de uma definição geral e unívoca. A segunda é que a ambiguidade da expressão nos coloca frente a várias dificuldades. A terceira, que conviver com essas dificuldades não é, necessariamente, uma limitação. Ao contrário, suportar as diferenças é uma das qualidades que deve ter quem pretende lidar com a delinquência juvenil. (TRINDADE, 1996, P.38)

O termo delinquência abarca mais de uma concepção. Compreende uma posição legalista e outras de cunho sociológico, psicológico, psiquiátrico, biológico, etc. No entanto tais concepções não são idênticas, pois o que para o Poder Judiciário pode ser percebido como um ato delinquencial, para a clínica psicológica, por exemplo, pode ter outro diagnóstico (ALVES, 2005, p. 45).

Assim, nenhuma ciência isoladamente é capaz de lidar com todos os aspectos que envolvem a criminalidade juvenil e os fatores de risco e vulnerabilidade. O estudo qualificado do comportamento dos jovens em situação de risco social só pode ser feito se integrados e compreendidos conhecimentos advindos das diversas ciências. Além disso, por serem as pessoas diferentes entre si, e guardarem histórias próprias, cada uma com suas peculiaridades, torna-se impossível que o estudo aqui referido seja feito de forma única para todos. As vivências pessoais e a forma como cada ser humano lidam com elas confere-lhes uma individualização não apenas física ou biológica, mas também sociológica. Neste sentido, conforme aponta Abreu:

Na etiologia do crime, revelou-se insuficiente e contestável a antiga e simplista opção de serem determinantes, ou preponderantes, os fatores

biológicos, ou os sociológicos. Estes fatores atuam com intensidades diversas em cada sociedade e também diferentes na delinquência infanto-juvenil, em comparação com a criminalidade geral. As causas sociológicas têm mais peso nos países em desenvolvimento, vencendo inibições ao crime de indivíduos, que não cederiam a pressões mais atenuadas. (ABREU, 1995, p. 02).

Que a manutenção biológica, emocional e social da criança e do adolescente traz importante contribuição para o desenvolvimento de sua personalidade e caráter não há maiores discordâncias, mas a questão fundamental, e também a mais complexa de se entender, é a partir de que ponto, perturbações em tais funções podem levar crianças e adolescentes a ingressarem no âmbito da criminalidade juvenil. Quanto aos múltiplos fatores de vulnerabilidade à delinquência juvenil Alves (2005, p. 47) explica que, “a causa da delinquência pode ser multifocal, com elementos componentes de diversos fatores: socioeconômico, político familiar e individual. Esses fatores relacionam-se dialeticamente e de forma diferenciada em cada indivíduo”.

Bordin e Offord (2000) relatam que existem comportamentos, como por exemplo, mentir e “matar” aula, que podem ser observados no curso do desenvolvimento normal de crianças e adolescentes. Segundo os autores, para diferenciar normalidade de psicopatologia, é importante verificar se estes comportamentos ocorrem esporadicamente e de modo isolado ou se constituem síndromes, representando um desvio do padrão de comportamento esperado para pessoas da mesma idade e sexo em determinada cultura.

Ainda quanto às peculiaridades dos indivíduos e os vários aspectos que envolvem os fatores de ensejo à criminalidade, Abreu (1995, p. 06) também afirma *que* “o argumento, *mutatis mutandis*, também serve às teorias psicogênicas, porque pessoas vivendo nas mesmas circunstâncias sociais, nem todas são criminosas. Não se impregnam e identificam da mesma forma. Sem nenhuma hesitação, mais uma vez acentue-se que são múltiplos os fatores conducentes ao crime”. Evidências disso encontram-se na pesquisa empírica ora realizada, onde apesar de conviverem diariamente com casos de violência, e muitos aspectos de vulnerabilidade social, os jovens entrevistados não migraram para a criminalidade.

Há muito se sabe que a criminalidade deixou de fazer parte apenas da vida das classes ditas desfavorecidas. Embora muitos tenham dificuldades em admitir, nos dias de hoje não são apenas as classes pobres que veem seus filhos migrarem para o mundo do crime.

Apesar de a criminalidade juvenil estar inserida no imaginário social como um atributo específico das camadas mais pobres, sabe-se que ela não é uma derivação restritiva da pobreza. A compreensão da violência ou delinquência deve ser obtida a partir da análise dos diversos fatores que envolvem a questão. No caso dos adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social, a discussão envolve estigmas antigos, mas não superados pela sociedade. A imensa diferença social que abarca nosso país contribui para que as classes mais pobres se tornem alvo da rotulação de comportamentos violentos e delinquentes.

A situação de risco é uma condição da criança e do adolescente que convive com uma realidade de adversidades, seja por problemas econômicos, sociais, familiares ou psicológicos, como é o caso de muitos jovens entrevistados. E neste quadro de risco, ao qual diversos jovens estão submetidos, o que mais chama a atenção é a negligência, seja por parte dos pais e tutores destas crianças e adolescentes, seja por parte do Estado, e também da sociedade como um todo. Estes meninos e meninas veem suprimidos diariamente seus direitos fundamentais, tais como o direito à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao lazer, à liberdade, à dignidade e ao respeito. Além de carecerem de tais direitos, esses jovens muitas vezes sofrem por carência e abandono por parte daqueles que deveriam zelar pelo seu bem-estar. Fatores como gravidez precoce e indesejada, fome, alcoolismo, violência física e psicológica, exploração e abuso sexual, trabalho pesado, dependência e tráfico de drogas, são apenas alguns dos problemas que se encontram constantemente presentes na vida de muitos adolescentes em situação de risco.

Os fatores de risco aqui abordados e suas consequências na vida dos jovens podem ser vislumbrados em maior ou menor escala. Harrington (2002, p. 25), em obra publicada pela UNESCO, explica que os fatores de risco podem ser

entendidos como variáveis que desencadeiam um alto índice de violência juvenil, tais como a mera impulsividade, o baixo desempenho escolar, pais criminosos, baixa renda familiar e a supervisão parental deficiente. Ainda sobre a situação de risco social a que muitos jovens estão submetidos, e a sensação de medo e insegurança constantemente presente no sentimento dos cidadãos, veremos mais adiante no decorrer desta dissertação que também a sociologia do risco com seus representantes teóricos traz importantes aportes para a compreensão da questão.

Salienta-se novamente que estes fatores de risco não são encontrados de forma única e exclusiva nas classes desfavorecidas, pois conforme já dito, famílias da classe média e alta também têm presentes tais fatores dentro de suas casas, o que muda é a visibilidade social, e o melhor acesso a meios de compreensão de revolta, presentes em qualquer adolescente, os quais nem sempre são acessíveis aos grupos mais vulneráveis. Neste sentido, é interessante é a reflexão de Abramovay, ao afirmar que:

Outro aspecto perverso da vulnerabilidade é a escassa disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos a indivíduos ou grupos excluídos da sociedade. O não acesso a determinados insumos (educação, trabalho, saúde, lazer e cultura) diminui as chances de aquisição e aperfeiçoamento desses recursos que são fundamentais para que os jovens aproveitem as oportunidades oferecidas pelo Estado, mercado e sociedade para ascender socialmente (2002, p. 33).

Porém, cabe salientar que a vulnerabilidade, ou a própria exclusão social por si só, não impede a criança e o adolescente de seguir normas ou condutas. Exemplo desta questão encontra-se no comportamento de meninos e meninas de rua, que desenvolvem uma expressividade própria, se sentindo igual aos que compartilham as suas vivências, e de outro lado se sentindo diferentes daqueles que vivem em realidades opostas àquelas em que vivem. A partir disso, o menino de rua vai construindo a sua autoimagem, baseada no relacionamento que ele tem com os demais. E apesar de tais meninos não terem comportamentos tidos como aceitáveis pelo restante da sociedade, isso não quer dizer que eles não tenham um código de conduta. Aliás, o sentimento de estar à margem, de fazer parte de um grupo diferenciado, de sentir-se, de um modo diferente dos demais que compõe a sociedade, sendo encarados como “desviantes”, faz com que estes meninos desenvolvam códigos restritos e específicos a seu grupo, que opera

como grupo de “oposição” à sociedade abrangente (CENTURIÃO, 1999, p.68).

Tal sentimento é similar àquele que envolve os jovens em situação de risco social, abrangendo inclusive o público-alvo atendido pelo Protejo. Muitos destes jovens são motivados em suas condutas, dentro e fora do projeto, pela procura de bem estar e compreensão, e se identificam com aqueles que possuem uma realidade próxima a deles, ou que parecem lhe entender, distanciando-se daqueles que com os quais não possuem tanta familiaridade, questão que também interfere na sua permanência ou não dentro do projeto.

4.2 A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A violência nos dias atuais toma contornos diversos, e incorpora inúmeras formas e variáveis. Neste sentido, importante é a compreensão dos fenômenos da violência difusa, que passam a disseminar-se por toda a sociedade. Trata-se de uma multiplicidade de formas de violência presentes nas sociedades contemporâneas, tais como a violência ecológica, a exclusão social, a violência entre os gêneros, racismos, violência na escola, entre outras, configurando-se em um dilaceramento da cidadania (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 143).

Dentro do fenômeno da violência difusa, insere-se também a violência intrafamiliar, que não é um fenômeno novo, e que aterroriza e amedronta diversas crianças e adolescentes, deixando reflexos e consequências para toda vida.

Apesar, de o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90, estabelecer que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, muitas crianças e adolescentes continuam a sofrer todos os dias diversas formas de abuso dentro de suas próprias residências e lares, lugares onde deveriam sentir-se seguros e protegidos.

Segundo conceituação do Ministério da Saúde (2001, p.15) violência intrafamiliar é toda ação ou omissão que acarrete em prejuízos para o bem-estar, para a integridade física, psicológica ou à liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de algum outro membro da família, podendo ser cometida dentro ou fora de casa por quem faz parte da família, o que abarca inclusive pessoas que passam a assumir a função parental, mesmo que sem laços de consanguinidade, e em relação de poder à outra.

Esta espécie de violência pode desenvolver-se de diversas formas, seja através da violência física, do abuso sexual, do trabalho doméstico infantil, ou da violência moral e psicológica. Conforme apontam Faleiros e Faleiros (2008, p. 15) “a história da violência contra crianças e adolescentes denota a persistência de diferentes tipos de agressões (físicas e psicológicas) e a disseminação dessas práticas nas instituições sociais”.

Conforme dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), publicados no Relatório do Dia Mundial da Saúde Mental, pela World Federation for Infant Mental Health (WHOM) (2002), cerca de 40 mil crianças com idade abaixo de 15 anos são vítimas todos os anos de várias formas de violência e privação, sendo que segundo a UNICEF, entre 1985 e 1995, mais de 2 milhões de crianças foram massacradas, 6 milhões foram gravemente feridas, e 12 milhões ficaram sem abrigo.

As diversas formas de violência sofridas por crianças e adolescentes são cumulativas e não excludentes entre si, pois a violência sexual, por exemplo, é também violência física e psicológica; a violência física é sempre também psicológica. Já na exploração sexual comercial, também se encontram presentes, além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica e moral. Sendo que por fim, a violência simbólica estimula também todas as outras formas de violência (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 31).

A violência física é a mais comumente visualizada, e ocorre quando alguém que está em posição de poder em relação à outra lhe causa ou tenta causar dano

não acidental, por meio do uso da força física ou do emprego de algum tipo de armas que pode ou não provocar lesões externas, internas ou ambas. Segundo as concepções mais recentes, o castigo repetido, não severo, também se considera violência física. Esta violência pode ser manifestada de diversas formas, incluindo tapas, empurrões, socos, mordidas, chutes, queimaduras, cortes, estrangulamento, lesões por armas e objetos, a ingestão obrigatória de medicamentos desnecessários ou inadequados, bem como álcool, drogas e outras substâncias, e danos à integridade corporal e negligência (omissão de cuidados e falta de proteção contra agravos evitáveis, como situações de perigo, doenças, gravidez, alimentação, higiene), etc. (Ministério da Saúde, 2001, p. 18).

Além da violência física a violência psicológica também é constante em grande parte dos lares. Essa forma de violência pode se desenvolver de diversas maneiras, e pode consistir tanto em agressões verbais quanto gestuais, no intuito de amedrontar e aterrorizar as vítimas, humilhando-as, excluindo-as, limitando sua liberdade, ou isolando-as do convívio social, ou ainda, fazendo com que elas próprias se isolem. No caso de crianças e adolescentes, principalmente por estes estarem em fase de intenso processo de desenvolvimento, o sofrimento derivado desta forma de violência traz prejuízos severos para sua formação.

O acometimento da violência psicológica traz também consequências diretas à autoestima, autorespeito e autoconfiança dos jovens, dificultando seu relacionamento com os demais. Neste sentido, Assis e Avanci afirmam que:

Alunos com autoestima mais depreciativa se sentem: mais humilhados e diminuídos pelos adultos que dizem que eles não são bons, que os chamam de nomes desagradáveis ou que fazem piadas sobre eles; mais culpados pelas falhas cometidas pelos outros; mais criticados pela aparência, pelos amigos que possuem, pelas coisas que fizeram ou disseram e por adultos que reforçaram que estavam errados; mais cobrados pelos adultos, sendo forçados a assumirem muitas tarefas domésticas; mais desvalorizados pelos adultos que não demonstraram interesse por eles, ignorando-os quando precisavam de carinho; deixando de elogiá-los quando agiram corretamente, não estimulando-os para os desafios, gritando com eles sem motivos e não acreditando neles (ASSIS e AVANCI, 2010, p. 63).

Outra preocupante forma de violência presente em muitas famílias brasileiras é a violência intrafamiliar sexual contra crianças e adolescentes.

Segundo Faleiros (1997, p.07) esta violência pode ser entendida segundo nove dimensões:

- a) *O segredo familiar*: os abusadores são geralmente pessoas próximas às vítimas, estando o problema envolto em relações complexas da família, uma vez que a ação dos abusadores é vinculada ao mesmo tempo, à sedução e à ameaça, podendo muitas vezes o abusador contar com a ajuda de algum outro membro da família, o que dificulta ainda mais a quebra do silêncio;
- b) *As pessoas vitimizadas*: as vítimas são traumatizadas pelo medo, pela vergonha e pelo terror. Os maus tratos e abusos sofridos se desencadeiam em outros transtornos na vida desses indivíduos, muitas vezes eles se reprimem em falar do assunto, mas sofrem com depressão, descontrole, fobias, sensação de estar sujo, havendo inclusive tentativas de suicídio ligadas ao trauma;
- c) *Reincidência*: os abusadores são reincidentes, e não se restringem à vitimização de apenas uma pessoa, seja da família ou fora dela;
- d) *Repetição da violência*: pessoas vitimizadas possuem grandes chances de repetirem os atos de violência com outras pessoas da mesma forma em que foram vitimizadas;
- e) *Presença da violência em todas as classes sociais*: a pobreza não pode ser entendida como causa de abuso, mas sim constitui uma situação de risco ao propiciar a promiscuidade, a falta de alojamento, as frustrações da miséria e do desemprego, o analfabetismo, o alcoolismo, a falta de cultura do diálogo com as crianças;
- f) *As crianças e adolescentes podem ser vitimizadas em qualquer idade*: porém as reações e traumas de cada criança variariam, de acordo com a idade, bem como sua capacidade de reagir, contar, resistir e o apoio que venha a receber;
- g) *Impunidade do agressor*: muitas vezes o agressor é perdoado pela família por razões culturais e autoritárias;
- h) *Fuga da casa*: em muitos dos depoimentos de meninos e meninas de rua é frequente a constatação de que a fuga de casa foi motivada por agressões

físicas e/ou sexuais;

Conforme afirmado anteriormente, a violência sexual intrafamiliar é uma forma devastadora de violência, que deixa marcas visíveis e invisíveis, o que agrava ainda mais a situação de suas vítimas, uma vez que grande maioria sofre calada com os efeitos da violência psicológica trazidos pelo abuso sexual. Corroborando com tal assertiva, os estudos de Zimmerman apontam que:

Diferentemente das agressões físicas que deixam marcas (hematomas, fraturas de ossos, queimaduras), mesmo quando este tipo de violência contra a criança não deixa pistas visíveis (em casos de pedofilia, por exemplo), as marcas do abuso ficam impressas no psiquismo da criança sob a forma de sérios “traumas” que podem acompanhá-la por toda a vida, com consideráveis prejuízos no comportamento do futuro adulto. (ZIMERMAN, 2010, p. 130).

Quanto à violência intrafamiliar merece atenção também, a violência sofrida dentro de casa por irmãos, sendo comum a existência de xingamentos, humilhações e agressões físicas entre eles, e apesar de aceita socialmente, essa violência pode sinalizar o tipo de relacionamento que a criança ou o adolescente tem dentro e fora de casa (Ministério da Saúde, 2010, p. 29), permitindo a reprodução deste comportamento de forma indiscriminada.

Como se vê, a violência intrafamiliar reflete consequências em toda a família, fortalecida também pelas questões de gênero, pois conforme aponta Leal:

Em função da desordem familiar provocada pela violência masculina emerge na família um conjunto de práticas violentas com novos atores, isto é, o pai/padrasto, que desencadeou o processo, agora não é o único a cometer atos de violência, mas outros elementos da família, exemplo: mãe, filhos e outros, criando-se um clima de violência (LEAL, 1997, p. 19).

Além de todas essas formas de violência contra crianças e adolescentes pela ação de adultos ou de seus pares (irmãos, amigos, colegas, etc.) a omissão também deve ser encarada como uma forma de violência, quando compromete o dever de proteger do adulto, pois conforme referem Trindade e Silva:

[...] todo o ato de omissão praticado contra crianças/adolescentes que implique uma transgressão do poder/dever de proteção pelo adulto ou uma coisificação da infância, isto é, uma negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condi-

ção peculiar de desenvolvimento, deve ser responsabilmente analisado pelas instâncias adequadas (TRINDADE e SILVA, 246).

Corroborando com tal, os relatos dos jovens entrevistados apontam uma série de negligência por parte de seus pais, citando-se entre outros casos de gravidez precoce, violência doméstica e intrafamiliar, carência afetiva, ausência de educação sexual, ausência de afeto e proteção.

Ainda dentro do contexto da violência intrafamiliar é interessante salientar também a violência chamada de institucional, resultante da precariedade de acesso aos serviços necessários a quem foi vítima da violência intrafamiliar, que inclui a falta de qualidade ou inadequação do atendimento, e que se constitui em mais um abuso a quem busca apoio após sofrer violência. Neste sentido, conforme apontam Souza e Jorge:

Violência intrafamiliar e institucional são formas agressivas e cruéis de se relacionar no interior das famílias, na escola e em instituições como albergues e internatos, produzindo danos físicos, emocionais, sexuais e, por vezes, até a morte. A violência intrafamiliar e a violência institucional são produzidas frequentemente tendo como justificativa educar e corrigir erros de comportamento de crianças e adolescentes. As violências social, intrafamiliar e institucional se expressam sob diferenciadas formas e, quando relacionadas às crianças e adolescentes, costumam ser classificadas como negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico (SOUZA e JORGE, p. 24).

Relatos dos jovens que recorreram a profissionais do Protejo, a fim de relatarem problemas pessoais, que incluíam casos de violência intrafamiliar, incluíam situações em que os mesmos já haviam procurado outros projetos da rede de assistência mas haviam sido maltratados. Os jovens relataram que ao conversarem com os profissionais do Protejo sobre seus problemas, o acolhimento que recebiam destes era fundamental para que conseguissem falar sobre as questões mais penosas.

Esta violência abrange abusos cometidos em virtude das relações de poder desiguais entre usuários e profissionais dentro das instituições, e pode ser identificada de diversas formas, tais como: a peregrinação por diversos serviços até receber atendimento; falta de escuta adequada e tempo dos técnicos para atender as vítimas; frieza, rispidez, falta de atenção, negligência; maus tratos dos profissionais para com os usuários dos serviços, motivados por discriminações,

abrangendo questões de raça, idade, opção sexual, gênero, deficiência física, doença mental; violação dos direitos reprodutivos, incluindo a discriminação das mulheres em processo de abortamento, aceleração do parto para liberar leitos, preconceitos acerca dos papéis sexuais, e em relação às mulheres soropositivas (HIV), quando estão grávidas ou desejam engravidar; desqualificação do saber prático, da experiência de vida, diante do saber científico; a violência física (por exemplo, a negativa de acesso à anestesia como forma de punição, uso de medicamentos para adequação do paciente às necessidades do serviço ou do profissional, etc.); detrimento das necessidades e direitos da clientela; proibições de acompanhantes ou visitas; críticas ou agressões a quem grita ou expressa dor e desespero, ao invés de tentar acalmar o paciente; e diagnósticos imprecisos, acompanhados de prescrições de medicamentos inadequados (Ministério da Saúde, 2001, pp. 21-22).

De fato, o despreparo das instituições para lidar com a questão da violência intrafamiliar acaba afetando de forma ainda mais negativa a vida das vítimas que decidem denunciar seus agressores ou necessitam de atendimento especializado.

Exemplo disso está também no atendimento jurídico e policial, que recebe a vítima. No Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre conta com um Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CIACA), que possui equipe qualificada para o atendimento tanto da criança e do adolescente vítima, quanto do adolescente infrator. Porém na maioria das demais cidades do Estado a realidade é distinta, havendo ainda poucas delegacias especializadas em violência doméstica contra a mulher que, na prática acabam também por atender os casos de crianças e adolescentes vítimas de violência intrafamiliar, como é o caso do município de Novo Hamburgo, dada a ausência de delegacias e centros especializados nesta área, bem como de profissionais preparados.

Assim, considerando as diversas formas de violência intrafamiliar praticadas contra crianças e adolescentes, e os reflexos negativos desta em sua formação, a questão merece atenção de quem se dedica a trabalhar com políticas públicas e programas de inserção social de adolescentes em situação de risco

social, uma vez que a violência intrafamiliar é parte integrante desta situação de risco, e a violência sofrida na infância pode refletir-se nas atitudes futuras dos jovens, incluindo a própria dificuldade em sua inclusão e manutenção dentro dos programas, bem como influencia nos sentimentos de pertencimento, reconhecimento e vínculos que serão ou não estabelecidos dentro dos projetos de atendimento.

4.3 REFLEXOS DO MEDO E DA INSEGURANÇA NA SOCIEDADE DO RISCO

Dentro desta realidade, permeada por riscos e inseguranças, se torna crescente o sentimento de medo a tomar conta da sociedade. Esse sentimento vai se refletir tanto nos discursos e atitudes dos adultos em geral, quanto nos discursos e atitudes dos jovens em situação de risco social, como é o caso do público alvo do Protejo.

Conforme aponta Beck:

Hoje em dia, os mundos social e natural estão totalmente influenciados pelo conhecimento humano reflexivo; mas isso não conduz a uma situação que nos permita ser, coletivamente, os donos do nosso destino. Muito ao contrário: o futuro se parece cada vez menos com o passado e, em alguns aspectos básicos, tem se tornado muito ameaçador. Com espécie, não temos mais uma sobrevivência garantida, mesmo a curto prazo – isto é uma consequência de nossos próprios atos, como coletividade humana. Hoje em dia, a noção de “risco” é fundamental para a cultura moderna justamente porque grande parte do nosso pensamento tem de ser do tipo “como se”. Em muitos aspectos de nossas vidas, tanto individual quanto coletiva, temos de construir regularmente futuros potenciais, sabendo que essa mesma construção pode, na verdade, impedir que eles venham a acontecer. Novas áreas de imprevisibilidade são muito frequentemente criadas pelas próprias tentativas que buscam controlá-las (BECK, 1997, p. 09).

Nos dias atuais, qualquer projeção para o futuro tem de ser obrigatoriamente relativizada, pois por mais que se planeje algo, sabe-se que realização de um ato qualquer pode desencadear diversas mudanças na realidade habitual. Se planejar o futuro já tarefa complicada para a maioria dos adultos, para os jovens em situação de risco social, tal tarefa se mostra infinitamente mais complicada. Como vimos, por si só a adolescência já é uma fase extremamente turbulenta que desencadeia em atos por vezes imprevisíveis. Aliada às questões de risco social anteriormente apontadas, a adolescência se torna uma fase complicada para fazer planos para o futuro, principalmente quando

não se tem certeza se se terá condições, tanto físicas, quanto econômicas, afetivas ou familiares, para realizar os planos futuros, exemplo disso encontra-se na fala dos jovens do Protejo quanto a projeção de seus sonhos para o futuro.

Sobre esse universo de transformações, e incertezas Giddens traz importante reflexão ao afirmar que:

Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais – na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros. É uma revolução que avança de maneira desigual em diferentes regiões e culturas, encontrando muitas resistências (GIDDENS, 2000, p. 61).

O fato é que a sociedade atual têm sofrido inúmeras mudanças em seus mais variados contextos, os próprios planos dos jovens de hoje, são infinitamente distintos dos planos que seus pais tinham na sua idade, e o mais impressionante é que as mudanças são constantes, não tendo nenhuma previsibilidade quanto a seu começo ou forma de acontecer.

Como exemplo tem-se as transformações sofridas nas últimas décadas na formação da família. Segundo Giddens (2000, p. 67) os detalhes destas transformações variam de uma sociedade para outra, porém as mesmas tendências são visíveis em quase toda parte do mundo industrializado, uma vez que apenas uma minoria vive atualmente no que poderia ser chamado de a família padrão da década de 1950, constituída por ambos os pais morando juntos com filhos nascidos do casamento, a mãe sendo uma dona de casa em tempo integral, e o pai assegurando o sustento de todos.

Também neste sentido Tavares dos Santos (2009, p. 19) se refere às diversas mudanças provocadas nas instituições, tais como a família, a escola, os processos de socialização, as fábricas, as religiões, e principalmente no sistema de justiça criminal, que vive um processo de crise e desinstitucionalização. Conforme aponta o autor, a crise da família cristaliza tais mudanças nos laços sociais, uma vez que as funções sociais desta unidade social marcada por relações de parentesco estão atualmente ameaçadas, em decorrência de mais de

um fator:

Por um lado, em decorrência da própria diversidade de tipos de família no Brasil atual – família nuclear, família extensa em algumas áreas rurais e urbanas, famílias monoparentais, famílias por agregação, Por outro, os tipos de relações de sociabilidade que nela se realizam são variados: marcadas originalmente pela afetividade e pela solidariedade, agora as relações reaparecem como largamente conflitivas, como o demonstram os fenômenos da violência doméstica. As funções de sociabilização passam a ser compartilhadas pela escola e pelos meios de comunicação. Identifica-se uma desorganização do grupo familiar, com as funções de reprodução econômica ameaçadas pela crise do emprego assim como pelos efeitos da crise do Estado-Providência (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 19).

Exemplo destas mudanças verifica-se na fala dos jovens do Protejo, que demonstram mudanças em sua maneira de pensar, relacionada à de seus pais. Ao estágio em que um tipo de modernização destrói e modifica o outro, Beck dá o nome de “modernização reflexiva”:

(...) em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores empresariais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas contínuas do progresso técnico-econômico. Esse novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva (BECK, 1997, p. 12).

Seguindo tal reflexão, Beck (1997, pp.15-16) afirma que o conceito de sociedade de risco “designa uma fase no desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem cada vez mais a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade individual”. E prossegue afirmando que:

A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos à seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial (BECK, 1997, p.16).

Diante deste cenário, torna-se também constante o crescimento da sensação de medo e insegurança coletiva, que produz reflexos em praticamente todas as esferas sociais, sendo que esta sensação também faz crescer os discursos sobre a suposta necessidade de enrijecimento das punições penais, como se estas pudessem afastar ainda que momentaneamente todos os riscos

trazidos com a violência presente na sociedade.

Nos dias atuais a criminalidade está presente na vida de todos, aceitando ou não, figuramos neste contexto, se não como personagens de tais atos, como espectadores temerários da realidade que estamos a viver. Como afirma Abramovay:

Devido à generalização do fenômeno da violência não existem mais grupos sociais protegidos, diferentemente de outros momentos, ainda que alguns tenham mais condições de buscar proteção institucional e individual. Isto é, a violência não mais se restringe a determinados nichos sociais, raciais, econômicos e/ou geográficos, entretanto, como se pretende demonstrar, considerando-se modalidades de violência, ela pode se acentuar por gênero, idade, etnia e classe social, independentemente se como vítimas ou como agentes (ABRAMOVAY, 2002, p. 13).

Neste sentido, também Muñoz Conde (2005, p. 04) afirma que “a violência está aí à vista de todos e praticada por todos: pelos que delinquem e pelos que definem e sancionam a delinquência, pelo indivíduo e pelo Estado, pelos pobres e pelos ricos”, o que de fato amedronta a todos e incrementa o discurso pela maior repressão penal, bem como a taxatividade de diversos tipos de condutas como delinquentiais.

Conforme aponta Tavares dos Santos “na vida cotidiana, realiza-se uma inter-relação entre mal-estar, violência simbólica e sentimento de insegurança” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 32), e prossegue o autor:

Trata-se de uma ruptura do contrato social e dos laços sociais, provocando fenômenos de *desfiliação* e de ruptura nas relações de alteridade, dilacerando o vínculo entre o eu e o outro. Tais rupturas verificam-se nas instituições socializadoras – famílias, escolas, fábricas, religiões – e no sistema de justiça penal – polícias, academias de polícia, tribunais manicomios judiciários, instituições da justiça penal e prisões – pois todas vivem um processo de ineficácia do controle social e passam a uma fase de desinstitucionalização ou de recorrente crise (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 33).

A proliferação da sensação de medo como controle e/ou respeito, também é constantemente almejada e buscada pelos grupos criminosos, no intuito de que com isso, e através das ameaças, os mesmos consigam impor suas vontades ou se fazer respeitar. À exemplo do que se está a falar, Barreira (2008, p. 239) traz o exemplo do Estado de São Paulo em que:

O terror, gerado no Estado de São Paulo e, com menores repercussões, em outros estados, é implantado mediante ataques, tendo como alvo principal os postos policiais, viaturas e bares frequentados por policiais, como também rebeliões realizadas no interior dos presídios. Os alvos são calculados politicamente para fragilizar os órgãos de segurança pública e não atingir indiscriminadamente a população. Estas ações ousadas, super-organizadas e poderosas, têm como meta desafiar abertamente o Estado e seu monopólio do uso da violência; um monopólio que dificulta cada vez mais os estados de assumirem sua função clássica. O monopólio legítimo da violência física parece mais atomizado e cada vez menos adaptado às realidades contemporâneas (BARREIRA, 2008, p. 239).

A sensação de medo e insegurança produz reflexos no comportamento das pessoas, que buscam se proteger de tal sensação. Quanto maior é a exposição à violência, e quanto mais grave esta se revela, maior é seu impacto sobre o comportamento dos indivíduos, produzindo uma generalização do medo, que passa a afetar o modo como as pessoas usam a cidade, incluindo as ruas do bairro onde vivem, quer seja dia ou noite (CARDIA, 2003, p. 316).

Na fala de muitos jovens do Protejo verifica-se o medo que estes possuem em sair de casa, salientando que queriam que o projeto tivesse atividades em todos os dias da semana, pois só assim conseguem sair para relacionar-se com segurança junto a seus amigos. Os jovens explicam que no local onde moram, para se envolverem em conflitos, basta que estejam por perto na hora em que estes ocorres, mesmo que não estejam diretamente relacionados com as brigas, os jovens explicam que “uma coisa leva a outra”.

Essa sensação de medo e insegurança faz aumentar o discurso por penas mais rígidas. Porém, este discurso no intuito de acabar com o crime e a violência, como se todas as condutas se desenvolvessem de forma única e atroz, e devessem ser combatidas unicamente através da repressão penal, acaba por aumentar também o poder dos grupos criminosos que aproveitam o terror que causam para aumentar a imposição da sensação de medo e insegurança à coletividade, uma vez que tal poder se alimenta justamente da disseminação e fortalecimento de tais sensações. Além disso, os clamores públicos por maior repressão voltam-se na maioria dos casos justamente às pessoas mais vulneráveis à violência, esquecendo-se das demais formas de controle social, que não a repressão penal, e deixando de lado a punição dos grandes grupos

criminosos, que não compõe a população vulnerável.

O mesmo raciocínio trazido por Bauman (2005) a se referir à política de lei e ordem voltada à punição da criminalidade de rua praticada pelos imigrantes, potenciais gatunos e batedores de carteira, pode ser trazido ao tratamento também recebido no tocante à criminalidade no Brasil, como se esta não ultrapassasse as barreiras de uma derivação restritiva da pobreza e dos grupos vulneráveis. Neste sentido, interessante são as palavras do autor quando demonstra que:

Na maior parte do tempo, a maioria dos poderes políticos não tem capacidade nem disposição para se engajar na luta contra as forças criminosas que, com frequência demasiada, controlam recursos que nenhum governo, sozinho e muitas vezes em conjunto, pode igualar. Essa é uma das razões pelas quais, na visão de Bernard, os governos preferem dirigir a animosidade popular contra os pequenos crimes a se engajar em batalhas que com toda probabilidade prosseguirão por um tempo interminável e decerto consumirão recursos incalculáveis, mas que tendem virtualmente a serem perdidas. Procurar o Inimigo Público Número 1 entre os infelizes imigrantes dos *banlieus* e nos acampamentos para pessoas em busca de asilo é bem mais oportuno e conveniente, mas acima de tudo menos incômodo. Com maior efeito e menores custos, os bairros de imigrantes, repletos de potenciais gatunos e batedores de carteira, podem ser usados como campos de batalha na grande guerra pela lei e a ordem que os governos travam com muito vigor e publicidade ainda maior, embora não sejam avessos a “terceirizá-la” e sublocá-la a empresas de segurança privadas e a iniciativas da parte dos cidadãos (BAUMAN, 2005, p. 82).

Por conseguinte, é justamente a disseminação da sensação de medo e de insegurança que acaba por fomentar ações e políticas de segurança pública ineficazes, baseadas unicamente na repressão restrita a apenas àqueles que por ventura podem cometer crimes, mas que também são vítimas diárias de todas as formas e tipos de violência, o que tem sido por longos anos desconsiderado e ignorado na implementação de práticas de segurança pública e repressão penal.

O relato dos jovens participantes do Protejo, demonstra que muitos já foram vítimas de diversas formas de violação e exclusão, vítimas da violência intra e extrafamiliar, presenciaram cenas de violência doméstica contra seus familiares, passaram por situações de gravidez precoce, perderam amigos para o crime e a violência, possuem parentes cumprindo pena em presídios, etc. Políticas públicas como o Protejo, voltadas a uma população que já passou por tantas

violações, necessitam serem formuladas e executadas sempre considerando tal realidade, bem como que em um grande número de casos, a principal carência dos jovens é em relação à vínculos e reconhecimento, por muitas vezes negados a eles desde sua infância.

5 CONCLUSÃO

Sendo o momento atual, um momento onde se identifica que mais do que nunca a questão da criminalidade que assola o controle social é uma questão necessariamente *social*, surgem novas alternativas para exercer esse controle. A falência do sistema repressivo de controle social desencadeia a intervenção do direito penal, mas sempre que possível deve-se optar pelos meios alternativos de controle social, a fim de que o direito penal se ocupe apenas dos casos em que sua aplicação seja estritamente necessária e somente nos caso da proteção de bens jurídicos tutelados.

O Estado espera de seus jovens uma postura correta de acordo com suas normas legais e sociais, porém é incapaz de lhes garantir o suporte necessário para tal. Mesmo os adolescentes, tidos como inimputáveis, podem ser motivados por estas normas, decorrendo daí inclusive a sua responsabilização legal, não pelo direito penal comum, mas pela legislação especial própria a esta população, que no caso brasileiro é o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Mas a questão toda é como desenvolver a motivação nestes meninos e meninas que estão passando pela condição peculiar de pessoa em intenso processo de desenvolvimento, pois por óbvio esse momento de passagem traz consigo inúmeros reflexos e essa motivação pelas normas e padrões da sociedade não pode ser feita de maneira igual a do adulto, pois envolve antes de tudo um processo muito mais intenso de socialização.

No caso dos adolescentes em conflito com a lei, tal motivação deve sempre levar em conta a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, e, portanto se pautar pelos princípios abrangidos na doutrina da proteção integral, de modo a promover a socialização apta a propiciar a inclusão destes jovens em sociedade, para além dos estigmas presentes em sua condição. A instituição de um eficaz modelo de controle social deve priorizar a educação inclusiva dos adolescentes, bem como a garantia de seus demais direitos fundamentais. A educação quando bem desenvolvida se mostra como um marco transformador na vida desses jovens, capaz de instituir neles a adequada compreensão da

necessidade de cumprimento das normas da sociedade.

Esta tarefa educadora do Estado tem muito deixado a desejar, pois são poucos os programas sociais em relação à quantidade de jovens que necessitam de atendimento. Para um Estado que não consegue garantir aos seus filhos nem mesmo um desenvolvimento sadio, a implementação de um eficaz sistema de controle social torna-se tarefa difícil.

Ao adolescente que frustra a expectativa do Estado é imposta uma medida socioeducativa. No entanto, como já foi dito, reduzir o controle social, no caso dos adolescentes infratores, simplesmente a imposição destas medidas é uma ação incompleta e ineficiente, que resolve apenas parte da questão atinente ao ato infracional, e por um prazo exíguo e determinado. A aplicação isolada das medidas socioeducativas no caso dos adolescentes, assim como da norma jurídico-penal no caso do adulto, em hipótese alguma será suficiente para resolver as questões de criminalidade.

O sistema de controle social é um sistema muito mais amplo e abrangente do que o sistema de controle formal e penal possa ser, pois, estes isolados jamais serão capazes de resolver os conflitos de criminalidade e violência com os quais estamos a conviver. Na verdade, grande parte da crise atual que estamos a presenciar se deve justamente ao fato de ainda nos dias de hoje, todo o sistema de controle social ser vislumbrado por muitos de forma limitada a apenas o direito penal, e justamente por isso é crescente a necessidade de se investir em novas formas de controle social, que busquem meios alternativos de promover a paz e a segurança.

Para serem efetivas, as ações de segurança pública devem se preocupar com os jovens muito antes de estes cometerem atos criminosos ou infracionais, não se resumindo em repressão. Quando se trata de reduzir a criminalidade juvenil, a prevenção é essencial, e não se realiza através de coerção, mas sim do estabelecimento de vínculos e reconhecimento. Ações e políticas de segurança pública, para serem seguidas por jovens, precisam, antes de tudo, serem

respeitadas por eles, e para isso se faz necessário um reconhecimento recíproco.

Novas alternativas de controle social surgem, visando um controle mais efetivo, e sem os impactos negativos da repressão carcerária isolada, e buscando a participação da sociedade como um todo na promoção dessa nova realidade, e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci, faz parte desta nova tentativa de controle social.

O Pronasci traz consigo também vários entraves e dificuldades em sua implantação exitosa, sendo que a conclusão chegada nesta dissertação é que de todas as dificuldades do Pronasci, enquanto programa nacional de segurança pública é a política presente em suas ações.

Os projetos do Pronasci são executados em parcerias com as prefeituras, e praticamente todos os coordenadores destes projetos implantados nos territórios de paz possuem vinculação político-partidária, o que engessa o desenvolvimento e continuidade de muitos projetos.

Como qualquer política pública os projetos do Pronasci dependem obrigatoriamente de quem os comanda e dos profissionais responsáveis pelo atendimento direto aos jovens, sendo que o vínculo estabelecido entre estes é de grande importância para a manutenção dos do público alvo no projeto.

O Protejo implantado em Novo Hamburgo, se revela como sendo positivo na vida dos jovens, uma vez que todos os entrevistados para a elaboração desta dissertação, revelaram em seus relatos vínculos e desdobramentos das esferas de reconhecimento em suas vidas dentro e fora do Protejo.

A história de vida dos jovens corrobora com os estudos apontados ao longo desta dissertação sob uma série de eventos de exclusão e privação de direitos, tendo sido relatado à pesquisadora casos de violência intra e extrafamiliar, violência psicológica, carências afetivas, dificuldades de relacionamento dos jovens com algum familiar, entre outros fatores considerados de “risco”. Ao

mesmo tempo, sua história comprova que apesar de todas estas circunstâncias, os jovens entrevistados não ingressaram na criminalidade, e muitos procuravam afastar de suas vidas as circunstâncias que possivelmente poderiam lhes colocar a mercê deste ingresso.

A narrativa das jovens mães revela esta mesma preocupação em relação a seus filhos, havendo sua preocupação em evitar que no futuro os mesmos se envolvam em delitos.

Os jovens veem o Protejo como uma forma de se “ocupar”, sair de casa e se divertir com os amigos sem se envolverem em conflitos, e apesar de um ou outro incidente dentro do projeto, os educadores e profissionais conseguiram evitar na medida do possível que ocorresse dentro do projeto conflitos de maiores proporções.

Muitos jovens viram nos educadores pessoas em quem confiar, desenvolvendo vínculos de amor, ódio (em uma conotação positiva), conhecimento, reconhecimento dentro do projeto. Além disso, os desdobramentos das três esferas de reconhecimento contidas na teoria de Axel Honneth também se tornaram visíveis, no que tange ao amor, ao direito e a solidariedade.

O grande problema, porém, é que muitos jovens se viam dependentes do projeto, e não acreditavam que o mesmo pudesse se encerrar ao término do prazo de um ano, o que se traduziu em uma série de frustrações para os jovens quando perceberam que o projeto realmente chegaria ao fim.

O mérito do projeto investigado enquanto ação de política pública é atuar também como forma de prevenção, uma vez que seu público alvo são jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, acostumados a conviver com a violência, em seu bairro, na rua, na escola, e muitas vezes em suas próprias casas.

Apesar de seus entraves, o Protejo mostrou-se como um projeto positivo

na vida dos jovens, contribuindo para ampliar neles o desenvolvimento de vínculos e seu reconhecimento, demonstrando a importância fundamental do preparo e da capacitação dos educadores e demais profissionais que compõe a equipe técnica de projetos como este.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Miriam Abramovayet alii. Brasília: UNESCO, BID, 2002.
- ABREU, Waldir de. **A corrupção penal infanto-juvenil**. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
- ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **São Paulo Perspectivas**. São Paulo, vol. 13, n.4, dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 de julho de 2010.
- _____; BARREIRA, César. A Violência na Sociedade Brasileira. In: Carlos Benedito Martins; Heloisa Helena T. de Souza Martins. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Barcarolla, 2010, v. 1, p. 303-374.
- ADORNO, Sérgio. Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. In: Segurança Pública. **Cadernos Adenauer IX** (2008), n.4. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jan. 2009.
- ALVES, Sirlei Fátima Tavares. **Efeitos da internação sobre a psicodinâmica de adolescentes autores de ato infracional**. São Paulo: Método, 2005.
- ASSIS, Simone Gonçalves de; AVANCI, Joviana Quintes. Abuso psicológico e desenvolvimento infantil. In: **Violência faz mal à saúde**. Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al. Brasília: Ministério da Saúde, 2006pp. 59-67.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. Para além do punitivismo: a invenção de novas alternativas de combate à violência para uma sociedade democrática e complexa. In: _____. TORELLY, Marcelo Dálmas; UTZIG, Mateus Prado (Org.). **Violência e controle social na contemporaneidade**. Porto Alegre: PUCRS, 2006. pp. 09-15.
- _____. VASCONSELLOS, Fernanda Bestetti de. Punição e democracia: em busca de novas possibilidades para lidar com o delito e a exclusão social. In: GAUER, Ruth Maria Chittó (Org.). **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008. p. 93-120.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. Tradução de Juarez Girino dos Santos. #. Ed. Rio de Janeiro: Renan, 2002.
- BARREIRA, César. **Cotidiano despedaçado – cenas de uma violência difusa**. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Vidas desperdiçadas**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASCH, Scott. **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1997.

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 2. ed. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1994.

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas: uma visão humanística**. Tradução de Donaldson M. Garschagem. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Novas penas alternativas**. São Paulo: Saraiva, 1999.

BORDIN, Isabel A.S.; OFFORD, David R. Transtorno de conduta e comportamento anti-social. **Revista Brasileira de Psiquiatria**. Vol. 22 s.2 São Paulo. Dec. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462000000600004>. Acesso em: 20 ago. 2008

BRANCHER, Leoberto (Coord.). **Iniciação em justiça restaurativa: subsídios de práticas restaurativas para a transformação de conflitos**. Justiça para o século 21. Instituinto práticas restaurativas. Porto Alegre, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas da Saúde. **Violência intrafamiliar: orientações para a prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde, 2001.

_____. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci. **Manual de Convênios**. Brasília, 2008.

_____. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Linha de cuidado para a atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias em situação de violências: orientação para gestores e profissionais da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em: 27 de jan. de 2012.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n. 8.069, de 90. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm> Acesso em: 27 de jan. de 2012.

_____. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/crianca.htm>> Acesso em 27 de jan. de 2012.

_____. **Lei n. 11.530, de 24 de outubro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11530.htm> Acesso em 27 de jan. de 2012.

BRICEÑO-LEÓN, Roberto. La nuevaviolencia urbana de América Latina. In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 4, n. 8, jul/dez, 2002, p. 34-51.

BURTET, Patrícia Oliveski. Sistema penal brasileiro e as alternativas à prisão. **Revista Ibero-Americana de Ciências Penais**, Porto Alegre, ano 3, n. 5, p. 69-98, jan./abr. 2002.

CARDIA, Nancy. **Exposição à violência**: seus efeitos sobre valores e crenças em relação à violência, polícia e direitos humanos. In: *Violences et controle de la violence au Bresil, em Afrique et a Goa*. Lusotopie, 2003. pp. 299-328. Disponível em: <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/somma2003.html>> Acesso em: 06 de nov. de 2011.

CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelsen. Alguns aspectos do menor de rua e seu contexto. In: GAUER, Gabriel José Chittó; GAUER, Ruth Maria Chittó (ORG.). **A femelogia da violência**. Curitiba: Juruá, 1999. pp. 65-91.

_____. **Identidade, indivíduo e grupos sociais**. Curitiba: Juruá, 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisas em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

DRAIBE, Sônia. Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário latino-americano. In: **Lua Nova**, n.31, 1993, p. 5-46.

_____. Estado de Bem-Estar, desenvolvimento econômico e cidadania: algumas lições da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 27-64.

LEAL, Maria Lúcia Pinto. Violência intra-familiar: um estudo preliminar. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org.) **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

FACHINETTO, RocheleFelline. **A “casa de bonecas”**: um estudo de caso sobre a unidade de atendimento sócio-educativo feminino do RS. Porto Alegre, 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. (dissertação de mestrado).

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2008.

____; A violência sexual contra crianças e adolescentes e a construção de indicadores: a crítica do poder, da desigualdade e do imaginário. In: LEAL, Maria de Fátima Pinto; CÉSAR, Maria Auxiliadora (Org.) **Indicadores de violência intra-familiar e exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Brasília: CECRIA – Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes, 1998.

FARRINGTON, David P. Fatores de risco para a violência juvenil. In: DEBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine (Org.) **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

FONSECA, Dirce Mendes da. O discurso de proteção e as políticas públicas sociais para infância e juventude. **Revista Jurídica**, Brasília, v.9, n.85, p. 73-82, jun./jul.2007.

FONSECA, Claudia. Criança, família e desigualdade social no Brasil. In: RIZZINI, Irene. **A criança no Brasil hoje: desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993. pp. 113-132.

GARCIA, Ronaldo Coutinho. Considerações sobre a consistência e direcionalidade das ações governamentais. In: PELIANO, Anna Maria. (Org.) **Desafios e perspectivas da política social**. Rio de Janeiro. IPEA. Exto para discussão n. 1248.2006. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1248.pdf.> Acesso em 13 de jul. de 2010.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Ed. 34, 2003.

____. **Sufrimento de Indeterminação**. Uma reatualização da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Singular, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**. Estudos e Pesquisas. Informação Geográfica. Nº 5. Brasil: Rio de Janeiro, 2008.

____. **Síntese de indicadores sociais**. Uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica. Nº 27. Brasil: Rio de Janeiro, 2010.

INESC – Instituto de Estudos Socioeconômicos. **Segurança Pública e Cidadania: uma análise orçamentária do Pronasci**. INESC. Brasil: Brasília-DF, 2010.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. **Educação de Jovens e Adultos em situação de privação de liberdade: desafios para a política de reinserção social**. Paris: Red

Latinoamericana de Educación em Contextos de Encierro. RED LECE, 2008. Disponível em: <<http://www.redlece.org/biblioteca/Juliao2.pdf>> Acesso em: 02 de fevereiro de 2012.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo; ROSA, Teresa Etzuko da Costa. Direitos humanos, cidadania e preconceito institucional na área da saúde: a necessidade de capacitação para a mudança. In: **BIS, Bol. Inst. Saúde (Impr.)**. São Paulo, n. 48, nov. 2009. Disponível em: <http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122009000300013&lng=es&nrm=isso> Acesso em 05 de março de 2012.

KLOSINSKI, Gunther. **A adolescência hoje: situações, conflitos e desafios**. Tradução de Carlos Almeida Pereira. Petrópolis: Vozes, 2006.

MADEIRA, Lúgia Mori. **Trajetórias de homens infames: políticas públicas penais e programas de apoio a egressos do sistema penitenciário no Brasil**. Porto Alegre, 2008. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Sociologia. (tese de doutorado)

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Tradução de Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência: um tema que a realidade social impõe à atenção médica**. In: Revista Digital em Educação Permanente em Saúde. v. 1, n. 1, setembro-2004. pp. 01-03. Disponível em: <http://www.abem-educmed.org.br/publicacoes/revista_digital/> Acesso em: 02 de dezembro de 2011.

MISSE, Michel. Crime e pobreza: velhos enfoques, novos problemas. Trabalho apresentado no Seminário: **Brasil em Perspectiva: os anos 90**, promovido pelo Laboratório de Pesquisa Social do Departamento de Ciências Sociais do IFCS-UFRJ, em 26-8-1993. Publicado em Gonçalves, M.A. e Villas-Boas, G. (orgs.), **O Brasil na Virada do Século**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

MIZNE, Denis. Adolescência e Violência. In: **Vozes e olhares: uma geração nas cidades em conflito**. São Paulo: Fundação Telefônica, 2008.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Direito penal e controle social**. Tradução de Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU) **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.ph p> Acesso em 15 mai de 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). **Diretrizes das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil** (Diretrizes de Riad). Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br>> Acesso em: 15 maio de 2010.

_____. **Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude** (Regras de Beijing). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/comissoes/cdhm/ComBrasDirHumPolExt/RegrMinNacUniAdmJusTlnfJuv.html>>. Acesso em: 15 mai de 2010.

PAULA, Liana de; LIMA, Renato Sérgio de. Violência e juventude: o sistema brasileiro de atendimento socioeducativo. In: **Cadernos Adenauer IX** (2008), n.4, Segurança Pública. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, jan.2009. pp. 71-82.

PÉRES, Octavio García. Los actuales principios rectores del derecho penal juvenil: um análisis crítico. **Revista de Derecho Penal y Criminología**, Madrid, 2ª Época, n. 3, p. 35-54, enero,1999.

PETRACCO, Milene Mabilde. **O adolescente em conflito com a lei**: o que a psicanálise tem a dizer? NUPEEEVS – Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação, Exclusão e Violência Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/faced/pesquisa/nupeeevs/>>. Acesso em: 20 mar. 2008.

PRVL – Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens. **Índice de homicídios na adolescência [IHA]**. Análise preliminar dos homicídios em 267 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Julho/2009.

RIBEIRO, Rosa; SABÒIA, Ana Lúcia. Crianças e adolescentes na década de 80: condições de vida e perspectivas para o terceiro milênio. In: RIZZINI, Irene. (et. al.) **A criança no Brasil hoje: desafio para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1993. pp. 15-39.

RITTER, Maria Rubia. A possibilidade de ressignificar a história do adolescente em conflito com a lei e de sua família. In: AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de; CARVALHO, Salo de. (Org.). **A crise do processo penal e as novas formas de administração da justiça criminal**. Porto Alegre: Notadez, 2006.

SAPIENZA, Graziela; PEDRÔMINICO, Márcia Regina Marcondes. Risco, proteção e resiliência no desenvolvimento da criança e do adolescente. **Revista Psicologia em estudo**. Maringá, v. 10, n. 2, pp. 209-216. 2005.

SENTO-SÉ, João Trajano. **O discurso público sobre e juventude no Rio de Janeiro**. Lusotopie, 2003. pp. 283-297.

SIM/DATASUS/MS. **O sistema de Informações sobre Mortalidade**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=040702>> Acesso em: dez. de 2011.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino à Distância da UFSC, 2001.

SOUZA, Celina. Estado de arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo. **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007, p. 65-86.

SOUZA, Edinilsa Ramos de; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Impacto da violência na infância e adolescência brasileiras: magnitude da morbimortalidade. In: **Violência faz mal à saúde**. Cláudia Araújo de Lima (Coord.) et al. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. pp. 23 a 28.

SOUZA, Arivaldo dos Santos de. **Racismo institucional**: para compreender o conceito. In: Rev. ABPN – Associação brasileira de pesquisadores(as) negros (as). V. 1, n.3 – nov.2010 – fev.2011, p.77-87.

SPOSATO, Karyna Batista. **O direito penal juvenil**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Violências e dilemas do controle social nas sociedades de “modernidade tardia”. In: **Rev. São Paulo em Perspectiva**, n. 18, vol. 1. 2004, pp. 3-12.

_____. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. In: Marcus Gonçalves da Cruz e Eduardo Cerqueira Batitucci (Org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2007, p. 11-24.

_____. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

_____; A. MACHADO, Elisabeth. Violência, juventude e reconstrução dos laços sociais. In: **Rev. Brasileira de Psicoterapia**, n. 12, vol. 2-3, 2010, pp. 238-251.

TAVAREZ, Juarez. Reflexões sobre a relação “violência e criminalidade”. In: BITTENCOURT, Cezar Roberto (Coord.). **Direito penal no terceiro milênio: estudos em homenagem ao Prof. Francisco Muñoz Conde**. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2008.

TRINDADE, Jorge. **Delinquência juvenil**: uma abordagem transdisciplinar. 2 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1996.

_____; SILVA, Milena Leite. Crianças e adolescentes vítimas de violência: envolvimento legal e fatores psicológicos estressores. In: **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul** – Nº 54, outubro/2004 a abril/2005. Porto Alegre: Livraria do Advogado. pp. 243 a 264.

UNICEF. **Regras de Beijing – Regras Mínimas para a Administração da Justiça, da Infância e da Juventude**. Disponível em: http://www.mp.rs.gov.br/infancia/documentos_internacionais/id102.htm. Acesso em: 27 de jan. de 2012.

ZALUAR, Alba. **Cidadãos não vão ao paraíso**. São Paulo: Escuta. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1994.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 13, n. 3, 1999. pp. 03-17.

_____; LEAL, Maria Cristina. Violência extra e intramuros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 16, n. 45, fev./2001, pp. 145-164.

_____. Violência: questão social ou institucional? In: OLIVEIRA, Nilson Vieira. **Insegurança Pública: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana**. São Paulo: Nova Alexandria, 2002. pp. 75-85.

ZIMERMAN, David. **Os quatro vínculos: amor, ódio, conhecimento reconhecimento na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2008: Os jovens da América Latina**. Instituto Sangari. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2008.

_____. **Mapa da violência 2011: os jovens no Brasil**. São Paulo: Instituto Sangari. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2011.

WORLD FEDERATION FOR INFANT MENTAL HEALTH (WHOM), 2002. Relatório do Dia Mundial da Saúde Mental, 2002.